

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

SANDRA PROCOPIO DA SILVA

**AS MULHERES DO ASSENTAMENTO ÉMERSON RODRIGUES/MST:
OS DESAFIOS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E A CONSTRUÇÃO
DA SOBERANIA ALIMENTAR**

DOURADOS – MS

2015

SANDRA PROCOPIO DA SILVA

**AS MULHERES DO ASSENTAMENTO ÉMERSON RODRIGUES/MST:
OS DESAFIOS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E A CONSTRUÇÃO
DA SOBERANIA ALIMENTAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados para obtenção do Título de Mestre em Sociologia. Área de Concentração: Sociologia.

Linha de Pesquisa: Cidadania, Diversidade e Movimentos Sociais.

Orientadora: Alzira Salete Menegat

DOURADOS – MS

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

P963m	<p>Procópio, Sandra.</p> <p>As mulheres do assentamento Émerson Rodrigues/MST : os desafios na produção de alimentos e a construção da soberania alimentar. / Sandra Procópio. – Dourados, MS : UFGD, 2015.</p> <p>174f.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Alzira Salete Menegat.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Patriarcado. 2. Assentamento. 3. Soberania Alimentar. 4. Feminismo. 5. Produção de alimentos. I. Título.</p> <p>CDD – 301.4</p>
-------	--

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

TERMO DE APROVAÇÃO

SANDRA PROCOPIO DA SILVA

**AS MULHERES DO ASSENTAMENTO ÉMERSON RODRIGUES/MST: OS
DESAFIOS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E A CONSTRUÇÃO DA
SOBERANIA ALIMENTAR**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia,
da Universidade Federal da Grande Dourados, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dra. ALZIRA SALETE MENEGAT

Orientadora/Presidente

Prof. Dra. MARISA DE FATIMA LOMBA DE FARIAS

Membro Titular

Prof. Dra. MARIA ORLANDA PINASSI

Membro Titular

APROVADA EM: 19/06/2015.

AGRADECIMENTOS

*“O saber a gente aprende com os mestres e os livros.
A sabedoria, se aprende é com a vida e com os humildes”
(Cora Coralina).*

Gratidão e reverência à vida por continuar viva!

Gratidão Deus, que é Mãe e Pai, da Libertação de todas as formas de exploração!

Gratidão a cada pessoa que passou pela minha vida, e mais gratidão ainda àquelas que prosseguem comigo nesta jornada!

Gratidão aos de perto que me ajudam e que a gente come junto da mesma panela, toma do mesmo vinho para celebrar a festa da vida!

Aos de longe porque me ensinam que o mundo é maior do que o lugar onde vivo.

Aos meus familiares que me apoiam e me dão amor,

Aos meus filhos que me amam e que nos cuidamos uns outros.

Aos amigos e amigas das escolas da minha vida: MST, PJ, Agroecologia, CIMI, mulheres, Rede CELEBRA, ao mundo que me acolhe de mochila nas costas, às professoras e professores da UFGD.

Obrigada a minha orientadora Alzira Salete Menegat por pacientemente me conduzir pelos caminhos da pesquisa, a Marisa Lomba de Farias porque me informou e me incentivou sempre ao mestrado acreditando muito em mim, aos professores André e Jacy pelas importantes contribuições na banca de qualificação, pelas opiniões valorosas e apoio de amigos como a Maria Gorete, Guillermo Jonhson, Maria Luiza Mendonça, Gabriela Guillén, e tantas opiniões e participações neste caminho. Pela ajuda da Isabel e da Daniela com o Manú e a Danda, pelos cuidados do Alexandre com a Maíra, a Carla para que eu insistisse e resistisse, ao Francisco pelo apoio amigo, pela revisão cuidadosa da Dulcinéia, pelo apoio de cada ser humano e humana que me deu amor e carinho nesses dois anos de estudos e pesquisas.

A Kleber e José Welton, trabalhadores que atendem pacientemente todos do mestrado em sociologia; ao Fábio, meu amigo índio guarani, que ajudou nas filmagens durante entrevistas, aos professores do mestrado em sociologia que me ajudaram muito: André, Walter, Claudio, Guillermo, Marisa, Alzira, Marcio, Patrícia, Renato, Maria Orlanda.

Aos amigos da turma inesquecível dos tempos de mestrado: Ana Paula, Jatene, Fabiane, Denise, Sara, Marina, Denilson, Daniel, Rogério, Maelly.

Às mulheres do assentamento Émerson Rodrigues, que lutam todos os dias, especialmente a Kelly, que me ajudou a articular o trabalho sempre, todas as vezes que precisei de apoio.

Aos estudantes da Escola Família Agrícola, que amo muito, que me abraçaram e me apoiaram todas as vezes em que precisei deles, e me fazem rir de todos os problemas e crer na educação para a transgressão do sistema . Aos colegas de trabalho, aos amigos da COAAMS.

Às mulheres maravilhosas que me enviaram material para estudo: Laetícia Jaelil, Gema Esmeraldo, Emma Siliprandi, Karla Hora, Maria Gorete.

RESUMO

SILVA, Sandra Procopio da. **As mulheres do assentamento Émerson Rodrigues/MST: os desafios na produção de alimentos e a construção da soberania alimentar. 2015, 162 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Grande Dourados/MS, Dourados, 2015.**

A presente pesquisa foi sistematizada a partir dos trabalhos de campo realizado no Assentamento Émerson Rodrigues, vinculado ao Movimento Sem Terra, no município de Terenos, Estado do Mato Grosso do Sul. A pesquisa teve como prioridade o levantamento de dados da realidade das mulheres assentadas, como vivem, e as dificuldades pelas quais passam na esfera da produção de alimentos. Também procurou verificar como se dão as relações de trabalho das mulheres dentro das unidades familiares, na esfera produtiva e reprodutiva. Relações de trabalho na maioria das vezes com alta sobrecarga sobre seus corpos, frutos da do sistema de exploração capitalista e das relações patriarcais existentes na sociedade. Procurou fazer um recorrido histórico das lutas e organizações das mulheres e do feminismo dentro do contexto do capitalismo e do patriarcado. Buscou, por fim, compreender como as mulheres estão vivendo entre o impacto das contradições do modelo de desenvolvimento capitalista de produção atualmente denominado agronegócio e quais as alternativas que estão construindo no campo da agroecologia e da soberania alimentar. A metodologia utilizada foi a Pesquisa-Participante, e contou com vários instrumentos como questionário, entrevista oral sobre histórias de vida, observação e rodas de conversa. Quanto aos resultados da pesquisa de campo, foram diagnosticados vários problemas no campo das dificuldades que as mulheres possuem para produzir alimentos, como: projetos de assentamentos realizados em terras degradadas resultantes de intensos impactos sobre a natureza pelo modo de produção do agronegócio, falta de acesso as políticas governamentais que viabilizem assistência técnica adequada e créditos específicos para as mulheres, falta de infra-estrutura geral para viabilizar as cadeias da produção e comercialização, entre outros.

Palavras-chave: Patriarcado. Assentamento. Soberania Alimentar. Feminismo. Alimentos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA PELA TERRA: O ASSENTAMENTO ÉMERSON RODRIGUES E O CONTEXTO BRASILEIRO DA REFORMA AGRÁRIA	21
1.1 O Assentamento Émerson Rodrigues: breves análises do lugar no contexto do município de Terenos/MS	21
1.2 O coletivo organizado para a criação do Assentamento Émerson Rodrigues	27
1.3 Estratégias de organização coletiva no Assentamento Émerson Rodrigues	38
1.4 O processo de infraestrutura no assentamento: o sistema de educação	43
1.5 Organização atual do assentamento	51
1.6 O Assentamento Émerson Rodrigues como resultado da ação do MST na luta pela terra	53
CAPÍTULO 2: A LUTA DAS MULHERES CAMPONESAS NA SOCIEDADE CAPITALISTA	69
2.1 As mulheres e as lutas de classe	69
2.2 O movimento feminista e o conceito de gênero	89
2.3 O contexto das mulheres camponesas e o MST	102
CAPÍTULO 3: AS MULHERES DO ASSENTAMENTO ÉMERSON RODRIGUES DO MST E A SOBERANIA ALIMENTAR	120
3.1 O entorno do Assentamento Émerson Rodrigues: latifúndio e agronegócio	120
3.2 As mulheres e a produção de alimentos no Assentamento Émerson Rodrigues	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
BIBLIOGRAFIA	170

INTRODUÇÃO

*Eu sustento que a única finalidade da ciência está em
aliviar a miséria da existência humana*

Brecht

O objetivo desta pesquisa foi estudar a atuação das mulheres assentadas, envolvidas com a produção de alimentos em assentamento de reforma agrária, no Estado de Mato Grosso do Sul, verificando como elas se organizam, e se por meio dessa frente de trabalho elas constroem processos de resistência e de soberania alimentar. Para isso empreendemos uma pesquisa junto às mulheres assentadas no Assentamento Émerson Rodrigues, que representa um lugar ocupado por um grupo de 166 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), numa área que é parte do complexo de assentamentos pertencente ao Projeto de Assentamento Santa Mônica, localizado no município de Terenos/MS¹.

Para o levantamento de dados, procuramos ouvir as mulheres, suas opiniões, suas realidades, suas expectativas em relação à produção de alimentos e à sua gestão, bem como o cotidiano que vivem no assentamento. O objetivo foi analisar como ocorre a produção de alimentos naquele lugar, e se o processo de produção contribui para a soberania alimentar das famílias, intentando compreender se, através dele, têm criado meios para passarem do modelo, tradicionalmente usado, que mantinha diferenças entre homens e mulheres no acesso às políticas públicas, no assumir direções/organizações de movimentos sociais e grupos organizados.

Essa curiosidade, surgida a partir de minha prática de e com as mulheres assentadas, em perceber a ação destas vinculadas ao tema da produção de alimentos, foi o que me levou a pensar qual seria a contribuição de uma pesquisa que buscasse desvelar diversas indagações, dentre elas: quem são as mulheres assentadas? O que pensam em relação à produção de alimentos? O que produzem? Como produzem? Quais as maiores dificuldades que passam para produzir alimentos? Em que o patriarcalismo influencia no seu cotidiano do assentamento e na produção de alimentos? Estão construindo novidades na gestão da

¹ O projeto de Assentamento Santa Monica ocupa uma área de 9 mil ha, representando um complexo constituído por três assentamentos decorrentes das políticas de reforma agrária, dirigidas pelo Incra, dentre eles o Émerson Rodrigues.

produção? Que tipo de lutas constroem pela soberania alimentar? Nesse sentido, no processo de pesquisa procuramos considerar as visões das mulheres, seguindo a orientação de que,

[...] os estudos sobre e realizados por mulheres deixam as formas de visões estereotipadas das mulheres para uma compreensão mais abrangente, que mantém o foco na produção de conhecimento, análise, aplicação, e cuidadosamente examinam a matriz de opressão que existe na vida diária de mulheres (MORAES, 2002, p. 10).

No bojo de nossas indagações consideramos importante analisar também quais as políticas públicas direcionadas para isto, visto que as mesmas podem se configurar em meios para fortalecer a produção e também contribuir para emancipação das mulheres nos espaços do processo de produção e gestão. E, de outro lado, refletir sobre a condição em que as mulheres se encontram, por vezes atuando sem serem vistas, em virtude de viverem sob aspectos ainda associados a um modelo patriarcal, alicerçado sobre as bases do entrelaçamento dos mecanismos de dominação e exploração do trabalho feminino.

Qual, então, a importância deste tema para a sociedade e para a universidade? Consideramos que tem relevância em diferentes aspectos, especialmente porque o tema da alimentação é unanimidade em nosso cotidiano, visto que em qualquer ponto do planeta que estiver um ser humano, precisará de alimentação para continuar vivendo, e no campo as mulheres são sujeitos fundamentais para planejar a produção e também orientar novas formas de produzir, dentre elas a produção agroecológica. Aliado a isso, a humanidade vive o paradoxo de produzir muitos alimentos e ao mesmo tempo permitir que extensas parcelas de seres humanos morram de fome todos os dias.

É preciso salientar que o ano de 2014 foi declarado pela ONU como o Ano Internacional da Agricultura Familiar, e no Brasil foi a ele acrescido os termos produção indígena e camponesa. Desta forma, há um convite geral para que o tema da produção de alimentos seja discutido no sentido de elaboração de políticas públicas que repensem estratégias de combate à fome e de garantia da soberania alimentar por todos os países. O debate sobre soberania alimentar possui nas mulheres as agentes que historicamente encaminham estratégias diversas para a produção de alimentos, como apontado em diversas obras, dentre elas as abordagens organizadas pela Via Campesina em nível latino-americano, além de pesquisas acadêmicas como a de Flavia Vieira Braga, no Brasil.

Foram essas indagações, associadas às minhas experiências nas diversas andanças que fiz por vários lugares da América Latina, que há muito tempo começaram a me incomodar e a suscitar inquietações quanto às situações vividas pelas mulheres do campo, fatores que me levaram a elaborar um projeto de pesquisa e apresentá-lo ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFGD. Em minha trajetória por diversos países, observei na Bolívia, mulheres camponesas carregando imensos pesos nas cabeças e rodeadas pelos cuidados com os filhos, enquanto vendiam seus produtos nas ruas e feiras. Na Nicarágua, constatei a valentia das mulheres guerreiras com fuzis e canhões, mas que após a atuação na guerra, seu lugar voltou a ser reduzido ao ambiente doméstico. Em El Salvador, mulheres participaram das guerrilhas armadas e conduziram exércitos, porém terminadas as guerras voltavam para o espaço doméstico e os homens para o espaço da política. No Peru, observei que predominantemente são as mulheres que estão nos campos, cultivando os diversos tipos de batata, de milho, providenciando a alimentação de todos os dias para a família.

No assentamento que fiz parte como assentada² da reforma agrária, durante os anos de 2008 a 2012, o Émerson Rodrigues, lugar organizado pelo MST, e para onde ora retorno como pesquisadora, e que, como já foi dito, é parte do Complexo Santa Mônica, percebi também que são as mulheres que estão mais preocupadas com a alimentação das famílias, com os cuidados na garantia das variedades agrícolas, com a dimensão do apoio e da solidariedade entre as pessoas. Enfim, as mulheres são na prática, importante parte que garante a continuidade da humanidade. Assim, foi essa comunidade onde compartilhei vivências e, também, presenciei diferenças sociais que suscitaram questionamentos, que escolhi para pesquisar, tentando compreender os dilemas e as possibilidades na produção de alimentos, encaminhada por mulheres assentadas, para assim desvendar diferenças de pertencimentos sociais, por diferentes sujeitos.

² É preciso dizer que esse meu interesse em relação ao tema da pesquisa está vinculado a minha própria trajetória de vida. Venho de experiências profundas de duas grandes escolas do povo: da militância na Pastoral da Juventude (PJ) e no Movimento Sem Terra (MST). Nessa trajetória compartilhei do coletivo da juventude, espaço que me proporcionou aprendizado e também apoio para chegar a universidade e cursar graduação em Filosofia, na Universidade Católica Dom Bosco. Anos depois, de participação em movimentos populares, vivenciando e encaminhando demandas sociais de diferentes grupos da sociedade, numa atuação que costumeiramente é denominada de “militância”, a qual se constitui em sujeitos envolvidos com mudanças sociais, tive oportunidade de fazer uma Especialização em Educação do Campo, pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Aliado a isso, pude trabalhar também em Equipes de Educação do Campo e Educação Popular, em esferas governamentais, tanto no nível estadual, quanto federal. Experienciei, ainda, o exercício de ser professora de filhos/as de assentamentos, na Escola Família Agrícola, município de Nova Alvorada do Sul e atualmente no município de Maracajú. Como pesquisadora e mestranda em Sociologia, pela Universidade Federal da Grande Dourados, morando em Dourados, pude me aproximar um pouco mais do trabalho do CIMI, junto ao povo guarani.

Na vivência cotidiana e nas leituras que tenho realizado, percebo que no bojo do debate que alcançou a academia em relação ao fortalecimento da pequena produção de alimentos, estão as mulheres, muitas vezes à frente desse movimento, encaminhando estratégias para a produção. Não é por acaso os fracassos de vários programas sociais que objetivam trabalhar no sentido de combater a pobreza, quando não compreendem o papel estratégico que as mulheres cumprem para resolução dos problemas relacionados à alimentação. Assim, nesta pesquisa busquei compreender também como tem sido construída historicamente a atuação destas mulheres, desvelando a invisibilidade de seus trabalhos, o que é também uma das formas de contribuir para explicitar as contradições que as colocam no papel de subalternidade.

Cabe salientar que o tema produção de alimentos na agricultura familiar de Mato Grosso do Sul, encaminhada pelas mulheres, é um tema que carece de contribuições que apontem como isso vem ocorrendo, especialmente porque é um Estado com baixa produção de alimentos básicos. Os dados apontam as contradições no campo da produção de alimentos, quando olhamos para o Mato Grosso do Sul, “tanto que a Ceasa³, em Campo Grande, é uma central importadora, adquirindo em torno de 82,04% dos produtos hortifruganjeiros”, sendo que “Mato Grosso do Sul fornece em torno de 17,96%; São Paulo, 35,51%; Paraná 16,49%, Santa Catarina 13,02% e o restante, 17,02% vêm de outros 12 Estados, alguns distantes como Pará, Rio Grande do Norte e Rondônia”.

Cabe aqui também pesquisar os fatores que levam esse Estado, mesmo com proporção alta de terras, a ter uma produção de alimentos tão baixa, a ponto de importar mais de 80%. Paralelamente a isso, segundo dados do IBGE, nacionalmente, é a agricultura familiar que corresponde a 86% dos alimentos consumidos no país, é a base econômica de cerca de 90% dos municípios e corresponde a perto de 35% do PIB Nacional (IBGE, 2006).

Os dados de oito anos atrás demonstravam que “os investimentos realizados na agricultura são inferiores para os produtores familiares. Dos investimentos realizados, a agricultura familiar é responsável por 32% e os patronais por 66,1% do total”⁴. Embora tenha havido mudanças importantes como a triplicação dos recursos investidos na agricultura familiar nos últimos anos, ainda na região Centro-Oeste “o agronegócio apresentou maior força e preponderância entre as demais regiões em relação à agricultura familiar, pois deteve

³ Constitui-se em uma Central de Abastecimento, para armazenagem e distribuição de alimentos. Dados na fonte: <www.agrolink.com.br/culturas/milho/noticia/somente-13-municipios-de-ms-plantam-tomate>. Acesso em: 20 set. 2014.

⁴ Revista de Administração da Ufla – v. 6, n. 1, jan./jun. 2004.

95% do total de recursos públicos destinados a sua agricultura, ou seja, os recursos do crédito agrícola superaram o Pronaf em mais de 2.100%” (AZEVEDO, PESSOA, 2011, p. 493).

Este tema também tem sua importância histórica neste momento da conjuntura nacional, em que o governo federal aprovou o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO⁵), como resultado de um intenso debate entre setores do governo e da sociedade civil. Lançado em 2013, tem como diretriz geral a adoção de políticas públicas de agroecologia em todo o Brasil. No Plano, observa-se a preocupação para com a temática das mulheres, com o engajamento destas em processos de transição em agroecologia, já que se reconhece que, na prática, elas são grandes guardiãs de conhecimentos importantes que garantem a multiplicação de espécies, configurados na produção de hortas e pomares, produção de grãos, técnicas de armazenamento, processamento, manuseio e preparo culinário dos alimentos, encaminhando e resignificando saberes, conforme as necessidades de cada momento histórico de determinada sociedade. Cita-se como exemplo, a retomada na organização de grupos de mulheres camponesas, que se juntam movidas pelo debate político e pela necessidade de produção, muitas vezes reorganizando antigos saberes dentre eles fabricação de doces, artesanatos, troca e conservação de sementes e mudas, fazendo com esses saberes sejam fonte de renda para unidades de assentamentos nos dias atuais, como mostra Menegat (2009).

Com essa preocupação, de compreender a atuação de mulheres assentadas e a produção de alimentos, definimos como local de pesquisa o Assentamento Émerson Rodrigues, vinculado organicamente ao Movimento Sem Terra, localizado no município de Terenos/MS.

O assentamento foi instalado oficialmente no dia 2 de dezembro de 2006, com 166 famílias. Deste universo, foi entrevistado um total de 10%, sendo preferencialmente mulheres, numa faixa etária que varia entre 17 e 58 anos e com configurações familiares compostas por múltiplos arranjos: mulheres com filhos e sem filhos, mulheres casadas ou solteiras, mulheres morando sozinhas. Cabe destacar que nas entrevistas tive o cuidado de conversar também com os homens, sempre que possível, porém, priorizando escutar as opiniões das mulheres sobre o conjunto das ações que envolvem a produção de alimentos no assentamento.

Em relação ao conteúdo das entrevistas, das falas verbalizadas pelas pessoas entrevistadas e que apresento ao longo do trabalho, fiz a opção em colocá-las no formato da

⁵ Arquivo disponível em: <www.mda.gov.br>.

norma culta da língua portuguesa, adequando palavras como “prá”, “nóis”, dentre outras. No entanto, tive o cuidado de manter os pensamentos verbalizados em um procedimento de respeito às pessoas entrevistadas, porque entendo que todos e todas nós, cotidianamente, falamos encurtando as palavras, mas ao elaborarmos pensamento em formato de textos, redigimos conforme a norma da língua portuguesa vigente em nosso país.

No que se refere à metodologia, trabalhei na pesquisa-ação, visto que aprendemos com Paulo Freire (1987, p. 43) que nosso papel, ao mesmo tempo em que é investigativo, é também pedagógico e político e que, portanto, deve contribuir para que “[...] os oprimidos todos passassem a dizer: por quê?”. E que, vamos ao encontro dos seres humanos para diálogos amorosos, onde desvelamos juntos que “não haveria oprimidos, se não houvesse uma relação de violência que os conforma como violentados, numa situação objetiva de opressão” (p. 23) A metodologia utilizada complementou-se entre si. Para mim “a pesquisa também é formadora do modo de pensar e agir, despertando a sensibilidade de farejar a realidade, isto é, aprender a olhar, estranhar e desnaturalizar o que parece conhecido” (MST, 2007, p. 112)⁶.

Um dos referenciais importantes que me conduziu política e pedagogicamente na trajetória da pesquisa, foi a fala de uma das entrevistadas quando me perguntou: “Mas pra que serve essas pesquisas que esse povo das universidades fazem?”⁷. O questionamento dela foi muito importante para a pesquisa, pois me levou a um permanente questionamento, se estava sendo coerente com os sonhos coletivos, de que todas as nossas ações, incluindo a pesquisa, estejam circunscritas no âmbito de contribuir para superação dos problemas que se mostram na realidade. Lembrando-me dos estudos sobre a pesquisa como um instrumento para compreensão crítica da realidade, de formulação de estratégias de intervenção e de suporte na luta política para embasar a denúncia, entendo que esta pesquisa caminha na lógica da pesquisa-ação, conforme indicado por Brandão (1999), como um método no qual a ciência e a vida prática caminham juntas. Nesse sentido, “os pesquisados participam não apenas das discussões dos resultados da pesquisa, mas, sobretudo, do processo desta. Nesse conjunto, a função da pesquisa não é a de ser ‘propriedade privada’ dos especialistas. Ela deve ser compartilhada” (BRANDÃO, 1999, p. 73). Assim, foi durante a pesquisa que as mulheres, dialogando com a pesquisadora e entre si nos encontros para as entrevistas, que tiveram a ideia de montar uma feira na comunidade, para nela comercializarem produtos que produziam individualmente. Isso levou à pesquisa participante indicada por Brandão, quando a

⁶ Trecho do Documento-síntese, organizado no II Seminário Nacional “O MST e a Pesquisa”, em 2007.

⁷ Pergunta de Dona Glória, uma das mulheres entrevistadas durante pesquisa.

pesquisadora em sua relação com a comunidade, no levantamento de dados procurando compreender a dinâmica da comunidade, dela também participa. Importa salientar que essa situação foi facilitada pelo fato de que vivi durante alguns anos naquele assentamento e no retorno à comunidade, mesmo que na condição de pesquisadora/mestranda, a comunidade me via como companheira de luta, o que requereu uma constante atenção em meu fazer acadêmico. Este processo possibilitou a perspectiva da pesquisa como um processo educativo onde se compartilhou conhecimentos, ao mesmo tempo que se gerou novos conhecimentos com vistas a contribuir para a transformação da realidade.

No período em que fui assentada no local da pesquisa, estive à frente nos trabalhos de coordenação da Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras em Economia Solidária do Assentamento Santa Mônica de Terenos/MS (ASSOL), entre 2009 e 2012, momento em que já aconteciam na comunidade, conversas sobre a necessidade de novas estratégias de produção. Esse fato de ser reconhecida como parte de um nós, por um lado abriu caminhos para a realização de entrevistas, porque fui vista como companheira, e com isso elas, as mulheres, me recebiam prontamente e falavam sobre diversos assuntos. Por outro lado, suscitou responsabilidades, durante a análise do conteúdo e mesmo no processo de realização das entrevistas, bem como na leitura dos documentos coletados, para que assim o conhecer anterior não naturalizasse processos conflituosos e que ainda são merecedores de estudo.

É inegável que ao mesmo tempo que pude pesquisar, também pude conversar e compartilhar conhecimentos, novas ideias, gostosas rodas de conversas e rodas de tereré, rememorando momentos importantes da e na comunidade, fazendo do percurso da pesquisa uma caminhada na qual é possível olhar para o problema e dela participar. Nesse sentido, procurei me apoiar em elementos da pesquisa etnográfica que, com os seus instrumentos me auxiliou, por exemplo, com “um mapa que nos familiariza com os cenários e situações sociais de nosso cotidiano, dando nome, lugar e posição aos indivíduos” (VELHO, 2004, p. 127).

Consideramos a História Oral uma metodologia importante na pesquisa, pois se configurou como um “[...] termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar” (QUEIROZ, 1991, p. 5). As entrevistas foram semiestruturadas e nelas assegurados questionamentos que versaram sobre as histórias de vida e depoimentos, com objetivo de compreender a trajetória das mulheres na luta pela terra e na produção de alimentos e em um novo lugar. Optei pela metodologia da História Oral por compreendê-la na dimensão em que

[...] mesmo que o cientista registre somente uma história de vida, seu objetivo é captar o grupo, a sociedade de que ela é parte; busca encontrar a coletividade a partir do indivíduo. O biógrafo, mesmo que retrate a sociedade de que seu personagem participa, o faz com intuito de compreender melhor a existência do biografado (QUEIROZ, 1991, p.10).

É também interessante dizer que os momentos das entrevistas suscitaram curiosidade e aceitação, porque eles, surpreendentemente, atraíram pessoas que foram chegando por livre interesse e solicitando que fossem entrevistadas.

O diário de campo foi outro procedimento metodológico utilizado e, conforme indica Queiroz, é um velho e conhecido amigo, que facilita o registro de tudo o que acontece em nossa volta durante a coleta de dados, e “consta de anotações efetuadas pelo pesquisador, registrando as condições em que foi feita a entrevista (onde, quando, quem, o que, como) e contendo todas as observações e reflexões que ocorreram ao pesquisador durante sua execução” (1991, p. 64). No diário foram registradas memórias do cotidiano, como as participações na missa da comunidade, nas comemorações de algumas datas especiais, conteúdos verbalizados após as conversas gravadas, como uma das entrevistadas contou, quando me disse: “bom, agora que não tá gravando eu vou contar...”. E contou muito. Enfim, o diário de campo foi um excelente instrumento para transformar o “exótico em familiar e em familiar o exótico” (VELHO, 2004, p. 124).

Para aprofundar a pesquisa me debrucei sobre algumas categorias que considero importantes por entendê-las como fios condutores do trabalho, sobretudo, por apontarem para uma abordagem dialética rumo à investigação da essência das questões estudadas, procurando afastar-me da aparência e utilizar os conceitos teóricos para novas interpretações. Neste sentido, as contribuições da pesquisadora Heleith Saffioti (1987; 1995) dão a linha inicial para o trabalho de pesquisa, ao trazer abordagens do conceito de patriarcado dentro da discussão do feminismo para análise das relações entre homens e mulheres, haja vista que “é impossível isolar a responsabilidade de cada um dos sistemas de dominação-exploração fundidos no patriarcado-racismo-capitalismo pelas discriminações diariamente praticadas contra mulheres” (SAFFIOTI, 1987, p. 62) e para que se possa compreender, de fato, como o sistema se estrutura para sustentar a desigualdade entre os seres humanos. Acrescentam elementos importantes ao debate do feminismo, gênero e divisão do trabalho, tendo como base as reflexões apresentadas por diversas pesquisas, dentre elas: Marisa de Fátima Lomba de Farias (2009), Alzira Salete Menegat (2009a; 2009b; 2009c), Judite Orr (2011), Omar Franz Fanon

(2008), Hirata (1988), Maria Lygia Quartim de Moraes (2000), Renata Gonçalves (2009), Andrea Butto (2011), Renata Menasche (1996), Lúcia Senra e Irene León (2009), Nalu Faria e Mirian Nobre (2003), Emma Siliprandi (2009), Via Campesina (2012), entre outras.

As análises da pesquisadora Maria da Glória Gohn (2004; 2012) possibilitam compreender o movimento dos movimentos sociais contemporâneos, aprofundando as origens históricas das lutas de povos e as linhas de atuação dos movimentos sociais em diversas partes do mundo. Nesta mesma linha de pesquisa sobre os movimentos sociais e camponeses, contribuem a pesquisadora Leonilde Sérvolo de Medeiros (2003), o pesquisador Ariovaldo Umbelino (1986), Bernardo Mançano Fernandes (2001), João Pedro Stedile (2011), Sérgio Sauer (2010), José de Souza Martins (1981), Carlos Montaña e Maria Helena Duriguetto (2011), Guillermo Jonhson (2013), Maria Orlanda Pinassi (2009), Christiane Senhorinha Campos (2011). Além das obras, trabalhei com fontes como os documentos públicos do MST, entre outros, sobre o tema do campesinato brasileiro.

Esta pesquisa de campo, ao abordar um assentamento da reforma agrária que é vinculado ao MST, possibilita um estudo mais aprofundado de como está configurado este movimento social do campo no Brasil de hoje, e quais as questões que ele vem trabalhando para conquistar frações do território, como problematiza Bernardo Mançano Fernandes (2001). Também contei com as pesquisas acadêmicas de importância fundamental, como as de Flávia Braga Vieira (2013) e Maria Luisa Rocha Ferreira de Mendonça (2013).

No estudo sobre o assentamento da reforma agrária, local da pesquisa de campo, emerge o tema soberania alimentar como um conceito fundamental para compreender e explicar em que contexto este tema se vincula às lutas pela produção de alimentos, em detrimento ao modelo do agronegócio. Neste caso, optei pela análise prioritária dos documentos produzidos pela Via Campesina, que é a organização mundial de camponeses e camponesas, que criou e tem insistido no conceito de soberania alimentar como ação contra-hegemônica. O assentamento pesquisado vincula-se ao MST, que por sua vez vincula-se à Via Campesina.

Em relação à definição de soberania alimentar, que é um conceito recente e ainda em construção, nesta pesquisa foi tomada a concepção dos documentos dos movimentos sociais, de modo especial da Via Campesina, que tem sido a articulação mundial de organizações e movimentos sociais do campo, que mais tem elaborado teoria sobre ele. Para a Via Campesina, o tema da soberania alimentar traz em si um debate frontal com o avanço do capitalismo no campo através do agronegócio e do hidronegócio. Nesse debate está implicado

o tema do acúmulo de capital por meio das empresas transnacionais de insumos agrícolas, de agrotóxicos, de fármacos, entre outros. Na outra parte da discussão estão as comunidades camponesas, indígenas, quilombolas, enfim, todos os povos do campo e a resistência através da agroecologia como proposta ecológica, política, social, cultural, econômica.

Enfim, é difícil encontrar o ponto final da pesquisa, especialmente porque a sociedade está em constante movimento e esse movimento produz mudança e daí, o que antes era certeza, pode passar a ser dúvida. Porém,

[...] esse movimento de relativizar as noções de distância e objetividade, se de um lado nos torna mais modestos quanto à construção do nosso conhecimento em geral, por outro lado permite-nos observar o familiar e estudá-los sem paranoias sobre a impossibilidade de resultados imparciais, neutros (VELHO, 2004, p. 129).

No entanto, para que seja possível um traçado da trajetória da pesquisa e da construção de uma compreensão sobre os dados coletados, organizei o presente trabalho em três capítulos. O primeiro capítulo, com o título “Os movimentos sociais e a luta pela terra: o Assentamento Émerson Rodrigues e o contexto brasileiro da reforma agrária” tem como objetivo contextualizar o assentamento, seu processo histórico e seus dados da realidade. Nele apresento um trabalho etnográfico e com imagens para que os leitores se familiarizem com a localidade analisada. Alguns depoimentos relatam e refazem a trajetória de assentados, que são a geração filha de quem já foi assentado tempos atrás, refazendo assim aspectos da história da luta pela terra no MS. Procurei situar o assentamento na luta mais geral do MST no MS e no Brasil, visto que o lugar da pesquisa é constituído pelo grupo do MST, e para isso, fiz um recorrido sobre a história do MST no Brasil a partir de autores e de depoimentos. Apresento, ainda, como está estruturado o assentamento pesquisado nos mais diversos aspectos.

O segundo capítulo, intitulado “A luta das mulheres camponesas na sociedade capitalista”, situa historicamente a origem do patriarcalismo e a trajetória das lutas das mulheres pela conquista de espaços sociais, procurando analisar que nem sempre o mundo foi organizado da forma que é atualmente, correlacionado com a realidade das mulheres do campo pesquisadas. A intenção é de apresentar análises baseadas no tripé onde estão imbricados os três conceitos que formam um único sistema para ser estudado como um todo: patriarcalismo-racismo-capitalismo, associando-o aos dados do trabalho das mulheres como produtoras de alimentos, especialmente porque entre os empobrecidos do mundo 70% são

mulheres. Assim, analiso a contradição entre o rosto feminino da pobreza e o fato de serem as produtoras mais importantes de alimentos em todos os cantos do mundo. A ênfase está assentada no capitalismo, que naturaliza a opressão de gênero na medida em que precisa do trabalho invisível das mulheres para continuar os mecanismos de exploração. Procuro analisar, ainda, mesmo que brevemente, quem é e como atuam as mulheres camponesas do MST, destacando suas jornadas de lutas protagonizadas em torno do tema da soberania alimentar, pautada anualmente no dia 8 de março, para analisar os depoimentos de quem são as mulheres e como elas avaliam suas relações com os homens camponeses do MST, no Assentamento Émerson Rodrigues.

No terceiro capítulo, intitulado: “As mulheres do Assentamento Émerson Rodrigues do MST e a soberania alimentar”, procurei analisar o entorno onde está inserido o assentamento, entre o latifúndio e o agronegócio. Procurei também compreender quais as maiores dificuldades que as mulheres encontram ao serem assentadas nas terras que antes eram latifúndios, desde a qualidade da terra encontrada até as maiores dificuldades que as mulheres encontram para produzirem alimentos, já que este é um objetivo fundamental para efetivar a reforma agrária. Além disso, os dados levantados no trabalho de campo oportunizaram compreender com mais profundidade o conjunto de elementos que inviabilizam que as mulheres alcancem maior nível de produção de alimentos, maior renda e maior capacidade de emancipação humana plena.

Também procurei empreender uma análise da ação dos movimentos sociais do campo no que tange ao tema da soberania alimentar e a construção de processos de agroecologia e como isso se relaciona com o cotidiano das lutas das mulheres, através do impacto do agronegócio com seu conjunto de legislação, agrotóxicos, desastres ambientais, problemas da saúde humana e animal e outros.

Enfim, a articulação da pesquisa de campo e da teoria possibilitou que a investigação chegasse o mais próximo possível da realidade deste contexto específico e deste momento histórico onde ela se insere, considerando todos os limites do próprio recorte temporal e espacial feitos. Esta amostra, porém, não representa a totalidade do que acontece na produção de alimentos organizada pelas mulheres nos assentamentos da região de Mato Grosso do Sul. No entanto, sinalizo questões importantes para pesquisas futuras, no sentido de disponibilizar dados sobre o tema da produção de alimentos gerida pelas mulheres em assentamentos da reforma agrária.

CAPÍTULO 1

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA PELA TERRA: O ASSENTAMENTO EMERSON RODRIGUES E O CONTEXTO BRASILEIRO DA REFORMA AGRÁRIA

Cada lugar é, a sua maneira, o mundo. Cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais.

Milton Santos

1.1 O Assentamento Émerson Rodrigues: breves análises do lugar no contexto do município de Terenos/MS

O sentido etnológico da palavra “assentamento”⁸ tem sua origem no latim, e vem da palavra “adsentare”, que significa “encaixar”, “estar sentado”, “colocado no lugar”. Assentamento, então, nos remete à palavra “terra”, na medida em que tem sido um dos instrumentos mais utilizados pelos governos para a realização da reforma agrária no Brasil. Para o pesquisador Sergio Sauer:

O assentamento é um espaço, geograficamente delimitado, que abarca um grupo de famílias beneficiadas através dos programas governamentais de reforma agrária. A constituição do assentamento é resultado de um decreto administrativo do Governo Federal que estabelece condições legais de posse e uso da terra. [...] A criação do assentamento é, por outro lado, produto de conflitos, lutas populares e demandas sociais pelo direito de acesso a terra (2010, p. 60).

Esse espaço, geograficamente delimitado, em que foi criado o assentamento de nossa pesquisa pode ser encontrado seguindo pela BR 060, na rotatória de Campo Grande em direção a Sidrolândia, e após 10 km, à direita, vê-se uma placa onde está escrito “Estação Guavira”. Deste ponto, segue-se 23 km, entrecortando trechos da Serra de Maracaju, e chega-se aonde era antigamente a sede da Fazenda Santa Mônica. Naquele local situa-se o conjunto

⁸ Disponível em: <www.origemdapalavra.com.br>. Acesso em: 10 ago. 2014.

Santa Mônica, e é assim nomeado, de conjunto, porque naquela área foram instados três assentamentos, o Émerson Rodrigues, o Carlos Ferrari e o Santa Mônica, e onde 705 famílias foram assentadas na reforma agrária. Os assentamentos lá criados possuem divisas, mas interligadas, justapostas, que parecem formar um só assentamento, e dentre os três, encontramos o Assentamento Émerson Rodrigues, que pertence oficialmente ao município de Terenos, Estado de Mato Grosso do Sul, Região Centro-Oeste do Brasil, e que:

[...] encontra-se localizado na zona geoeconômica de Campo Grande. Inserido nas bordas ocidentais do planalto da Serra de Maracaju, a partir do espigão que divide as águas das bacias do Paraná e Paraguai, nos primeiros pronunciamentos da grande Baixada Paraguaia, entre os seguintes pontos extremos: 20° 26' 32'' de latitude e 54° 51' 37'' de longitude. Limita-se com os municípios de Corguinho, Rochedo, Campo Grande, Sidrolândia, Aquidauana, e Dois Irmãos do Buriti. O município é parte da Microrregião Geográfica de Campo Grande (Micro Região 04, segundo a classificação do IBGE), juntamente com os municípios de Bandeirantes, Campo Grande, Corguinho, Jaraguari, Rochedo, Rio Negro e Sidrolândia. A cidade está localizada a, aproximadamente, 30 km da capital do Estado, com altitude variando entre 405 e 433 metros em relação ao nível médio do mar (PDA⁹, 2009, p. 23).

Sobre o município de Terenos, no dia 6 de setembro de 1914, ainda antes de sua criação, houve a inauguração da Estação Ferroviária e Telegráfica. Neste contexto, é importante salientar este fato devido à grande importância das estações ferroviárias no Estado, pois a

[...] colonização caminhou lado a lado com a ferrovia, uma vez que estações ferroviárias foram construídas em locais sem nenhum povoamento expressivo de brancos, para assim irem surgindo pequenos núcleos urbanos que logo atraíam mais pessoas, as chamadas “bocas do sertão (PDA, 2009, p. 29).

No dia 8 de maio de 1924, foi criada a Colônia Agrícola de Terenos, um nome em tributo aos índios Terena, etnia que habitava todo o trecho por onde passava a Estação Ferroviária e Telegráfica. A presença dos Terenas na região está retratada por antropólogos como Gilberto Azanha, ao pesquisar o Mato Grosso do Sul. Segundo Azanha, “a relação entre os Terenas e a população regional era de aliança, alicerçada na troca recíproca e no comércio

⁹ Plano de Desenvolvimento do Assentamento: documento de diagnóstico da área de assentamento da reforma agrária para desenvolvimento da produção agrícola e da organização social, conduzido pelo Inbra.

justo”. Após o ano de 1960, “os Terena começaram a ser perseguidos e reprimidos pelos fazendeiros e encarregados do Serviço de Proteção ao Índio (SPI)¹⁰ nestas suas expedições”, e que estes “jamais interromperam suas incursões” (Funai¹¹, 2005).

O município de Terenos, como grande parte dos municípios da Região Centro-Oeste, resulta de uma estratégia geopolítica de ocupação territorial conduzida pelo Estado, que trouxe grandes parcelas populacionais para o que foi chamado, equivocadamente, de povoamento dos “vazios” demográficos. Terenos, assim como outros municípios do trecho por onde passaria a linha férrea, era composto por inúmeros grupos da etnia terena. Como vemos,

[...] no início do século, a região era habitada apenas pelos índios terenas, os quais eram de índole pacífica, aceitando bem o contato com o branco e dedicando-se ao cultivo de vários produtos agrícolas como milho, mandioca, batata-doce, banana, feijão e amendoim, além da caça e pesca (PDA, 2009, p. 29).

Historiadores como Antonio Brand, descrevem que o pensamento da época sobre as populações indígenas, de desconsiderá-las como sujeitos de direitos da terra que possuíam “é um elemento comum às elites latino-americanas, para quem o destino era a sua incorporação total na nossa sociedade”, e que, além disso, “sua cultura era considerada primitiva, selvagem e, portanto, imprestável” (2011, p. 7). Outro fato importante para o município de Terenos foi a vinda da colônia de japoneses, no ano de 1963,

[...] trazidos do Japão pela Jamic (Japan Management Immigration Company), com o objetivo inicial de plantio de algodão e arroz e formação de pomar. Com a produção fracassada desses itens, a empresa colonizadora que trouxe do Japão os incentivou a mudar seu ramo para produção de ovos de galinhas. A opção deu certo, tanto que disso resultou a criação da Cooperativa Mista de Várzea Alegre que possui a maior produção de todo o Estado, conferindo a Terenos, um papel de destaque no cenário regional (PDA, 2009, p. 32).

Atualmente as quatro empresas de criação de aves para a produção de ovos no município produzem e comercializam em média 30 milhões de ovos por mês, e abastecem mercados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais¹². Estudos do PDA

¹⁰ O Serviço de Proteção ao Índio foi criado em 1910 com objetivo de promover os deslocamentos e a política nacional de relação do Estado com os povos indígenas no Brasil.

¹¹ Funai: Fundação Nacional do Índio. Instituição vinculada ao Governo Federal que responde pelas políticas públicas com os povos indígenas no Brasil.

¹² Conferir: *site* da Prefeitura Municipal de Terenos. Acesso em: 2 mar. 2014.

demonstram que Terenos possuía uma agricultura centrada na produção de arroz, cultura que foi revigorada ao final de década de 1970 e nos anos seguintes, com a incorporação de tratores e ampliação de novas áreas. E que “a rizicultura só perdeu a importância após 1975, quando passou a ser preterida pelo plantio de soja e milho que, mais tarde, também declinaram naquele espaço geográfico” (2009, p. 32). Alguns anos atrás a economia baseava-se no cultivo de milho, arroz e feijão. Porém, atualmente a economia está centrada na criação de gado de corte e leiteiro, criação de aves de postura e produção de hortaliças e frutas, apresentando-se de forma significativa no contexto econômico do município (IBGE, 1996).

Segundo o Censo do IBGE (2013), Terenos possui uma população de pouco mais de 19 mil pessoas, e se encontra entre os cinco municípios que mais obtiveram aumento populacional nos últimos anos. Vejamos a localização do município no cenário de Mato Grosso do Sul, com destaque para o assentamento Émerson Rodrigues:

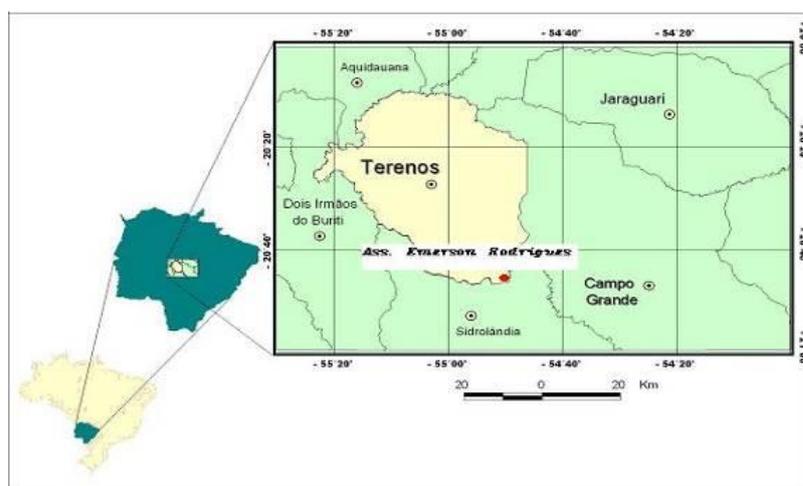


Figura 1. Mapa da localização do assentamento no município. Fonte: PDA, 2009.

Assim, nessa dimensão de grandes propriedades, seguindo pela BR 060, até a chegada ao Complexo Santa Mônica, as estradas cortam fazendas nas quais é possível observar o plantio de lavouras de milho, soja, cana-de-açúcar e criação de gado. Após a descida de uma pequena serra, avista-se, como mostrado na foto 1, o Assentamento Carlos Ferrari, do grupo da CUT (Central Única dos Trabalhadores), outro assentamento do conjunto que forma o Santa Mônica.



Foto 1 – Vista da entrada na área do Conjunto Santa Mônica, localizado entre os morros da Serra de Maracaju. Foto capturada pela pesquisadora, registrada no ano de 2007.

Como dissemos anteriormente, o conjunto do Santa Mônica é composto por três assentamentos interligados, Carlos Ferrari, vinculado à CUT, com 88 famílias; Santa Mônica, vinculado à Fetagri (Federação dos Trabalhadores da Agricultura), com 461 famílias e Émerson Rodrigues vinculado ao MST, com 166 famílias. A área total é de 7.960,2476 hectares e suas terras não foram desapropriadas, e, sim, compradas pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) por um valor de R\$ 72.723.795,87, montante pago pelos investimentos e benfeitorias existentes na área. A Portaria de criação foi emitida pelo Incra/013 em 17 de Abril de 2007, e tem o código MS-0202000. Pela sua interligação, de áreas justapostas, o sistema de educação, saúde, e transporte são oferecidos, pelo poder municipal/estadual, de forma conjunta para as famílias assentadas nos três assentamentos, visto que o que os separa é apenas um travessão principal da antiga Fazenda Santa Mônica.

Nossa pesquisa localiza-se no Émerson Rodrigues, conhecido como “Grupo do MST”, o qual também está organizado em três comunidades, sendo elas: Jacob Franciosi¹³, Eldorado dos Carajás e Francisco Rosa, conforme mostramos no mapa II, dados fornecidos pela Associação Estadual de Cooperação Agrícola (Aesca)¹⁴ (2009). Vale destacar que cada comunidade está organizada em grupos com média de 50 famílias e estes, por sua vez, organizadas em cinco Núcleos de Base (NB), com média de 10 famílias.

¹³ Foi uma homenagem prestada a Jacob Franciosi, militante do MST que morreu em um acidente de trânsito no município de Japorã/MS.

¹⁴ A Associação Estadual de Cooperação Agrícola é uma entidade jurídica do Movimento dos Sem Terra.

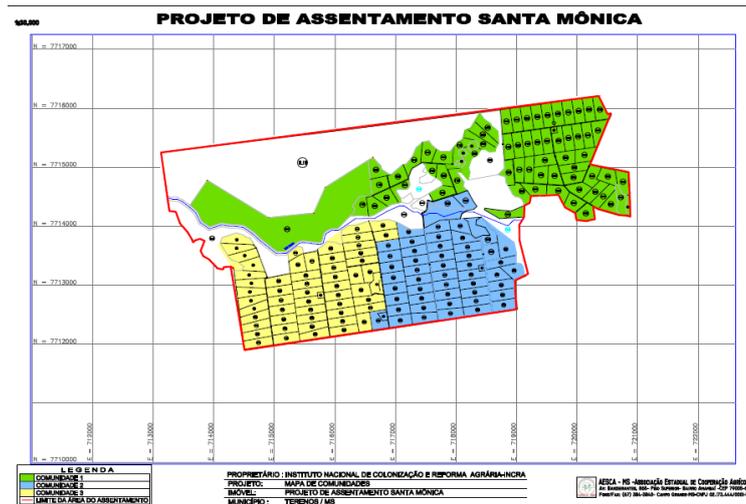


Figura 2: Mapa da organização territorial atual do assentamento Émerson Rodrigues. A área verde é a comunidade 1 (Francisco Rosa), área azul a comunidade 2 (Eldorado dos Carajás) e a área amarela é a comunidade 3 (Jacob Franciosi). Fonte: Aesca.

No entorno do conjunto dos três assentamentos que formam o Santa Mônica, localizam-se também outros, como o Assentamento Campo Verde, criado em 1987, numa área de 1.910 ha, com 60 famílias assentadas; o Assentamento Patagônia, criado em 1997, com 128 famílias, numa área de 3.502 ha; o Assentamento Nova Querência, criado em 1997, com 158 famílias, numa área de 3.308 ha; o Assentamento Paraíso, criado em 1997, com 98 famílias; e o Assentamento 7 de Setembro, criado em 2009, com 165 famílias. Assim, além dos três assentamentos criados na área do Santa Mônica, aos quais anteriormente nos referimos, temos esses outros cinco, o que torna aquele um complexo de oito assentamentos.

Nessa área, os serviços públicos oferecidos encontram-se centralizados em determinados locais desse todo. No Assentamento Patagônia, por exemplo, a área de ensino e de saúde está concentrada na Escola Municipal Salustiano da Motta e no Posto de Saúde, locais para onde converge a população de todos os oito assentamentos. Nela há, ainda, um pequeno núcleo comercial, com borracharia, padaria, dois supermercados, sendo um com internet, uma igreja católica e uma igreja evangélica. Não tem cemitério.

Um local de destaque para o lazer é o balneário, localizado no Assentamento Patagônia que além de águas usadas para banho de rio, conta com um campo de futebol, localizado a cerca de 15 km do Assentamento Émerson Rodrigues, chamado popularmente de “Chico Gato”.

Outro ponto de destaque nesse conjunto de assentamentos, localizado a cerca de 20 km do Complexo Santa Mônica, no Distrito de Quebra Coco, já no município de Sidrolândia, na

faixa de divisa com o Assentamento Campo Verde, está a Usina de Álcool, com o atual¹⁵ nome de Santa Olinda, a qual, segundo moradores mais antigos, foi instalada há mais de 30 anos e empregava a maioria de mão de obra indígena e dos assentamentos da região. É conhecida também pelos problemas de ordem trabalhista para com seus empregados e pelos danos ambientais que causava na natureza e afetava as populações dos assentamentos vizinhos. Segundo informação, encerrou suas atividades em junho de 2013¹⁶.

1.2 O coletivo organizado para a criação do assentamento Émerson Rodrigues

O MST começou a organizar o acampamento dentro da área da Fazenda Santa Mônica no final de 2005, quando já havia a perspectiva de que as terras seriam liberadas para a reforma agrária, o que aconteceu um ano depois. Nesta condição, com as terras na iminência de serem repartidas, foi formado um acampamento, entendido como pré-assentamento, mostrado nas fotos a seguir.



Foto 2 – Acampamento à beira da Fazenda Santa Mônica (ou pré- assentamento). Foto capturada pela pesquisadora, registrada no ano de 2006.

¹⁵ Dissemos “atual nome” porque a usina já mudou de donos e nomes por várias vezes.

¹⁶ Disponível em:<www.regiaonews.com.br/noticias/167785/Usina-Santa-Olinda-foi-vendida-e-sera-reativada-anuncia-Andre-Pucinelli-em-reuniao-com-prefeito>.



Foto 3 – Vista de um dos barracos improvisados com lona e restos de materiais de construção. Foto capturada pela pesquisadora, registrada no ano de 2006.



Foto 4: Vista da área da Fazenda Santa Mônica, que seria destinada para reforma agrária. Foto capturada pela autora no ano de 2006.

Segundo os relatos orais, na fase do pré-assentamento, as famílias que estavam acampadas já dentro da Fazenda Santa Mônica eram organizadas por Núcleos de Base (NB) e por Setores de Trabalho: saúde, que atendia e encaminhava casos de doença, prevenção e cuidados com água; cultura, que organizava noites culturais e atividades com as crianças e os jovens, além dos bailes e festas aos sábados; formação, que promovia cursos, dias de formação e estudos sobre a reforma agrária; produção, cooperação e meio ambiente responsável pelas atividades formativas e práticas relacionadas à produção agrícola; gênero, que visava fomentar a participação de mulheres e de homens nas atividades e fazer formação sobre a temática de gênero; finanças, que cuidava de um mercadinho onde eram comercializados produtos de primeira necessidade e garantia os recursos necessários para deslocamentos das equipes de negociação. De cada NB e Setor de Trabalho, elegia-se um homem e uma mulher como coordenadores e este grupo todo formava a coordenação geral do

pré-assentamento, que se reunia semanalmente, aos domingos, às 8 horas da manhã, no barracão central de reuniões, onde debatiam e encaminhavam ações, como mostrado nas imagens que seguem:



Foto 5: Reunião semanal da coordenação do pré-assentamento. Foto capturada pela pesquisadora no ano de 2006.



Foto 6: Realização da mística em dia de estudos nas reuniões semanais. Foto capturada pela pesquisadora no ano de 2006.

No decurso da pesquisa, quando da realização das entrevistas, ouvimos das pessoas que entrevistamos, relatos sobre as fases do acampamento, quando eram constantemente chamadas para participarem de reuniões de acordo com os setores dos quais faziam parte. Segundo depoimentos, funcionavam regularmente os setores de educação, saúde, cultura, segurança, finanças e a coordenação geral, que era composta por representantes dos setores e mais a representação de cada núcleo de base, constituído por dez famílias. Existia também um “bar das finanças”, que arrecadava dinheiro para ser utilizado para custear despesas das coordenações, em suas viagens de negociações com o Incra e outras reuniões necessárias. Geralmente todos pagavam as finanças.

Assim, aquele lugar, que outrora tinha sido um latifúndio de um dono só, com a demanda para reforma agrária, tornou-se um grande e coletivo exercício de organização de um novo território, configurado pela vivência cotidiana de novos desafios para uma média de 160 famílias, que lá se encontravam acampadas na fase de pré-assentamento, organizadas pelo MST, à espera da entrega dos lotes de reforma agrária. Embora para nossa pesquisa, o objetivo seja o estudo de caso de um assentamento do MST, convém lembrar também, que no espaço vizinho, também dentro da fazenda Santa Mônica, organizava-se ao mesmo tempo um acampamento da CUT e um acampamento da FETAGRI. Enfim

[...] a vida real é o acampamento que as próprias exigências da luta levantaram, por segurança e necessidade organizativa, a ter que, logo de início, reconstruir a vida social com outra ordem. Ali a linguagem reconstitui o sentido das palavras como: ‘assembleia’, ‘reunião’, ‘divisão de tarefas’, ‘núcleos’, ‘setores de serviços’ etc. O modo de vida determina o modo como a consciência se desenvolve (BOGO, 2009, p. 11).

O acampamento ou pré-assentamento localizava-se à beira de onde atualmente foi construída uma ponte, perto do Posto de Saúde do Complexo Santa Mônica. Lá estiveram acampadas famílias vindas de três diferentes municípios de MS: Jardim, Campo Grande e Dois Irmãos do Buriti. Importante retomar que, ao reunir famílias de localidades diversas, isso implicou na mudança de várias pessoas da sua região de origem, aspecto relevante porque a produção de alimentos demanda conhecimentos sobre as características da localidade, em relação ao clima, vegetação, tipo de terra. Além do mais, o distanciamento do local familiar e da parentela é outro fator que influencia na vida das pessoas – como se observa no depoimento a seguir –, e nem sempre as pessoas acabam por serem assentadas onde gostariam:

Eu chorei bastante porque eu não queria vir. E chorei bastante. A gente já era de lá, e vir para um lugar que a gente não conhece. Olhava pros lados, e essa aqui chorando também. Eu pensava meu Deus do céu... em que biboca que eu tô entrando? Eu chorei bastante, porque eu não queria vir. Porque você cria amizade, raiz... porque era tudo novo. Um lugar distante, só serra de um lado, do outro. Eu dizia: Jesus tende misericórdia! (Kelly, 25 anos, abril de 2014).

As famílias, em geral, moravam nos barracos de lona preta, e algumas repartiam moradia entre duas ou três outras. Estavam nucleadas por grupos de dez famílias, em Núcleos de Base. Os barracos eram geralmente construídos em grupo, compartilhando os trabalhos para sua edificação. Nesse tipo de construção de habitação, em períodos de calor os barracos

são quentes ao extremo, podendo chegar rapidamente aos 40 graus de temperatura, e o contrário ocorre quando faz frio, chegando ao extremo. O material utilizado para a construção, a lona, de mais fácil acesso para pessoas em estado de precariedade social, devido a seu baixo custo, não suporta temperaturas muito altas por muito tempo, rasgando com facilidade. De outro lado, os ventos fortes e as chuvas também são capazes de danificar as leves lonas das moradias, sendo até mesmo levadas pela força do vento. Enfim, nos barracos de lona preta, as pessoas acampadas ficavam à mercê dos tempos mediados pela natureza, podendo perder suas casas a qualquer momento, do dia ou da noite.

Essas dificuldades e resistências vividas no período do acampamento parecem ter efetivado marcas na memória das pessoas que entrevistamos, nas várias histórias que ilustram alegrias e dificuldades. Como exemplo o relato do período passado, até a conquista dos lotes:

A gente era igual formiguinha quem-quem, não tinha paradeiro. A maior dificuldade que a gente passou era de falta de água. A água era calcária. Mesmo assim tinha que buscar água muito longe. Depois o povo da comunidade mesmo que furou quatro poços, um esbarrancou e ficou três. A gente tinha que levantar 3h da manhã pra tirar água, mesmo com os poços construídos. E tudo era por fila, e a água era controlada por numero de pessoas (*na família*). Água salobra, salgada, muito ruim (Kelly, 25 anos, abril de 2014).

O depoimento de outra jovem evidencia memórias de criança ao dizer que “um problema é que a gente tinha que buscar lenha muito longe. A gente pegava carriola e ia buscar lenha. Às vezes de carriola, às vezes de bicicleta” (jovem assentada). Encontramos também relatos contendo memórias da importância do acampamento como espaço educativo, como a de um jovem adolescente de 17 anos:

Eu já gostava quando eu fui. Fui acostumando, e para mim foi bom o tempo que eu fui acampado. O tempo que eu fui acampado foi o melhor tempo da minha vida, que eu tive. Fiquei acampado de quatro pra cinco anos. As coisas melhores da minha vida foi o que eu aprendi no acampamento. Pelo fato de eu ser pequeno, pelo fato de eu não saber tanto, eu aprendi tanto lá. Me envolveram em muitas coisas, em coisas boas me envolveram. E eu sou o menino que eu sou, faço os teatros na escola, me dou bem com a parte cultural da escola, pelo fato de ter participado dessa trajetória que foi esses quatro anos que foi onde eu aprendi o que eu passo para muita gente (Willian, 17 anos, maio de 2014).

No final de fevereiro de 2006, o futuro acampamento já tinha um nome: Émerson Rodrigues, em homenagem à memória de uma criança de doze anos, vinda do Estado de Rondônia, assassinada por um fazendeiro, quando se encontrava no barraco, no acampamento.

Os relatos das entrevistas apontam o fazer cotidiano para chegar ao assentamento, e neles é possível verificar a continuidade na organização coletiva, e neles vemos que durante todo o ano de 2006 a organização interna foi fortalecida pelos estudos e encaminhamentos outros, especialmente, aqueles que visavam o diálogo com o governo do Estado, para fornecer apoio às famílias acampadas e atendimento através do Programa de Segurança Alimentar, com entrega de cestas básicas. Naquele ano, no dia 12 de outubro, foi organizado o Encontro dos Sem Terrinha, na área do acampamento, momento em que educadores e familiares preparam uma gincana educativa, teatro e inúmeras atrações para as crianças, que participaram com entusiasmo. Na oportunidade, houve um ponto forte da atividade, que reuniu a todos: foi um imenso bolo de aniversário para comemorar o dia das crianças, no qual, no meio estava desenhado o símbolo do MST, resgatando o sentido de pertença a um movimento social que unia aquelas crianças em torno do Encontro dos Sem Terrinha. Esta história está marcada nas lembranças das pessoas que eram crianças ou adolescentes e quem hoje são adolescentes ou jovens. Neste sentido é bom ressaltar que para o MST as crianças são terrinha são consideradas seu tesouro mais precioso, e que há uma grande preocupação com a formação das futuras gerações.

Assim, pelos relatos podemos construir a trajetória das famílias acampadas e os meios pelos quais promoveram a formação do assentamento Émerson Rodrigues, processo que ocorreu com mobilizações gerais do MST, debates com o Incra, especialmente superintendente da época, Luiz Carlos Bonelli, com o objetivo da desapropriação da Fazenda Santa Mônica. E contam os assentados, que a negociação de cada área e com cada movimento social, foi acontecendo aos poucos, pela via da negociação, com cada entidade. Enfim, no ano de 2006 foi viabilizada a desapropriação da área para efetivar o assentamento das famílias já acampadas.

Como elas se encontravam organizadas em grupos representados por diferentes movimentos sociais, dentre eles: o MST, que organizava 166 famílias, a CUT com 88 famílias, e a Fetagri com outras 461 famílias demandantes de terra, O Incra, em acordo com os movimentos sociais, dividiu a área em três grandes partes, uma para cada movimento social, e não pelo sorteio de lotes individuais no total de assentados, que totalizaria 715 lotes da reforma agrária. Nessa discussão, os movimentos sociais negociaram com o Incra, o formato interno da área sob sua responsabilidade. Segundo relato, o grupo do MST optou pela área perto de uma mata de reserva, e perto do rio, como mostramos nas fotos a seguir. Além disso, a área é relativamente próxima da estrada principal.



Foto 7: Rio Barreirinho que margeia o assentamento. Foto fornecida pelo assentado Francisco das Chagas Machado da Cruz, registrada no ano de 2005.

Foto 8: Área de reserva ambiental do assentamento. Foto fornecida pelo assentado Francisco das Chagas Machado da Cruz, registrada no ano de 2005.

Desta forma, decidida com o Incra a área em que seriam destinadas para cada movimento social, cada um deles organizou o sorteio dos lotes com seus integrantes acampados. No caso do MST, como já haviam organizados os Núcleos de Base com média de dez famílias cada um, que já se conheciam e conviviam juntas há algum tempo, optou-se por fazer um sorteio de cada NB dentro da área e depois o sorteio dentro de cada NB.

A festa como elemento simbólico da entrega do documento do lote aconteceu no dia 2 de dezembro de 2006 e para sua preparação foram organizadas equipes de trabalho que realizaram os preparativos, desde mutirão de limpeza em torno da casa da sede, montagem do palco para receber autoridades, e a preparação da mística. A equipe de alimentação preparou os lugares para assar a carne, e todos os detalhes para um grande almoço, num ambiente preparado com cadeiras, mesas, ornamentação. Enfim, no dia da festa era uma grande movimentação com parentes e amigos dos acampados chegando de todos os lugares, bem como autoridades e amigos dos Sem Terra, representante de entidades, políticos locais, e muitos convidados. Havia várias faixas de boas-vindas, demarcando a luta pela conquista da terra, como vemos nas imagens abaixo:

Foto 9: Porteira antiga da fazenda onde se localizava o acampamento, com faixa com os seguintes dizeres: “Bem-vindos à conquista do Ass. Émerson Rodrigues – A libertação dos trabalhadores virá dos próprios trabalhadores – MST – 2/12/2006”. Imagem capturada pela pesquisadora em 2006, no dia da festa de entrega dos lotes.



Foto 10: Faixa confeccionada pelas comunidades com os seguintes dizeres “Sejam bem-vindos! A Comunidade Émerson Rodrigues agradece a presença de todos. MST”. Foto capturada pela autora, ano 2006.



Foto 11: Ato de mística da festa de entrega dos lotes. Foto capturada pela autora, ano 2006.

No ato de entrega dos lotes para as famílias, os relatos que ouvimos no processo de entrevista, apontam para um ponto alto configurado no momento da mística, a qual envolveu muitas pessoas, especialmente as crianças, revivendo as histórias do período de acampamento, as lutas e as esperanças na nova terra conquistada. Para o MST, o assentamento parece ter

sido uma construção histórica, disputada cotidianamente com os valores da contracultura capitalista, na qual a vida e a política estão no mesmo lado da moeda. Neste contexto, “o assentamento é um território que permite ampla resistência das famílias contra a exploração do capital, pois apresenta espaço para a ação política organizada nas diferentes esferas da vida humana” (MST, 2008, p. 115).

Outro acontecimento daquele período, e que se fez presente nos relatos das entrevistas, indicando que está arquivado em suas memórias, foi o processo, desencadeado pela Polícia Federal, de investigação de compra e venda considerado irregular para lotes da reforma agrária, inicialmente no município de Itaquiraí, na chamada “Operação Tellus”. Foi uma investigação iniciada naquele município, no Assentamento Santa Rosa, no sul do Estado, e após isso, envolveu todo o estado de MS, atingindo também o Complexo Santa Mônica. O jornal *Correio do Estado*¹⁷, na ocasião, denunciou que a suspeita era de que o valor de comercialização da terra nua, na época da desapropriação, valia cerca de 40 milhões, mas a mesma havia sido adquirida pelo Incra, por R\$ 72.723.795,87. Essa situação também apareceu em outros assentamentos da reforma agrária, como no caso da Fazenda Eldorado,¹⁸ em Sidrolândia. Isso fez com que no período, vários funcionários do Incra fossem afastados, bem como um dos superintendentes chegou a ser preso, mas o fato é que nesse processo todo, os assentados foram os mais prejudicados, pois ficaram paralisados durante anos os benefícios sociais, como créditos para habitação e produção.

Atualmente o Assentamento Émerson Rodrigues, a exemplo da lógica do acampamento, organiza-se por comunidades, sendo divididas coletivamente por três, que seguem no seguinte formato: Comunidade 1, com o nome de Jacob Franciosi, composta por 64 famílias; Comunidade 2, com o nome de Eldorado dos Carajás, composta por 49 famílias; Comunidade 3, com o nome de Francisco Rosa, composta por 53 famílias. Cada comunidade possui cerca de um hectare destinado à área social, reservado para futuras obras de

¹⁷ Jornal *Correio do Estado*, do dia 31 de agosto de 2010. Matéria: “PF prende 20 suspeitos com envolvimento com fraude em reforma agrária”.

¹⁸ *Folha de São Paulo*, matéria de 29/4/2005: “Incra compra terras produtivas em MS. Em vez de buscar áreas improdutivas, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) virou o principal comprador de fazendas produtivas em Mato Grosso do Sul. O órgão ainda reduziu o tamanho dos lotes de 23 para 12 hectares por família e incentivou o aluguel de pastos nos assentamentos recém-criados. Desde maio de 2004, o Incra-MS gastou R\$ 273,4 milhões na compra de quatro fazendas. Neste ano, aprovou em audiências públicas a aquisição de outras três por R\$ 95,6 milhões e negocia ao menos duas áreas que devem custar R\$ 190 milhões. ‘Eu acho que a reforma agrária no país está errada’, afirma o superintendente do Incra no Estado, Luiz Carlos Bonelli, que defende como novo modelo a compra de fazendas e a produção coletiva (feita em sociedade pelas famílias) nos assentamentos”. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2904200523.htm>.

infraestrutura coletiva como área de lazer, agroindústria, escolas, salão comunitário, ou outro, de acordo com os interesses das comunidades. Nelas, existe cerca de cinco hectares destinados à área social coletiva do assentamento, interligando com a área de reserva, atualmente sem utilização. Esta organização ocorre para encaminhamento das ações diversas no cotidiano, mas em relação à área que cada unidade familiar ou lote ocupa, essa é, em média, de sete hectares, além de dois hectares para cada família, acrescida à área de reserva permanente, formando uma reserva particular, porém, coletiva.

Quanto aos fomentos acessados pelas famílias, no início do ano de 2007, elas acessaram o chamado “crédito de apoio inicial”, do Incra, no valor de R\$ 2.400,00, que foi utilizado para compra de alimentação e instalação da rede de água. Com parte deste crédito, cerca de R\$ 1.200,00 por família, foi perfurado um poço artesiano (média de 90 metros) em cada comunidade, e a água canalizada e distribuída nas residências, tendo cada família o direito de utilizar até dois mil litros de água por dia. Atualmente as comunidades enfrentam problemas alternados em relação ao fornecimento de água como: peças que precisam ser compradas para reposição das bombas, pagamento da energia que atrasa, descontrole no uso de água chegando acima do permitido por família. Nas entrevistas apareceram depoimentos de descontentamentos com a forma de contratação da empresa responsável pela perfuração dos poços artesanais nas comunidades, evidenciando projetos que nem sempre representam os desejos de todos os envolvidos.

Outro fomento acessado pelas famílias na fase inicial foi o chamado “crédito fomento”, também no valor de R\$ 2.400,00, utilizado para compra de calcário, sementes e mudas frutíferas e produtos da cesta básica.

1.3 Estratégias de organização coletiva no assentamento

Em 2008, por iniciativa de pequeno grupo de assentados, junto com o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST/MS, organizaram-se algumas atividades como dias de campo e cursos de formação, com a participação dos estudantes do MST que estavam vinculados ao Curso de Agronomia, um curso fomentado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e pela Universidade Estadual de Mato Grosso

(Unemat)¹⁹, instalada no município de Cáceres/MT. Houve discussões sobre modos de organização da produção, sobre o sistema agroecológico para produção agrícola e produção animal, associativismo e cooperativismo. Naquele período, começaram as discussões em torno da necessidade da criação de uma associação composta por pessoas das três comunidades e assim o debate continuou, e após dois anos, teve como resultado a criação da associação, não por representação oficial das três comunidades do Assentamento Émerson Rodrigues, mas por adesão ao grupo interessado na produção e comercialização de forma coletiva. Os depoimentos trazem relatos de um período de tensão entre a orientação do Setor de Produção Cooperação e o setor Meio Ambiente do MST, em nível estadual, associado à direção da área do assentamento, com relação ao encaminhamento sobre o tema da associação. Segundo os assentados, quando se chega aos lotes, um dos maiores desafios é ter conhecimento e orientação para saber os passos na direção da produção de alimentos. Esse desafio é amenizado superando as formas individuais e organizando-se em coletividades por interesses de produção. Um dos problemas encontrados na forma coletiva é que uma parte dos dirigentes não consegue compreender e encaminhar o debate em que se respeite a autonomia dos assentados na organização da produção de alimentos, diálogo que pode fortalecer o próprio movimento social, no caso, o MST. Alguns entendem esta questão e a tratam como se fosse uma articulação paralela e não dentro das instâncias da própria orientação do movimento social. Nesse assentamento, ocorreram conflitos desta natureza.

Um marco na trajetória da organização do assentamento, evidenciado nas entrevistas, ocorreu no ano de 2008, quando um clima hostil envolveu parte do grupo da coordenação do assentamento, contra o superintendente do Incra, à época, motivado pelo método utilizado pelo instituto para instalação da infraestrutura, especialmente em relação aos poços artesianos, o que resultou numa divisão no grupo do MST. Como resultado disso, foi formada outra associação, chamada Associação dos Produtores Rurais da Santa Mônica (Aprasmo), agregando 26 famílias que se desvincularam do MST e cerca de 40 vinculados à Fetagri, com a promessa, por parte de agentes externos, de que cada família teria apoio financeiro para construção de um tanque de piscicultura e construção de galinheiro para criação de frango semicaipira com abatedouro na região. Essa fala, repetida por todos da associação, foi perdendo forças com o passar dos tempos, haja vista que o prometido não aconteceu e cerca de dois anos depois houve, dentro deste grupo, um rompimento com a pessoa que dirigia esse

¹⁹ Universidade Estadual de Mato Grosso, *campus* de Cáceres.

processo junto à associação. Com isso, a associação continuou por mais um tempo tentando se organizar, mas acabou se fragmentando.

O MST, como movimento social, já tinha sua associação oficial, a Aesca, criada nos anos de 1990 com objetivo de prestar assessoria técnica, organizar os processos de associativismo e cooperativismo dentro dos assentamentos do MST, no Estado de MS. Desta forma, os assentamentos vinculados a este movimento social, contam com a sua associação estadual para alguns tipos de assessoria e acompanhamento. Em 2009, a Associação Estadual de Cooperação Agrícola (AESCA)²⁰ coordenou a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), uma etapa prevista nos assentamento de reforma agrária, que é um documento que teve como objetivo fazer um diagnóstico geral do assentamento, levantando vários aspectos como: contexto socioeconômico e ambiental (flora, fauna, aspectos geológicos, topográficos, cobertura vegetal), aspectos sociais (educação, saúde, cultura e lazer) e possibilidades de viabilidade de geração de trabalho e renda. Estes serviços são geralmente demandados pelo Incra que acompanha as ações, como por exemplo, no final, quando o plano é entregue com indicativos de ações de desenvolvimento do assentamento e que sirvam para orientar assistência técnica.

Em nossas pesquisas encontramos documentos do ano de 2009 que registram as primeiras discussões sobre a possibilidade de criação de uma associação, os quais tratavam da criação da Assol, intentando viabilizar meios para fortalecer o grupo pela via do coletivo:

[...] ‘a gente se sente sozinho’; ‘precisa disso, mas bem organizado’; ‘e não se organizar, não vamos sair do lugar’; ‘nós que saímos daqui pra cidade, somos humilhados mesmo. Oferecem valor vergonhoso pelos nossos produtos porque não temos onde vender’; ‘se nós tivéssemos organizados, estaríamos em outro estágio’; ‘a cooperação é o caminho certo. Se desprende do individualismo’; ‘a parte da comercialização é a parte mais complicada. A cooperação nos empurra para planejar a produção. É difícil dominar a produção. Precisamos dominar a porteira para fora’; ‘a terra aqui é muito boa. O grande gargalo é o atravessador’; ‘outro aspecto é que pra gente vender tem que ficar o tempo todo na rua’; ‘a saída é coletiva. A comercialização e a compra tem que ser coletiva’; ‘o problema só vai ser resolvido por nós mesmos’ (Cadernos de registro das reuniões que antecederam a criação da Assol, ano 2010).

A Associação de Produtores em Economia Solidária do Assentamento Santa Mônica (Assol), foi criada em assembleia com 39 sócios e sócias, no dia 5 de fevereiro de 2011,

²⁰ Aesca, entidade vinculada ao MST no Estado de MS.

conforme foto a seguir, no lote 76, reunião na casa do assentado Francisco, da Comunidade Eldorado dos Carajás. A Associação foi identificada dessa forma, no artigo quarto da ata de criação:

[...] a associação terá como objetivos aglutinar trabalhadores, camponeses, agricultores familiares, assentados, para promover o desenvolvimento econômico e solidário, social e cultural da comunidade em geral, estimulando o desenvolvimento de tecnologias alternativas, estimulando a preservação e educação ambiental, apoiando as diversas formas de cooperação agrícola, incentivando a agroecologia, promovendo processos de educação popular (Ata de fundação da Assol).



Foto 12: Reunião das famílias para estudo sobre cultivo de bananas e organização da Assol. Foto capturada pela autora no ano de 2010.

A primeira diretoria foi composta por três homens e três mulheres, num grupo que teve como demanda principal encaminhar o registro oficial no cartório de Terenos, o que ocorreu no mês de julho de 2011, conforme foto que mostramos a seguir, sendo que o passo seguinte foi elaborar o projeto para acessar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da Companhia Nacional de Abastecimento, vinculada ao Governo Federal (Conab). Com a formação dessa associação, observamos, pelos documentos, que ao concluírem o encaminhamento da parte oficial do projeto, a primeira coleta e entrega de produtos aconteceu no dia 1 de fevereiro de 2012, na aldeia urbana Marçal de Souza, no município de Campo Grande.



Foto 13: Entrega de produtos ao PAA, modalidade “compra e doação simultânea”, em aldeia indígena urbana Marçal de Souza. Foto feita em 2012, e cedida por Edilson Soares.

Sobre a criação da Assol a pesquisa, organizada pelas estudantes do Curso de Ciências Sociais da UFGD, pelo Programa Nacional de Educação nas áreas de Reforma Agrária (Pronera)²¹ mostra:

[...] ainda no que diz respeito às estratégias para permanecerem no sítio foi criada a Assol – uma associação com a finalidade de negociar melhores condições de comercialização da produção, bem como criar projetos que possam incluir também os jovens e mulheres do grupo no processo produtivo. Como é o caso de um subgrupo que está sendo criado no intuito de fazer o aproveitamento do buriti, um fruto típico do cerrado. A experiência envolverá aspectos não só econômicos, mas de agregação de valores pessoais e coletivos, interação social. Através da associação conseguiram uma parceria com a prefeitura de Terenos e Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, através do programa PAA– Programa de Aquisição de Alimentos e doação simultânea, em que a prefeitura compra os alimentos dos assentados e assentadas e doa a um grupo/comunidade ou entidade carente (SOUZA; RODRIGUES, 2012, p. 21).

A criação da Assol motivou o grupo a encaminhar parcerias, uma delas foi à tentativa de criar um banco de adubação verde, com apoio do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), no ano de 2011, além de compor as discussões do Fórum Estadual de Economia Solidária desde sua fundação. Em relação à infraestrutura, a Assol conseguiu uma área para construção da futura sede, e recebeu a doação de um pequeno trator do patrimônio

²¹ O Pronera está vinculado ao Incra.

do Mapa, e também adquiriu um caminhão pequeno e usado, para realizar o transporte de produtos na localidade. Pela análise dos documentos da associação, observamos que nela existe um subgrupo ou núcleo de agroecologia, composto por seis famílias, vinculado à Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (Apoms), que por um período de aproximadamente um ano (2011 e 2012), teve participação na feira semanal de orgânicos, organizada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Campo Grande. Vale salientar que no ano de 2014, a APOMS²² conseguiu aprovação de um projeto na Petrobrás, o que conseqüentemente levou-a a um acompanhamento mais sistemático das famílias, com assistência técnica, insumos e articulação para troca de experiências, visando fortalecer a produção agroecológica e a certificação da produção.

1.4 O processo de infraestrutura no assentamento: o sistema de Educação

Em relação à educação no assentamento Émerson Rodrigues, de uma população de 166 famílias, segundo levantamento realizado em 2008, pela parceria entre a Aesca, a Caixa Econômica Federal e o Incra, para construção das casas do Projeto de Habitação do Governo Federal, o assentamento contava com 334 crianças no ensino fundamental, 90 no ensino médio, além de dez pessoas assentados com nível superior. Mesmo diante do elevado número de crianças, o assentamento não conta com escola e nem mesmo no Complexo Santa Mônica. O acesso das crianças até a escola é realizado pelos ônibus escolares, percorrendo, para isso, 15 km até chegarem à escola Salustiano da Motta, localizada no Assentamento Patagônia, espaço que atende o maior número de crianças do assentamento. Há, ainda, crianças com idade inferior, que estudam na escola do assentamento Campo Verde, localizado a cerca de 15 km do Émerson Rodrigues. Já em relação ao Ensino Médio, os alunos dessa fase são atendidos pelo Estado, numa extensão da escola da cidade de Terenos, com a estrutura da escola municipal, emprestada no período noturno. Essa extensão funciona dentro da Escola Municipal Salustiano Correia da Motta, também há 15 km do assentamento.

Em virtude do elevado número de estudantes no ensino médio, há uma reivindicação antiga pelo seu oferecimento durante o dia, sendo que para essa demanda as famílias têm se reunido e encaminhado solicitações, como a de 2010, quando um grupo de mães e pais entregou um abaixo-assinado na Secretaria de Estado de Educação, quando pautaram a

²² APOMS: Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul.

preocupação com jovens e adolescentes expostos a envolvimento com drogas e alcoolismo, mais frequentes no período noturno. Sobre a realidade vivida na escola e no transporte escolar pelas crianças do assentamento, encontramos o seguinte diagnóstico:

[...] desde este período as crianças saem do assentamento de ônibus e vão para três escolas que existem na região. De ônibus as crianças chegam a percorrer entre 15 e 50 km para chegar à escola. O trajeto até a escola: os ônibus são precários, velhos, estão sempre com problemas mecânicos. Normalmente estão cheios, não cabendo todas as crianças. As estradas normalmente estão esburacadas, e péssimas para o trajeto. Não há nenhum adulto que se responsabilize pelo cuidado com as crianças, desta forma, há violência no interior dos ônibus. As crianças brigam, disputam espaço, machucam-se, agridem-se fisicamente e emocionalmente também. Há vários relatos deste tipo de violência. Outra realidade vivenciada pelos educandos do assentamento diz respeito a conteúdo do processo educacional. O modelo de escola e educação é altamente urbano. Nem um pouco voltado para a realidade do campo. Não dialoga com esta realidade, não parte desta realidade. Copia um sistema de ensino 'comprado' pelo município, onde o mais importante é 'preparar os alunos para competir no mercado'. Sobre os professores, há muito que se refletir também. Falta capacitação adequada, de acordo com a realidade do campo, e de acordo com as necessidades dos educandos. Falta material didático e pedagógico de acordo. Falta incentivo salarial, para que eles não necessitem de sobrecarga de horário de trabalho. Falta que os professores se desafiem a estudar e produzir novos conhecimentos, de acordo com a realidade. Alguns professores também conseguem seus 'cargos' em troca de voto, desta forma, é comum os professores serem cargos de confiança, Enfim, falta também a liberdade da tutela da secretaria de educação que os trata como seres sem capacidade de produção de conhecimentos²³.

Ainda em relação à educação escolar, a Prefeitura organizou o trajeto colocando pontos de ônibus para as crianças, embora haja várias reclamações de que estes estão localizados distantes das casas, o que causa medo quanto à segurança das crianças. Existe um ônibus que circula nos três períodos do dia: manhã, tarde e noite. Quando chove os ônibus raramente passam, e/ou atolam nas estradas com condições nem sempre próprias para circulação nos dias de chuva. Isso provoca atraso na chegada das crianças nas escolas e nas casas, sofrendo inúmeras vezes de fome e frio. Nos períodos de inverno, com frio intenso, com os dias curtos, as crianças têm que sair de casa ainda escuro (quem estuda pela manhã) e retornam à noite (quem estuda pela tarde). Os que estudam à noite, em geral, os mais velhos, também sofrem problemas semelhantes, saindo de suas casas no meio da tarde e só retornando no início da madrugada.

²³ Parte de um trabalho elaborado pela autora para o Curso de Especialização em Educação do Campo pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, no dia 12/2/2010.

No que se refere à habitação, é preciso destacar que esta recebeu mais atenção a partir das mobilizações por direitos sociais, acontecidas em todo o país e batizado pela imprensa de “Abril Vermelho”, especialmente aquelas de 2009, quando famílias do assentamento acessaram o “crédito habitação”, no valor de onze mil reais para a construção das casas. Este direito pela moradia no campo decorreu da criação de um programa no âmbito nacional, resultado de históricas e intensas negociações entre governo e sociedade civil.

É preciso destacar que, até então, não havia projeto de construção massiva, de casas populares na zona rural, mas os investimentos na área eram escassos e pouco permitia quanto à construção de casas isoladas e de tamanho pequeno. A partir de 2009, com as mobilizações realizadas pautando a importância de moradias no campo, resultou numa parceria entre governo federal, através da Caixa Econômica Federal, e as entidades locais dos movimentos sociais organizados. Segundo reflexão do MST no MS, junto aos assentados,

[...] a construção das nossas casas é muito importante. A reforma agrária, enquanto conceito está definido desde a criação do Estatuto da Terra como ‘um conjunto de medidas que possibilite o desenvolvimento econômico, social e cultural de um determinado território e, conseqüentemente, de um determinado grupo social’. Por isso, os movimentos sociais têm lutado por crédito, energia elétrica, escolas, saúde, centros comunitários, quadras poliesportivas e, principalmente, construção de moradias com um mínimo de decência para que as famílias tenham conforto e satisfação familiar. Essa conquista deve ser valorizada, pois as melhorias das casas no meio rural nunca apareceram como um problema social a ser resolvido pelos governos (MST/MS, 2009, p. 3).

Este projeto de construção das moradias foi coordenado pela Aesca, que tem como organização o trabalho em mutirão, realizado em grupo de famílias beneficiadas com casas, associando uma gestão dos recursos adequada pela aquisição de materiais com baixos custos, e de qualidade. Isso rendeu à Aesca um prêmio da Caixa Econômica Federal, na modalidade de tecnologia alternativa de baixo custo, empregada na construção das casas nos assentamentos do MST, em MS. De acordo com a planta orientada pela equipe de arquitetura da Aesca, cada casa possui 71 m², e segue um projeto padrão, com três quartos, varanda, cozinha e sala conjugada. São casas de padrão médio, confortáveis, fazendo com que as famílias tenham moradias adequadas, como podemos observar nas imagens que apresentamos a seguir:



Foto 14: Casa em construção, localizada ao lado do antigo barraco de madeira. Fotos registradas pela autora no ano de 2010.



Foto 15: Casa construída com recursos do projeto. Foto registrada pela autora no ano de 2010.

Os materiais utilizados na construção das casas foram adquiridos pela Aesca na forma de mutirão, e as famílias assumiram a mão de obra. Esse processo levou vários assentados a se qualificarem para exercer a atividade como pedreiros e serventes, e gerou trabalho e renda dentro da localidade. Entre os anos de 2013 e 2014, as famílias acessaram um valor aproximado de três mil reais para a fase do acabamento de suas casas, como reboco, forro, piso e pintura.

O acesso no fomento para a construção de residências foi comemorado pela comunidade, o que pode ser observado pelas imagens, especialmente aquelas da primeira fase de construção, concluídas no ano de 2009, sendo que no dia 29 de setembro, com casas construídas e com rede elétrica instalada, houve a comemoração da chegada de ambas – casa e energia elétrica –, como um evento importante para todos. À medida que as casas foram sendo finalizadas, a rede de energia elétrica foi sendo ampliada, como ação do programa do

governo federal iniciado na gestão do governo Lula chamado “Luz para Todos”, uma reivindicação histórica das pautas dos movimentos sociais do campo, que na última década, se constituiu um dos programas sociais que mais contribuíram para elevar o nível de qualidade de vida das pessoas que moram assentamentos.

No mesmo ano foi instalada a Unidade Básica de Saúde do Programa de Saúde da Família, do governo federal. O “postinho”, como é chamado pelos assentados, atende os três assentamentos e moradores de outros assentamentos localizados em seu entorno. As agentes de saúde são todas mulheres, orientadas a visitarem as casas mensalmente para acompanhar as gestantes, o peso das crianças menores de seis anos, os casos de hipertensão, diabetes, problemas de coração e outros casos mais graves. Em situação de necessidade de exames clínicos, quando solicitados pelos médicos, geralmente é um clínico geral que atende no local, as pessoas atendidas são encaminhadas para a sede o município de Terenos, para lá realizarem tal procedimento. Nos casos de atendimento de emergência, há os telefones de dois motoristas que se revezam para isso, fazendo uso de ambulância do posto para o transporte dos doentes. Porém, as comunidades se auto-organizam e socorrem seus doentes nos momentos de emergências usando carros particulares. Quanto aos remédios, nem sempre o posto dispõe de todos os indicados, sendo essa uma demanda dos próprios funcionários do posto, que apontam até mesmo negligência em relação ao recebimento de medicamentos pelo posto, muitas vezes em vias de vencimento de seu prazo de validade. Na unidade há um médico clínico geral, dentista, enfermeira e nove agentes comunitários de saúde (concurados no ano de 2011), estes últimos, pessoas do próprio assentamento. Já o médico, dentista e enfermeira residem na área urbana e diariamente se deslocam do município a fim de atender a população do assentamento.



Foto 16: Posto da Unidade Básica de Saúde que atende os três assentamentos do Complexo Santa Mônica. Fonte: PDA, 2009.

Quanto ao lazer, as pessoas se visitam frequentemente para conversar e tomarem tereré²⁴, hábito muito utilizado no local. Além disso, é comum a organização de festas comunitárias realizadas nas igrejas ou nas casas de famílias, visando comemorações, e nas quais são feitas comidas típicas, sendo que dentre os pratos servidos o “puchero”, prato bastante típico no assentamento.

Em uma das comunidades, há uma igreja evangélica construída desde meados de 2009. Já os católicos construíram espaços para as orações comunitárias, motivados por um trabalho missionário de visitas às famílias, realizado pela Igreja Católica com um grupo de seminaristas, durante as férias de janeiro de 2011. Este trabalho organizativo de caráter religioso continua nas três comunidades do assentamento.

Outra atividade é o esporte, para o qual os homens se deslocam até lugares distantes para uma partida de futebol masculino, ou mesmo para frequentarem bares no assentamento. No caso dos jovens, e mesmo para as famílias, os rios da localidade servem de espaço para diversão. Os bailes em que comemoram alguma ocasião especial, como aniversário, casamento, dias especiais, constituem também lugares de reunião social da comunidade e neles “(...) as músicas e as danças são diversas indo do chamamé (dança típica do MS com influência dos paraguaios), a vaneira, o dance, o funk, o sertanejo etc.” (PDA, 2009, p. 89).

Quanto aos jovens, no ano de 2008, durante um seminário organizado pelo MST, foi levantado entre as suas dificuldades, o desejo de que houvesse mais atividades de lazer no assentamento como: trilha ecológica, passeios ciclísticos, e outros²⁵. Em relação às mulheres assentadas, na época de elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, “45% destes lotes são dirigidos por mulheres” (PDA, 2009, p. 78).

Em relação à segurança, desde a criação do assentamento até os dias atuais, houve três casos de homicídios, em 2011, 2013 e 2014, sendo que todos os assassinatos foram praticados por homens contra homens. Registra-se também que houve um caso de violência contra criança no ano de 2009, que foi denunciado, apurado e encaminhado pelo Conselho Tutelar e

²⁴ Tereré é uma bebida, parte do costume local, herdado da cultura indígena guarani kaiowá. Utiliza-se uma cuia onde mistura-se a erva mate com água gelada e toma-se com uma bomba. Muito utilizada especialmente nos hábitos camponeses, onde se toma também em rodas de conversa ou quando se faz um breve intervalo da lida com os trabalhos diários.

²⁵ No ano de 2011, no mês de julho, alguns jovens do assentamento participaram de uma Oficina com Jovens e Adolescentes durante o Encontro Estadual dos Assentados e Assentadas da Reforma Agrária, ocorrida no Assentamento Itamarati, em Ponta Porã, que orientou os jovens a se nuclearem em grupos para continuarem discutindo suas questões específicas. Entre as dificuldades encontradas, está a questão do transporte para se locomoverem, devido às longas distâncias para se encontrarem.

a família mudou-se do assentamento. Houve, ainda, um caso denunciado de tentativa de estupro de jovem, e casos de violência contra mulher, porém estes não se tornaram denúncias oficiais.

Na área da assistência social, especialmente para encaminhar documentação, aposentadorias, e outros direitos previdenciários, faltam profissionais e responsáveis para tais fins, embora seja uma necessidade constante por parte das famílias. Estes dados são relatados especialmente pelas agentes de saúde que trabalham no programa de saúde da família.

Em relação ao trabalho e geração de renda, há pessoas que trabalham e comercializam produtos de seu lote e há os que trabalham fora do assentamento, como na usina do Quebra Coco, nas fazendas no entorno, fazendo diárias para outros assentados ou em Campo Grande. Ainda, dados do PDA registram que no ano de 2009, a renda média familiar era de R\$ 200,00 (2009, p. 88).

Em relação ao transporte interno no assentamento, a maioria das famílias utiliza bicicleta, moto, cavalo e carroça para se locomoverem. Em relação ao transporte entre o assentamento e a cidade de Campo Grande, há uma empresa de ônibus chamada Expresso Queiroz que realiza o trecho Campo Grande – Patagônia, ida e volta, diariamente, saindo da rodoviária de Campo Grande às 6h30 e às 15h, e o custo da passagem é de R\$ 9,60 (no período da pesquisa de campo, ano de 2014).

Em relação à questão ambiental, em outubro do ano de 2009, numa parceria entre MST/Aesca e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), a comunidade iniciou um projeto de formação de um grupo denominado Agentes Ambientais Voluntários (AAV). O projeto realizou um curso intensivo de formação para 23 pessoas, sendo duas da Fetagri e 21 do MST. Os integrantes do projeto executaram ações como: trabalhos sobre educação ambiental nas escolas da região, participação em campanhas de doação de mudas, debate com a comunidade sobre modelo produção de sistemas agroflorestais.

No ano de 2010, devido a uma estiagem prolongada aconteceram incêndios em todo o assentamento, queimando os morros da reserva, pastagens, plantações, sistemas de encanamento de água e até casas residenciais. Desde aquele período, os debates comunitários e as parcerias com Ibama, levaram à formação de uma Brigada Voluntária de Combate aos Incêndios Florestais. O trabalho contribuiu para manter a comunidade alerta e com isto, diminuiu consideravelmente o número de focos de incêndio em todo o Complexo Santa Mônica. Atualmente, a comunidade conta com a brigada de voluntários treinada para o

combate aos incêndios, e conta também com alguns equipamentos de uso comunitário que foram doados pelo Ibama para serem utilizados nessa função.

Quanto à produção agrícola, quando as famílias chegaram, fizeram várias experiências, na maioria sem assistência técnica, testando a fertilidade da terra, comparando a adaptação de determinados produtos agrícolas, aprimorando a capacidade produtiva. Segundo levantamento do PDA

[...] este assentamento possui diversos tipos de culturas como: feijão, milho, mandioca, abóbora, quiabo, batata doce, mamão, maxixe, amendoim além de vários tipos de frutíferas sendo que os sistemas de produção adotados são simples e sem tecnologia, pois, algumas destas culturas, são apenas para o consumo e outras são para serem comercializadas (PDA, 2009, p 87).

Atualmente, o Complexo Santa Mônica vem se destacando nos noticiários locais como grande produtor de quiabo, conforme chamada de capa “Produção de quiabo de Terenos abastece Campo Grande”²⁶. Entre os problemas previamente levantados pelos assentados sobre a produção, está a dificuldade em comercializar os produtos, como explica um assentado exemplificando o caso do quiabo, que em períodos de chuva – fator que aumenta a produtividade – há grande oscilação no preço da caixa para comercialização. Segundo depoimento do agricultor assentado João Feliciano²⁷, “a caixa de quiabo varia entre R\$ 1,80 a 70,00 (no período da pesquisa de campo, ano de 2014), pagos ao produtor dependendo da época. Os atravessadores, que vivem de comprar e comercializar produtos, acabam ficando com parte dos lucros, que pode variar entre 40% a 50% da produção”. Entre janeiro a março, o assentamento chega a produzir no mínimo 10 toneladas de quiabo por semana, segundo as contas dos agricultores, coletadas no decurso das entrevistas (ano de 2014). Além do quiabo, a comunidade mantém produção de mandioca, feijão, milho, carnes, frutas, dentre outros, dados que analisaremos, mais detalhadamente no capítulo III.

1.5 Organização atual do assentamento

Nos primeiros anos do assentamento, o assentamento organizava-se em três comunidades de média de 50 famílias cada uma, prática oriunda desde o período de

²⁶ Jornal *Correio do Estado* de 26/4/2010.

²⁷ O entrevistado concedeu autorização para publicação de seu nome. Seu nome foi publicado porque remete a dados sobre a produção de alimentos.

acampamento. Cada uma destas comunidades possuía como representantes um homem e uma mulher que se aglutinavam com outros representantes de outras comunidades de assentamento para comporem a Brigada da Regional Centro (imediações de Campo Grande), e assim compunham a Coordenação Estadual do MST. Internamente o assentamento era composto por NBs que reunidos em cada comunidade, cada um tinha um homem e uma mulher como coordenadores e responsáveis pela composição de uma coordenação geral do assentamento. Esta coordenação, por sua vez, era composta por cerca de 30 representantes dos NB, mais os representantes dos setores e alguns convidados, perfazendo um total de aproximadamente 40 pessoas.

Sobre como se organiza o assentamento atualmente, percebe-se que a forma inicial já não existe mais e atualmente as famílias vão às reuniões movidas por interesses pontuais, como a reforma da casa, a liberação do crédito, por exemplo. Nos depoimentos chama a atenção a alegria pela libertação da figura do “patrão”, embora pesem todas as contradições relacionadas a produção de alimentos, e a necessidade de estar cotidianamente lidando com os cuidados com a produção e com os animais. De outro lado, também as lideranças locais que antes articulavam dias de formação e debates também já não articulam mais, havendo claramente um recuo para dentro de cada unidade familiar. Há então, preliminarmente, a contradição a ser resolvida entre o que se diz costumeiramente entre alguns dirigentes, que “o povo não quer saber de nada depois de assentado”, e uma espécie de distanciamento do tratamento ao tema da formação e da mobilização dentro do assentamento por parte dos dirigentes. Nas três comunidades existem os dirigentes que são vinculados à Direção Estadual do MST, porém, persiste a dificuldade em ampliar as discussões para parcelas mais amplas do conjunto do assentamento. De outro lado, este assentamento do MST vincula-se às lutas estratégicas mais gerais da Via Campesina, como a discussão da soberania alimentar que vem dando referenciais que chegam até o assentamento na forma de orientação para resistência na terra, através da produção de alimentos saudáveis, multiplicação de sementes crioulas, participação das mulheres. Enfim, os dilemas deste assentamento se inscrevem como parte dos dilemas gerais da reforma agrária no Brasil, que segundo Medeiros (2003):

[...] essa multiplicidade de situações e atores envolvidos quer na luta por terra, quer na constituição de assentamentos, é demonstrativa da complexidade do processo que tem levado trabalhadores ao acesso a terra e da impossibilidade de tratar seus desdobramentos de forma simplificada (p. 80).

Neste sentido observamos que a vida no assentamento apresenta, de um lado, a possibilidade de que os assentados se sintam libertos da figura do patrão no comando de seus corpos, e de outro lado, esta mesma liberdade não lhes possibilita desenvolver suas plenas potencialidades como gostariam, no caso da produção de alimentos, por exemplo. Aí reside provavelmente um dos maiores dilemas dos assentamentos da reforma agrária no contexto sul-mato-grossense, haja vista que,

[...] garantir segurança alimentar implica em criar política pública de reforma agrária que possibilite aos assentados possuírem um espaço de produção. O assentamento deve proporcionar condições necessárias para o desenvolvimento pleno de todas as atividades produtivas realizadas pelas famílias na perspectiva de garantir a autossustentação e a produção para a geração de renda, além da seguridade de todos os direitos sociais como: educação, saúde, lazer, entre outros (OLIVEIRA, 2010, p. 16).

Nesse assentamento se escuta entre os Sem Terra que “o MST é uma grande escola”, como constituição e afirmação da identidade camponesa, sem negar as contradições que persistem, mas fica evidente que é o caráter educativo do MST, que faz muitas pessoas se perguntarem:

[...] então ainda existe quem acredite que é possível mudar o seu próprio destino; de onde vem tanta energia e disciplina para se organizar, para fazer ocupações para caminhar tantos quilômetros a pé, para lutar sem desistir? [...] e ainda cantam, empunham bandeiras, fazem festas, levam suas crianças, dão cor e graça às cidades por onde andam... (CALDART, 2000, p. 21).

1.6 O assentamento Émerson Rodrigues como resultado da ação do MST na luta pela terra

As orientações para a criação do complexo Santa Mônica, bem como outros assentamentos rurais na realidade brasileira, dentre eles o Émerson Rodrigues, decorre da ação dos movimentos sociais encaminhando a demanda pela divisão de terras e criação de lotes de reforma agrária.

Para a pesquisadora Maria da Glória Gohn (2004), em suas pesquisas sobre movimentos sociais, as “lutas sociais são parte constitutiva das sociedades humanas desde os primórdios” (p. 320). Neste contexto consideramos que a luta acontece em todos os espaços, podendo ser

no mundo da política, no mundo da casa, no ambiente do movimento social, no ambiente dos espaços educativos. Pode ser a luta pela liberdade, a luta pelos direitos à igualdade entre os sexos, a luta por alimentos, a luta por moradia, educação, transformação do sistema... enfim, todos os povos lutam²⁸. Para nós, é interessante observar que

O que a maioria das novas análises não tem considerado é a questão das classes sociais, pois elas filiam-se a modelos pós-modernos de explicação da realidade social, desconsideram as explicações estruturais do materialismo histórico. Em nome de um debate 'renovado' desqualificam veios interpretativos relevantes, ignoram a política e a conjuntura econômica, tentando criar novas leituras da realidade como 'corretas', em nome das diferenças e diversidades (GONH, 2012, p. 32).

Para Medeiros (2003), o período que compreende o final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, foi marcado pelo fato da reforma agrária passar à pauta de forma ampla, e disputada por forças sociais de diversas tendências, reflexo das lutas desenvolvidas em várias partes do país. Uma das linhas homogeneizada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) defendia que a reforma agrária era condição necessária para eliminar os restos do feudalismo que impediam o avanço das forças produtivas no campo, e então a reforma agrária criaria condições para uma revolução socialista. Ainda Medeiros (p. 20) atenta que a revolução cubana, de 1959, influenciou para que o governo dos Estados Unidos da América (EUA) criasse a “Aliança para o Progresso”, programa de caráter conservador na América Latina, como uma das formas de contenção da “ameaça comunista”, depois de Cuba.

Para o pesquisador Sérgio Sauer (2010), “a partir dos anos de 1950 e de 1960, quando os programas de modernização agropecuária começaram a ser implantados, através da

²⁸ Exemplo disso são as lutas de resistência à colonização realizadas pelos povos indígenas. No Brasil, na chegada dos europeus ao continente latino-americano, “não se sabe ao certo quantas nações havia nas Américas no final do século XVI, mas era certamente mais de 3 mil” (PREZIA; HOORNAERT, 1992), e havia um expressivo número de cerca de 5 milhões de indígenas no país, vivendo em sistemas onde a economia e toda a vida era um sistema comunal. E que houve muitas tentativas de manter o povo indígena sob regime de escravidão, como nos contam as histórias de resistência como a Confederação dos Tamoios, a Guerra dos Potiguara ou as lutas dos guarani com Sepé Tiaraju (STEDILE; GÖRGEN, 1993; FERNANDES, 2001). Para Oliveira (2002), os “conflitos sociais no campo, no Brasil, não são uma exclusividade de nossos tempos. São, isto sim, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país” (p. 11). Os indígenas foram sendo dizimados e a escravidão negra foi impondo-se desde a implantação dos primeiros engenhos no Brasil, em 1570. Sendo que “por volta de 1580, dos 12 mil escravos que existiam nos engenhos de Pernambuco, 10 mil eram africanos e 2 mil indígenas, segundo testemunho do padre Anchieta” (PREZIA; HOORNAERT, 1992). As revoltas e as lutas dos povos do continente africano os levaram a se organizar nos quilombos, que eram áreas livres da escravidão. Para Fernandes (2001), “o quilombo foi o território livre, era a terra onde viviam negros, alguns índios e também trabalhadores livres e marginalizados pela sociedade colonial” (p. 26). E para Oliveira (2002), o quilombo constituía-se como “território negro livre no seio do latifúndio branco europeu”, e Palmares foi o exemplo mais conhecido desta resistência africana, que persistiu por 98 anos.

chamada revolução verde²⁹, na América Latina, e de seu conseqüente “processo de modernização conservadora” no Brasil” (p. 29), esse processo provocou alterações profundas no meio agrário, porque ampliou a má distribuição de terras e aprofundou o modelo excludente e concentrador: “o processo de modernização provocou um deslocamento de milhões de pessoas do meio rural para os meios urbanos (periferia das cidades) ou para as áreas de colonização na região da Amazônia Legal” (p. 31).

Em 1964, o Golpe Militar, sob a justificativa de que havia uma “ameaça comunista”, reprimiu violentamente toda e qualquer ação coletiva nas cidades. No campo, lideranças foram presas, torturadas, assassinadas, exiladas. Era proibido falar de reforma agrária e temas que pudessem questionar a ordem vigente. Os movimentos camponeses organizados foram duramente reprimidos e várias lideranças foram assassinadas, além dos sindicatos de trabalhadores rurais terem se tornado com caráter puramente assistencialista. A situação conjuntural fez com que trabalhadores buscassem saídas individuais para problemas que viviam e assim, na década de 1970, houve a migração para a Amazônia, influenciados pelas propagandas que prometiam terra em abundância nas margens das grandes rodovias da região: Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho:

Surgiu então um novo tipo de luta pela terra: a resistência dos posseiros contra a ação dos fazendeiros e empresas que buscavam expulsá-los de suas terras. Multiplicaram-se os conflitos, a maioria deles com mortes, queima de plantações e casas dos posseiros. E os posseiros não tinham a quem recorrer. Defendiam-se como podiam, na maioria das vezes de forma muito individualizada ou em pequenos grupos (STEDILE; GÖRGEN, 1993, p. 23).

Para Medeiros (2003), a questão da terra na década de 1970 esteve atrelada à opção dos governantes pelas elites em favor da “modernização tecnológica das grandes propriedades com incentivos fiscais e crédito farto e barato”, voltado prioritariamente para os grandes imóveis por meio também de concessão de terras públicas na região de fronteira agrícola, fato que fez com que empresas do setor industrial e financeiro, fossem atraídas para o meio rural.

²⁹ Após a Segunda Guerra Mundial, foi sendo consolidada a ideologia de que havia uma nova revolução na agricultura, batizada com o nome de revolução verde, afirmando que os agricultores iriam produzir mais e com mais “qualidade”, e que isso iria resolver o problema da fome no mundo. Com esse pacote industrial veio junto a “necessidade” de que os agricultores comprassem sementes, fertilizantes, remédios para as plantas, maquinários, combustíveis, e quem não aderisse era considerado atrasado. Porém, “um dos maiores roubos que a agricultura das multinacionais fez com os camponeses foi roubar-lhe séculos de conhecimentos que foram transmitidos de pai para filho, durante várias gerações, em especial através da fala (tradição oral) e da experiência (aprendizagem da prática e do ensino)” (GUTERRES, 2006, p. 131).

Para a autora, também, o personagem central dos anos de 1970 está representado na figura do posseiro “acuado pelos grandes projetos que recebiam incentivos fiscais” (p. 26). E segundo ela, a década de 1970 foi de

[...] modernização em larga escala e introdução de insumos químicos, do aumento da produtividade, da agroindustrialização, da redução drástica da população rural em relação à urbana, da expansão da fronteira agrícola, as condições de trabalho no meio rural se deterioraram e a demanda por terra se intensificou (2003, p. 25).

Por outro lado, em que pesem as contradições históricas, “a Igreja Católica, desde o período colonial trouxe consigo a aliança de poder com o Estado” (MEDEIROS, 2003, p. 84), viveu relações de troca de favores com a elite, inclusive como reguladora da propriedade de terras (BORGES; KUDLAVICZ, 2008). Essa situação de tensão, que acontecia em varias partes do país, era acompanhada por uma parte progressista da Igreja Católica que, inspirada nos concílios como Medellín (1968) e Puebla (1979), faziam uma interpretação da realidade à luz da teologia da libertação, fazendo com que “os anos de 1970 viessem assinalar um novo tempo na historia da Igreja Católica no Brasil e, de modo geral, na América Latina. Nesse período, a doutrina da igreja começou a voltar-se para os pobres e oprimidos” (BORGES; KUDLAVICZ, 2008, p. 87). A matriz da teologia da libertação estava fundamentalmente baseada na luta pela justiça, pela distribuição igualitária dos bens, pela valorização dos índios, negros, mulheres, crianças. A teologia da libertação incentivava a organização de pequenos núcleos de base, chamados de CEBs ou Comunidades Eclesiais de Base. Nestes núcleos lia-se a bíblia e a relacionava com a vida, sempre apontando no sentido de como transformar a realidade. Neste contexto, é que em 1975 foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que se tornaria uma organização importante na luta dos camponeses daquele período. No final dos anos 1970 aconteceram encontros promovidos pela CPT em todo o Brasil.

Em 1978, a CPT-MS promove vários encontros intermunicipais na região da Grande Dourados, e foi este trabalho de organização dos sem terra pela CPT, que deu base para o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Mato Grosso do Sul³⁰. [...] Em 1982, um encontro

³⁰ O Estado de MS também esteve envolto na Guerra do Paraguai (iniciada em 1865) como um fato político que marcou a vida e as fronteiras entre Brasil, Paraguai e Argentina. E outro fato “que trouxe muitas consequências à vida de relações sul-matogrossenses foi o arrendamento feito pela Companhia Mate Laranjeira, em 1882” (FABRINI, 2008, p. 62), de terras da fronteira para monopólio exclusivo da extração da erva-mate nativa, onde se utilizava largamente mão de obra indígena e paraguaia, cuja maior parte da produção era exportada para a Argentina.

com a presença de sem terras de vários municípios, sendo criada aí a ‘Comissão Estadual dos Sem Terra’, composta por 11 membros, representando o sem-terra de cada um dos municípios onde havia Comissões Municipais. A Comissão Estadual procura dar maior direcionamento à luta e organização dos sem-terra. Nesse momento, os sem-terra procuravam articular-se com um pequeno número de sindicatos considerados combativos, independente das posições da Fetagri/MS, desacreditada por grande parte dos trabalhadores em virtude das posições tomadas junto ao governo (FABRINI, 1996, p. 82).

Quando se trata das pesquisas sobre as origens históricas do MST em Mato Grosso do Sul e no Brasil, a ocupação da Fazenda Santa Idalina, em 1984, configura-se como um dos marcos importantes do período, assim como também a Fazenda Anoni no Rio Grande do Sul. Podemos verificar que foi um momento, em vários lugares do Brasil, ainda no período da ditadura militar, que simultaneamente as ocupações se tornaram meios de pressionar o Estado para o tema da concentração fundiária e da pobreza de massas da população que havia saído do campo, pressionada pelo êxodo rural. No caso do MST em MS, a ocupação foi um símbolo na luta de classes do movimento, ao romper a cerca de um latifúndio e mobilizar um conjunto de fatores em seu entorno. A história registrada no livro “A travessia do rio dos pássaros”, descreve que.

[...] do episódio de Santa Idalina ficaram lições que jamais podem ser desprezadas pelos governantes, como a capacidade de organização popular. Por mais que fossem ‘teleguiados por forças estranhas’, conforme afirmaram vários políticos na ocasião da ocupação da gleba, que forças estranhas são essas que conseguem manter determinados e unidos mil homens em madrugada fria e chuvosa, sem qualquer dispersão? Qualquer comandante militar não ignora que por mais treinados que fossem seus homens, seria difícil conduzi-los na travessia de uma região pantanosa e um rio de corredeiras, ainda mais acossados pelos inimigos (CORTEZ, 1985, p. 3).

Em nossas pesquisas no Assentamento Émerson Rodrigues, encontramos algumas histórias como o depoimento de uma de nossas entrevistadas, que era menina na época da ocupação da Santa Idalina, participando daquele momento junto com seus pais, e que nos deu o seguinte depoimento:

[...] minhas origens são do campo, que até hoje meu pai tá no campo. Nunca morou na cidade. Saí por causa do que o jovem procura crescimento, estabilidade. Eu saí do campo aos 16 anos, fiquei na cidade até os 36 e aí vim pra um acampamento. Saí procurando estudo. Naquela época era ainda mais difícil do que hoje. Quando fui, fui trabalhar de doméstica. Meu pai é da primeira luta pela terra, lá da Santa Idalina. Veio da Bahia, migrou pro PR trabalhar com café. Aí acabou a cultura do café. Aí ele começou trabalhar

com gado, de peão. Em 1979 a gente veio pra MS, aí a gente arrendava a terra em Eldorado, Naviraí. Mas aí ele (o fazendeiro) não quis arrendar mais. Aí a Pastoral da Terra começou organizar o povo. Aí o povo foi despejado nas estradas. Aí o Dom Teodardo emprestou a casa da Vila São Pedro para nós. Era muita gente, umas duas mil famílias... (ou duas mil pessoas). Naquele tempo não era o Incra, tinha a Agrosul que comprou uma terra padroeira do Brasil e levou todo mundo pra lá. Aí o Incra começou a organizar a São Manoel e Monjolinho (Entrevistada n. 3, professora).

Neste depoimento da assentada se observa trajetórias percorridas por ela, que esteve desde o início do acampamento denominado Oziel Alves, localizado em Campo Grande, e que dois anos depois se juntou aos demais acampamentos da região, compondo o pré-assentamento, já nas terras da Fazenda Santa Mônica. Seu relato nos traz elementos do início da organização dos Sem Terra em MS, e da ocupação da Fazenda Santa Idalina, em 29 de abril de 1984, no município de Ivinhema³¹, um lugar de MS que nasceu da ação “de duas colonizadoras: a Imobiliária Sul de Mato Grosso, que desenvolveu apenas o distrito de Anandina e Sociedade de Melhoramento e Colonização (Someco), de propriedade da família Massi, com sede em São Paulo” (CORTEZ, 1985, p. 58). Após o conflito da Santa Idalina, intensos processos de negociações foram sendo desencadeados e os primeiros assentamentos começaram a ser conquistados nos anos de 1980, culminando em 1985, com a publicação do I Plano Nacional de Reforma Agrária, resultado de longa luta pela reforma agrária no Brasil e em MS, viabilizando meios para a divisão de terras e com isso, reduzindo a perversidade do antigo modelo, que para Medeiros (2003), trouxe como consequências

[...] precárias condições de vida e trabalho, configuradas em emprego sazonal, salários baixos, extensas jornadas de trabalho, trabalho infantil, condições inseguras de transporte, falta de registro profissional e a consequente falta de garantia de direitos trabalhistas básicos (como descanso remunerado, férias, décimo terceiro salário, licença-maternidade), favelização das periferias das pequenas e médias cidades próximas às regiões de grandes lavouras etc. (p. 31).

³¹ Esse processo de criação do município faz parte do plano da Marcha para o Oeste do Brasil, capitaneado pelo modelo político e econômico daquele contexto. O modo de agir do passado e do presente tem alguns aspectos semelhantes, dentre eles, o uso da mão de obra das massas de trabalhadores empobrecidos para serem os pioneiros nas frentes de expansão, como no caso da Someco, que “para dar início à colonização, a empresa adquiriu uma vastidão de terras na década de 1950, quando iniciou o projeto de criação do município. Para fazer a derrubada nos primeiros 400 alqueires de terras para a implantação da área urbana do município, os empreiteiros da colonizadora fizeram “ponto” no Centro de Migração em São Paulo e no município de Porto Epitácio à espera dos paus-de-arara vindos do Nordeste e à cata dos nordestinos para os trabalhos de desmate, juntamente com os paraguaios que ali estavam trabalhando sob um regime de escravidão. Os empreiteiros da Someco detinham todo o poder sobre os nordestinos que, segundo depoimentos de pessoas antigas do município, eram constantemente espancados, quando não expulsos ou mortos. Posteriormente os nordestinos foram usados para fazer as picadas mata adentro, demarcando as glebas a serem colonizadas” (CORTEZ, 1985, p. 59).

É preciso destacar que as experiências de lutas construídas no final da década de 1960, foram a partir da matriz da Teologia da Libertação, presente em vários países da América Latina, constituindo-se no primeiro momento de resistência às ditaduras militares, e, posteriormente, como células germinativas de inúmeros movimentos sociais e populares, como no caso do MST (FERNANDES, 1996). A Teologia da Libertação tinha como base a releitura da bíblia a partir da realidade das lutas de classe, onde os oprimidos deviam organizar-se e lutar pelos seus direitos. As pastorais eram o lugar onde se encontravam para aprofundar temáticas e organizar as lutas específicas, como a pastoral da terra, da moradia, das favelas, dos negros, da juventude, das crianças, dos idosos. Estas formas de organização nas comunidades levava o nome de Comunidade Eclesial de Base (CEBs), que era uma forma que nutria pequenas organizações que coletivamente se fortaleceram e se tornaram movimentos sociais, dentre eles a CPT e posteriormente o MST. Assim, podemos dizer que o MST nasceu, entre outras razões, da convergência entre: reascenso das lutas massivas por direitos civis, contra a ditadura militar, contra as profundas diferenças sociais que levavam a concentração de terras, altas taxas de êxodo rural, como pode ser verificado na tabela abaixo.

Tabela 1 - Porcentagem do êxodo rural no Brasil de 1960 a 1990.

Ano	População Rural	População Urbana
1960	64,00%	36,00%
1970	50,00%	50,00%
1990	25,00%	75,00%

Fonte: Idaterra, 2002³².

Pelos dados da tabela é possível observar que em 30 anos a população urbana saltou de 36% para 75%. Esse modelo veloz e bruto de urbanização levou a graves consequências em todos os aspectos da vida das populações pobres, promovendo um exército de pessoas sobranes no meio urbano e que, nas décadas de 1980/1990, passaram ao questionamento da estrutura agrária brasileira, com o objetivo de retornar a esse campo e/ou dele não sair.

³² Idaterra. Cartilha: curso de agricultura orgânica - Fazenda Itamarati- Assentamento Conquista da Fronteira. Campo Grande: 2002.

Dessa forma, os movimentos sociais organizados constituíram-se como meio para encaminhar a luta pela terra, fazendo com que houvesse força social para a demanda. Assim, em nível nacional, o primeiro Congresso do MST, realizado em 1984, em Cascavel no Paraná foi o marco da formação desse movimento. Naquele encontro, o quarto item de sua pauta foi sobre “terras que reivindicamos e devemos conquistar: terra das multinacionais; terras dos latifúndios extensivos; terras do Estado; as terras mal aproveitadas; as terras que estão nas mãos de quem não precisa delas e que não são agricultores” (STEDILE, 2005, p. 179). Naquele congresso foram definidos os objetivos gerais, as bandeiras de luta e composta uma direção nacional. O “Documento básico do MST”, publicado em fevereiro de 1991, apontava para o entendimento da necessidade de lutas mais ampliadas pela reforma agrária:

Articulação das lutas dos posseiros. As lutas por terra, isoladas e específicas, que visam apenas resolver pequenos conflitos sociais de grupos de famílias, precisam ser melhor articuladas, de forma a se tornarem massivas e adquirirem um caráter social mais abrangente e um significado político transformador, superando a natureza de conflito isolado e corporativo (MST, p. 23).

Naquele período, logo após ditadura militar, o MST se organizava centrando no objetivo de massificar as ocupações de terra em todo o país como sua principal forma de luta. Orientava a militância para uma política de alianças em torno das lutas de classe, ou seja, “participar de alianças conjunturais e táticas, com amplos setores sociais interessados, no intuito de enfrentar o inimigo principal e de obter conquistas para a classe trabalhadora” (MST, 1991, p. 33). Em relação às linhas políticas para a organização, fundamentalmente a orientação era:

Desenvolver métodos de organização que garantam a aplicação de princípios como: direção coletiva, divisão do trabalho, profissionalismo, disciplina, responsabilidade e estudo, planejamento, crítica e autocrítica, e vinculação com as massas. Desenvolver permanentemente uma mística de nossa luta e nossas ideias junto à massa e à militância, priorizando o uso dos símbolos do MST. Organizar diferentes setores dentro do Movimento, especializando coletivos de militantes e garantindo a divisão de tarefas. Os principais setores são: frentes de massa, finanças, núcleos, comunicação (jornal e propaganda), assentamentos, educação, formação, cooperativas. E outros que as condições objetivas determinarem sua necessidade (MST, 2001, p. 35).

Essa clareza de objetivos estratégicos, aliados à formação de sua base militante, deu ao MST condições para que se tornasse uma referência importante para as lutas do campo e

também para as lutas da cidade. Na década de 1990, com o aumento do desemprego e a piora das condições de vida, o MST passou a se tornar uma alternativa possível de inclusão de todos aqueles à margem do sistema, “aqueles que ninguém quer” passaram a se juntar em torno da luta por um pedaço de terra. E os acampamentos, com seu modo de organização, se constituíram em verdadeiras escolas de exercício de participação e democracia, formadas por núcleos de dez famílias, e estas em setores de trabalho, e todos responsáveis uns pelos outros. A comunidade providenciava a alimentação, segurança escolas, criaram-se verdadeiras “cidades de lona preta”, como expressado pela imprensa na época.

De outro lado, nos anos 1990, também o MST foi se “especializando” como afirma o pesquisador Bernardo Mançano Fernandes, ao entender que as conquistas de novos assentamentos tornavam áreas livres do latifúndio, reorganizando o espaço social com a possibilidade de tornar um território da reforma agrária (FERNANDES, 1996). O que antes era de um só dono passava a ser de um coletivo, que define e reorganiza o território como uma espécie de “novo poder”, disputando para cumprir o objetivo dos assentamentos que é, em primeiro lugar, a produção de alimentos.

Especializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É ‘escrever’ no espaço por intermédio de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras etc. É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST (FERNANDES, 1996, p. 137).

Outro fato importante daquele período, que veio a contribuir para que o tema da reforma agrária voltasse a ser uma pauta para a sociedade brasileira, foram os protestos ocorridos por ocasião do massacre de Eldorado dos Carajás, estado do Pará, que aconteceram em 17 de abril de 1996. No ano de 1995, a sociedade brasileira já estivera ciente do massacre de Corumbiara em Rondônia. Ao completar um ano do massacre de Eldorado dos Carajás, no dia 17 de abril de 1997, chegava a Brasília uma grande marcha que havia saído de três pontos do Brasil, percorrido mais de mil quilômetros de cada ponto, e aglutinado simpatia das cidades por onde passavam, discutindo a importância da reforma agrária, dialogando sobre os problemas da sociedade como desemprego e violência, denunciando as desigualdades sociais, anunciando a possibilidade de organização da massa trabalhadora. A chegada em Brasília

contou com mais de cem mil pessoas vindas de várias partes do Brasil. Esta marcha e este ato deram força ao MST.

Na década de 1990, no decurso de organização interna do MST, se iniciaram em seu interior, discussões acerca da temática das mulheres e de gênero, embora este tema não estivesse pautado nas instâncias de direção do movimento, mesmo estando as mulheres massivamente participando das frentes de massas, setores de trabalhos, ocupações e lutas radicais.

Além disso, o MST esteve também trabalhando o viés da solidariedade internacional, numa importante aliança com Cuba que, mesmo sendo um país economicamente pobre, recebeu e educou inúmeros filhos da reforma agrária para se tornarem médicos e médicas comprometidos com a saúde popular. O MST enviou brigada de apoio também à Palestina e para vários países do continente africano e da América Latina.

Nessa mesma década (1990) foi constituída a Via Campesina³³, organização de caráter internacional, considerada por alguns autores como uma resposta à tendência crescente de mercantilização e transnacionalização cada vez mais intensa da agricultura. Assim,

[...] por outro lado, a Via Campesina se organiza frente à forma atual de dominação do capital e aciona temas contemporâneos como as questões de gênero e o meio ambiente, utilizando, inclusive, estratégias de divulgação emprestadas das ONGs e redes transnacionais das quais busca se diferenciar. Não descarta, contudo, o papel da mobilização de massas, o trabalho com as bases dos movimentos e, tampouco, abandona a questão da luta de classes (VIEIRA, 2012, p. 206).

Portanto, é de dentro da luta mais ampla da Via Campesina, que se articulam as mulheres do MST, do MMC e demais movimentos camponeses e que são pautadas as lutas mais intensas e ações radicais de combate frontal ao capitalismo. Fortalecidas entre si, as mulheres do MST aliam-se às mulheres de outros movimentos sociais e protagonizam as ações que culminaram no acampamento 8 de março de 2006, em Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul, quando as mulheres vinculadas à Via Campesina, organizaram-se para promover a ocupação de uma empresa transnacional de origem norueguesa chamada Aracruz

³³ “A Via Campesina é um movimento internacional, autônomo, plural, independente de qualquer filiação política, econômica ou de outra índole. Integrado por organizações camponesas de médios/as e pequenos/as agricultores/as, de trabalhadores/as agrícolas, mulheres e comunidades indígenas de todos os continentes. (...) A Via Campesina luta pela soberania alimentar, pelo direito dos povos de decidir o que produzem e o que consomem, pelos direitos do campesinato. Luta contra políticas neoliberais e contra indústrias gigantes que estas políticas estão alimentando” (ROSSET, 2004).

Celulose, destruindo parte dos laboratórios de mudas de eucalipto como forma de protesto contra a utilização das terras para as monoculturas de eucalipto em detrimento da produção de alimentos. Este ato de protesto aconteceu em paralelo ao evento promovido pela FAO (órgão da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), intitulado “Conferência Internacional sobre a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural”. Na ocasião, as mulheres entraram na empresa numa madrugada, altamente organizadas, com rostos encobertos por lenços de cor lilás³⁴, e com forte esquema de segurança para garantir que fizessem rapidamente a ação programada. Com esse ato as mulheres intentaram chamar a atenção sobre a necessidade da produção de alimentos básicos, assim como do fortalecimento da agricultura familiar.

Cabe destacar que nos anos 2000, especialmente de 2003 em diante, com a era Lula na presidência do Brasil, aconteceu uma mudança novamente no cenário político e social do país³⁵, sendo que em seu programa agrário havia, entre seus compromissos, a reflexão de que seria necessário a.

[...] implementação de um programa de reforma agrária amplo e não atomizado, isto é, centrado na definição de áreas reformadas que orientem o reordenamento do espaço territorial do país via zoneamento econômico e agroecológico. A implantação de um programa de reforma agrária é fundamental para o país, pois irá gerar postos de trabalho no campo, contribuir com as políticas de soberania alimentar, combate à pobreza e com a consolidação da agricultura familiar. A reforma agrária também é fundamental para dinamizar as economias locais e regionais (STEDILE, 2005, p. 214).

A partir de 2003 alteraram-se alguns aspectos do cenário brasileiro, que deram maior ênfase às políticas sociais e isso impeliu os movimentos sociais a um novo posicionamento dentro das lutas de classe, com programas sociais mobilizados nas diversas áreas. Se de um lado, os movimentos sociais organizados tiveram várias reivindicações sendo cumpridas, de outro, houve uma reacomodação nas formas de lutas, em que vários grupos foram

³⁴ A cor lilás é utilizada pelos movimentos de mulheres em várias partes do mundo, como símbolo dos movimentos de mulheres e movimentos feministas.

³⁵ Antes da eleição de Lula, uma comissão vinculada aos movimentos históricos de luta pela terra, coordenada pelo Professor Plínio de Arruda Sampaio, e composta por vários professores, elaborou um Plano Nacional de Reforma Agrária, apresentado ao MDA o qual propunha um conjunto de medidas, entre elas: reforma agrária para um milhão de pessoas; assegurar ações que gerem uma renda bruta mensal de 3,5 salários mínimos; regularizar terras de quilombos, desalojados para barragens, ribeirinhos; atender com assistência técnica e extensão rural e capacitação; levar crédito agrícola e garantia de preços mínimos aos assentados e agricultores familiares (Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – Abra. Política Agrária no governo Lula. V. 32, n. 1, ago./dez. 2005).

incorporados para dentro dos espaços governamentais, no sentido de tentar programar as propostas que reivindicavam.

Para o MST esse também foi um período de desafios, especialmente de trabalhar com um novo perfil de assentados, como, por exemplo, aquele do Assentamento Émerson Rodrigues, com pessoas de trajetórias ligadas diretamente à terra, e de pessoas que tinham relações com a terra, mas não viviam dela, perfazendo uma geração de filhos cujos pais vieram da vida e da lida com a terra e/ou de outros espaços sociais. Para uma de nossas entrevistadas, participante da direção estadual do MST/MS: “o perfil das pessoas dos assentamentos hoje está diferente, até devido ao perfil das pessoas que hoje estão nos acampamentos”. Há os que chegam ao assentamento para reaprender, para construir ali outro modo de vida, que vai para além da lógica centrada no capital. Neste sentido, fazemos referência também à pesquisa conduzida por Luci Dalva Maria de Souza e Marli Perbelin, na busca do perfil dos assentados. Ao mostrar um pouco destas contradições, as autoras chegam à conclusão de que

[...] um número significativo de pessoas que viveram no meio urbano por mais de dez anos, fazem parte hoje do assentamento Émerson Rodrigues. Comumente ouvem-se pessoas de vários segmentos sociais criticando o público assentado que hoje integra o assentamento por este não ser tipicamente formado por pessoas nascidas e criadas no campo. [...] Nesse sentido, levamos em consideração as situações contraditórias entre o desejo de viver da terra e a necessidade de ter um trabalho na área urbana, para que o desejo de permanência na terra seja possível. Essa é uma situação que as famílias esperam utilizar apenas como estratégia momentânea, já que ainda não receberam o crédito da agricultura familiar (2012, p. 24).

Para Medeiros (2003), as pesquisas recentes têm mostrado um grande número de trabalhadores de origem urbana compondo os espaços dos assentamentos, especialmente os acampamentos perto dos grandes centros urbanos, o que em princípio não é um problema, uma vez que muitos assalariados rurais vivem hoje nas periferias das grandes cidades e tendem a combinar diversos trabalhos formais e informais. Embora Medeiros aponte que essa nova presença tem sido questionada e desqualificada como indevida para os processos de reforma agrária,

[...] num contexto de dilaceração do tecido social, a possibilidade de buscar um lote de terra tem se mostrado uma alternativa não só de moradia e obtenção de renda, mas também da manutenção ou mesmo recomposição dos laços familiares e de sociabilidade, a busca de ‘um lugar tranquilo para criar os filhos’, como afirmaram diversos assentados (p. 83).

Para Oliveira (1986), estudioso do tema do campesinato e suas mudanças no século passado e neste século, a realidade é que o camponês se transformou em um sujeito endividado pelos bancos e pressionado pelos encargos fiscais do Estado, ou seja, estamos diante de um processo de sujeição do camponês ao capital. O autor também cita como exemplo o surgimento da empresa Nestlé, na França, onde o processo apontava para o cooperativismo e a agroindustrialização, descrevendo que a mesma passou a comprar o leite de 180 aldeias, cujos agricultores perderam sua autonomia, pois embora sejam proprietários das suas terras, já não são camponeses livres (p. 49). Para ele “o capitalismo transformou a desigualdade econômica das classes sociais em igualdade jurídica de todas as pessoas da sociedade” (p. 60). A exemplo do que Oliveira descreve na França, o processo do capitalismo no campo brasileiro também transformou o camponês em sujeito refém da lógica do capital.

No entanto, a reforma agrária ocorre em meio à concentração de terras no Brasil “com os estabelecimentos acima de mil hectares nas mãos de 10,18% de latifundiários, propriedades essas que totalizam 77% do território total, segundo dados do Censo Agropecuário, de 2006”³⁶. Segundo levantamento e estudo realizado pela professora Rosemeire Aparecida de Almeida junto com a Comissão Pastoral da Terra do MS, “estas classes de áreas de menos de 50 ha, que detém apenas 2,09% da área total, produzem 46,48% do leite no Estado” (CPT/MS, 2014). Isso comprova o quanto a pequena produção tem um rendimento fantástico, mesmo considerando as pequenas extensões de terras e os poucos investimentos.

Quanto ao Estado de Mato Grosso do Sul, este possui “15 milhões de hectares mecanizados com plantações de pastagens braquiária e outros capins” (JUNIOR, 2008, p. 121) e assim a pecuária constitui-se como a principal atividade econômica. De acordo com os dados do Incra, em 2014, existiam 179 projetos de assentamento, onde estão assentadas 30 mil famílias. Nos doze³⁷ assentamentos mais antigos, os processos de reforma agrária já foram concluídos, isso significa que o Incra se desobriga dos apoios e créditos especiais para assentamentos, devendo eles acessar a titularidade dos lotes e todos os encargos que se mostrarem.

³⁶ Revista Sem Terra – Edição Especial “Produção nos assentamentos”. 10/5/2013.

³⁷ Tamarineiro, Urucum e Mato Grande em Corumbá; Retirada da Laguna em Guia Lopes da Laguna; Sucuriú em Chapadão do Sul; Nioaque e Colônia Nova em Nioaque; Novo Horizonte em Novo Horizonte do Sul; Itá em Bela Vista; São José do Jatobá em Paranhos; Casa Verde em Nova Andradina; Indaiá em Itaquiraí. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2014.

A luta pela terra, organizada e levada adiante pelo MST, tem questionado também os problemas relacionados às irregularidades nos processos de reforma agrária, formuladas pelo próprio Incra, órgão responsável pelos encaminhamentos da reforma agrária e pelo zelo de seu pleno desenvolvimento nos assentamentos. Nos dias atuais, em Mato Grosso do Sul a reforma agrária encontra-se paralisada, e em parte o Incra argumenta que é devido ainda aos processos de investigação iniciado em meados do ano de 2009, pela Polícia Federal. Os problemas persistem, e a cada período surgem novas espécies de denúncias relacionadas à corrupção e irregularidades no processo de reforma agrária conduzido pelo Incra, como ilustra a capa da matéria do Jornal *O Progresso* da cidade de Dourados, do dia 25 de agosto de 2014:

Incra retoma despejos de lotes irregulares em MS. Em ritmo de ‘operação tartaruga’, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária reiniciou, nos últimos dias, o trabalho de recuperação de lotes considerados irregulares em Mato Grosso do Sul. Dos 461 processos já autorizados pela Justiça, o Incra cumpriu cerca de 79.

Em âmbito nacional, de acordo com o relatório apresentado pelo professor coordenador Eduardo Paulo Girardi, resultados da pesquisa do banco de dados da luta pela terra: Dataluta³⁸, grupo de pesquisa e registro de dados ligado à Unesp, nos últimos anos vem diminuindo o número de assentamentos, e isso se deve à criminalização das lutas pela terra e também pela conjuntura do país. Para se ter uma ideia, em 2005 foram instalados 879 assentamentos, e em 2012 foram 117 assentamentos no território brasileiro. Ainda segundo Girardi, no Brasil, há 116 movimentos socioterritoriais e 23 deles realizaram ocupações em 2012. O MST está presente em quase todos os Estados e está em primeiro lugar no número de famílias acampadas, num total de 13.862 famílias. Em seguida vem a Contag, que se organiza no Nordeste e nos Estados de MG, MS, GO e PA, com um total de 1.053 famílias. Logo depois vem as populações dos movimentos indígenas que também utilizam as ocupações como estratégias de lutas pela terra, especialmente nos Estados de MS, PE e sul da Bahia, com cerca de 816 famílias.

Para Medeiros (2003, p. 81), “os assentamentos criados nos últimos 20 anos estão longe de conformar o que se poderia chamar de um processo efetivo de reforma agrária, se entendermos por tal, transformações significativas na estrutura fundiária”. Para Sampaio (2010), o MST tem dado mostras de que “não dá para separar Estado e Sociedade Civil” (p. 477).

³⁸ Disponível em: <www.ippri.unesp.br/noticia/154/rede-dataluta-lanca-relatorio-2013/>.

Sobre o tema do suposto abandono de lote, comentado por vários críticos da reforma agrária, em que pesem as contradições, estudos demonstram que embora os assentamentos de maneira geral careçam de infraestrutura digna, “apenas 12% de assentados abandonam os lotes” no Brasil (SAMPAIO, 2010, p. 511). Para Stedile e Görgen (1993), este índice é aceitável, considerando que a FAO estabelece um padrão internacional, considerando normal um índice de até 20% de desistências, pelos mais variados motivos, entre eles a desadaptação, convivência, doenças, possibilidade de outras atividades. Outro ponto importante é o impacto que os assentamentos produzem nos pequenos municípios onde as famílias são assentadas:

[...] a pesquisa mostra que a arrecadação de impostos aumentou significativamente nos municípios onde houve assentamentos, o que prova o impacto da reforma agrária na economia da região, gerando desenvolvimento, dinamização na economia, aumento do consumo e maior arrecadação de impostos (STEDILE; GÖRGEN, 1993, p. 87).

Nesse sentido, se observa a força dos movimentos sociais, especialmente do MST, encaminhando e organizando demandas relacionadas à formação e fortalecimentos de assentamentos rurais. Por isso se multiplicam o número de pesquisas tentando compreender o MST, com o objetivo de interpretá-lo, ou simplesmente porque este é um dos movimentos sociais que persiste organizado e organizando o povo na atual conjuntura do Brasil. Para o pesquisador Marcelo Carvalho Rosa “a novidade que esse movimento apresenta para a sociedade brasileira contemporânea: acampamentos, barracas de lona preta, marchas e ocupações de prédios públicos representam uma forma inédita de mobilização social” (2010, p.461). Para Sampaio (2012), dada à situação da conjuntura nacional, o MST tem sido uma forma de evitar o banditismo rural (p. 403). Para Sauer (2010), “no contexto de globalização, a luta pela terra materializa a luta por um lugar, buscando melhores condições de vida (cidadania) e transformando as conquistas em processos de apropriação de territórios, ou seja, em reterritorializações” (p. 43).

Nessa reunião de forças se configura o assentamento, um local onde se entrelaçam as precárias condições materiais de vida, numa lógica que ultrapassa a racionalidade centrada no acúmulo de dinheiro. Um dos aspectos que nos permite supor que nas pessoas assentadas prevalecem raízes do campo, apesar da alta concentração populacional vinda das cidades, é o fato de uma boa parte dos assentados possuírem parentes em outros lotes, como assinala Medeiros (2003, p. 81).

Finalmente, as mulheres dos movimentos sociais, entre eles o MST, articuladas na Via Campesina têm cada vez mais discutido a soberania alimentar como um conceito que tenta

aglutinar em si um conjunto de referenciais teóricos que vão se tornando um paradigma na luta de mulheres e homens dos movimentos sociais do campo na América Latina e no Brasil. Este conceito tem sido estudado também por Medeiros (2003), para quem, ao resgatar

[...] o termo camponês como articulador da diversidade de categorias existentes no meio rural, a Via Campesina posiciona-se contra os efeitos da globalização e das políticas neoliberais no campo, em especial no que se refere ao empobrecimento, à destruição das culturas locais, do meio ambiente e à provocação de desenraizamento dos trabalhadores do campo e migrações (p. 66).

Essa articulação tem reflexos em todos os assentamentos vinculando as lutas das mulheres, aos assentamentos e ao direito às condições dignas de vida. “A Via Campesina criou e tem insistido na ideia de *soberania alimentar*. Por trás deste conceito está um conflito de modelos de agricultura (e de mundo) que alguns autores têm identificado como de *contra-hegemonia*” (VIEIRA, 2012, p. 205). Ou seja, as mulheres ao defender o direito a produzir alimentos, estão defendendo o direito a continuidade da vida na terra, e ao produzir alimentos estão se contrapondo ao sistema agrícola do agronegócio que transforma a alimentação em mercadoria, em acúmulo de capital.

CAPÍTULO 2

A LUTA DAS MULHERES CAMPONESAS NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Em épocas remotas, as mulheres se sentavam na proa das canoas e os homens na popa. As mulheres caçavam e pescavam. Elas saíam das aldeias e voltavam quando podiam ou queriam. Os homens montavam as choças, preparavam a comida, mantinham acesas as fogueiras contra o frio, cuidavam dos filhos e curtiavam as peles de abrigo. Assim era a vida entre os índios onas e os yaganes, na Terra do Fogo, até que um dia os homens mataram todas as mulheres e puseram as máscaras que as mulheres tinham inventado para aterrorizá-las. Somente as meninas recém-nascidas se salvaram do extermínio. Enquanto elas cresciam, os assassinos lhes diziam e repetiam que servir aos homens era seu destino. Elas acreditaram. Também acreditaram suas filhas e as filhas de suas filhas.

Eduardo Galeano

2.1 As mulheres e as lutas de classe

O patriarcado, na analogia que o próprio nome sugere, compreende o conjunto das relações que estão estruturadas sob a responsabilidade do pai ou homem adulto, e é anterior à consolidação do sistema capitalista, datando em torno de seis mil anos na história da humanidade, segundo Saffioti (1987). Ou ainda, conforme Cecília Toledo:

Pelo processo que deu origem ao patriarcado, a esposa passou a ser uma propriedade do marido, com os outros bens. Portanto, o patriarcado é mantido e reafirmado pela sociedade burguesa para responder a determinados interesses econômicos, e não algo que se assente nas características naturais do homem (2003, p. 33).

Para Saffioti (1987), o patriarcado-racismo-capitalismo é um sistema que garante a manutenção da exploração econômica da mulher, além da dominação nos campos ideológicos. Compreendemos que esta análise apresentada baseada neste tripé, consegue contribuir para que consigamos fazer uma análise do todo da realidade, coerente com o

entendimento de que a exploração e a dominação das mulheres deve ser entendida como um complexo emaranhado de questões, que envolve o machismo, a afetividade, a economia, a política, a cultura, a família, a maternidade, entre outras questões. Portanto, de fato, é preciso empreender grande esforço para que se consiga chegar o mais próximo possível da compreensão da realidade.

O patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, 1987, p. 50).

As lutas de várias mulheres em todos os cantos do mundo têm transgredido o que aparentemente é considerado “normal” e isso tem despontado pelos questionamentos efetuados ao longo dos tempos, especialmente aqueles encaminhados pelo feminismo, que nos oferece algumas ferramentas para que as nossas análises não sejam consideradas “neutras” nas relações entre homens e mulheres, se quisermos contemplar a totalidade da realidade. A perspectiva feminista exige que nosso olhar seja capaz de perceber e questionar o modo de organização da sociedade no que tange às diferenças entre direitos para os homens em detrimento dos direitos para as mulheres.

Houve sociedades onde as mulheres tinham mais poder do que os homens e outras em que as diferenças de gênero eram de pouca ou nenhuma importância. O ponto essencial é que as mulheres e os homens viveram de forma diferente no passado e podem viver de maneira diferente no futuro (ORR, 2011, p. 7).

E, portanto, estas lutas têm ousado questionar os mecanismos que estão por trás da manutenção desta ordem social patriarcal. É importante destacar que nem sempre o mundo foi organizado da forma que é hoje. Ou seja,

Ao afirmar que o ‘pessoal é político’, o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político (COSTA, 2009, p. 53).

No caminho contrário ao pensamento hegemônico, essas lutas de homens e mulheres vêm questionando e organizando variadas formas de

[...] contribuir para a desnaturalização das desigualdades que as ideologias dominantes nos apresentam como verdades a-históricas, e que necessitamos problematizar profundamente se pretendemos que nossas revoluções percorram as ruas e as praças, mas também nossas casas, nossas camas, e cada canto onde propusermos abolir toda forma de opressão e exploração (FABRI, 2011, p. 173).

Dialogando com a sociologia clássica, encontramos em Max Weber importante referencial teórico para os estudos sobre o patriarcalismo, principalmente no que se refere a como se dão os mecanismos de dominação e obediência.

[...] a dominação patriarcal (do pai da família, do chefe da parentela ou do 'soberano') não é senão o tipo mais puro de dominação tradicional. (...) E, efetivamente, a associação doméstica constitui uma célula reprodutora das relações tradicionais de domínio (COHN, 2003, p. 133).

E embora suas contribuições sejam especiais para pensar o Estado moderno, e como a burocracia constituiu-se como mecanismo essencial para manter sistemas de dominação, para ele a dominação também ocorre na família:

A dominação, ou seja, a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato pode fundar-se em diversos motivos de submissão. Pode depender diretamente de uma constelação de interesses, ou seja, de considerações utilitárias de vantagens e inconvenientes por parte daquele que obedece. Pode também depender de um mero 'costume', do hábito cego de um comportamento inveterado. Ou pode fundar-se, finalmente, no puro afeto, na mera inclinação pessoal do súdito (COHN, 2003, p. 128).

Para Mafort (2013), o patriarcado tem no machismo “a expressão da ideologia dominante, da dominação de classes transposta ao cotidiano das relações entre homens e mulheres, na dominação da mulher pelo homem” (p. 100). Para Farias, nesse sistema “há ações dos dois lados: da mesma forma em que há o poder e a dominação de homens alicerçados no controle sobre as mulheres, há outro poder, que se gesta mediante as formas de resistência, a resistência dessas mulheres” (2013, p. 396). Para tanto, é importante salientar a relação entre a dominação da mulher e a origem da família patriarcal monogâmica, que tem raízes

[...] desde a Grécia Antiga, possui sua motivação na propriedade, da qual tira seu sustento. Defender a unidade da propriedade é a razão da manutenção da unidade familiar. Desde seus primórdios, a família se constituiu como

elemento essencial das forças produtivas, mulher e filhos são subordinados ao pai/proprietário (SILVA, s/d, p. 7).

Segundo Engels, os primeiros germes da propriedade privada têm sua origem na instauração da instituição família patriarcal “onde a mulher e as crianças são escravas do homem” (ENGELS, 1984, p. 47). Ainda, para o autor, é aí que começam as primeiras lutas de classes. Silva (s/d) explica que

[...] esta distribuição desigual do trabalho e seus produtos, que ocorre na família que começa a se estruturar historicamente, com mulher e filhos mantidos como escravos do marido/pai são considerados por Marx e Engels (1977) como uma forma, ainda rudimentar, de organização da propriedade privada. O primeiro antagonismo de classes na história, segundo Engels (1980), refere-se àquele que se desenvolve na relação entre homem e mulher efetivados pela monogamia e a opressão do sexo feminino pelo masculino (SILVA, s/d, p. 2).

Num olhar breve sobre a história da humanidade, partindo das reflexões de Engels, vemos que no período chamado primitivo, vamos encontrar os seres humanos lutando em primeiro lugar pela sobrevivência. Neste contexto, o trabalho das mulheres era uma necessidade da vida comunitária, assim como o trabalho dos homens. Desta forma, não eram estabelecidas relações de dominação do homem sobre a mulher, mas relações de reciprocidade. Neste período não havia casamento, nem exigência de fidelidade, e as crianças nascidas eram de responsabilidade da comunidade (MST, 1988³⁹). Para Engels (1984), “o homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em instrumento de reprodução”. Para o autor, a origem da palavra família vem de “famulus”, que “quer dizer escravo doméstico e família é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem” (p. 95). Seguindo em suas reflexões temos “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino” (1984, p. 104). Assim, são vários fatores que colaboraram para que o sistema patriarcal se consolidasse, sendo a família, nas suas origens, um elemento fundamental para o domínio do homem sobre a mulher. Com o casamento instituiu-se que cada mulher tinha juntado a si um homem para dominá-la, fazê-la reproduzir mão de obra e trabalhar.

³⁹ Caderno de Formação n. 15, do MST, chamada “A mulher nas diferentes sociedades”, ano de 1988.

Assim, a instituição da família monogâmica, com o advento da sociedade de classes, reduz a produção doméstica a um serviço privado, feito por cada mulher, no interior de cada unidade familiar. A partir de então a vida social cinde-se em duas esferas: a pública, domínio dos homens, que sofrerá grandes transformações no decorrer da História e a esfera privada, lugar da família, domínio da mulher, que se vê, pois, excluída de qualquer participação social que ultrapasse os limites do seu 'lar' (MORAES, 1996, p. 16).

Os homens então fabricavam armas para guerrear e manter outros homens em seus domínios como escravos para o trabalho, fazendo com que a humanidade passasse para um período denominado escravismo. Já no período denominado Idade Média, o papel da Igreja Católica foi fundamental para confirmar e organizar este sistema de controle sobre as mulheres, utilizando o aspecto religioso como componente de um conjunto de ideologia em torno deste objetivo. “Na Idade Média, a igreja foi à instituição mais poderosa de todos os tempos. Possuía 90% do solo da Europa e inventou uma instância chamada Santa Inquisição” (MURARO, 2005, p. 44), cujo objetivo era julgar e colocar na fogueira quem pensasse diferente. Disto decorre um complexo conjunto de ações que orientavam que a mulher seria jurídica, moral, sexual e fisicamente submissa ao homem. O controle do sexo e a sexualidade das mulheres eram vistos como um instrumento fundamental para assegurar a dominação patriarcal, tanto que a moral religiosa perpassava por todos os aspectos da vida, inclusive influenciando a sexualidade onde até.

[...] o contato carnal era rigorosamente disciplinado. Deveria ocorrer na posição natural, com a mulher deitada de costas e o homem sobre ela. Todas as demais posições eram consideradas escandalosas. A mulher não deveria demonstrar sensação de prazer. Deveria manter-se passiva durante todo o ato. A posição em que praticava o sexo, sob o marido, indicava a situação de submissão que dela se esperava⁴⁰ (MACEDO, 1990, p. 20).

Nesse contexto, podemos afirmar que o papel das religiões tem sido, ao longo da história, fundamental para que as mulheres se mantivessem (ou fosse mantidas) na posição de subalternidade. Documento do MST afirma: “o mito da inferioridade vem de longe, trazido e legitimado pelo desenvolvimento do cristianismo, que por sua vez, herdou do judaísmo a versão mitológica de que a mulher é responsável pela introdução do mal no mundo” (MST,

⁴⁰ As mulheres ocidentais passaram a dar à luz de deitadas para que os homens pudessem testemunhar o nascimento de seus filhos, embora esta posição seja mais difícil e dolorosa. Até o século XVII as mulheres davam à luz de cócoras, sentadas ou em pé. Porém, foi o rei Luis XIV da França que decretou que suas esposas e amantes dariam à luz deitadas. Os médicos franceses inventaram os fórceps para ajudar nos problemas de parto.

2008, p. 150). A estudiosa Ivone Gebara fala da culpa como uma lógica do sistema patriarcal, ou seja, “a culpa aparece na medida em que não correspondemos ao centro que nos educou” (GEBARA, 2001, p. 78). Quando a mulher desobedece, destoa, se rebela, transgride a “ordem natural”, deverá surgir o sentimento de culpa como um mecanismo para fazê-la voltar ao centro dos valores da sociedade androcêntrica organizada pelo poder patriarcal. A cultura que se constrói a partir do sentimento da culpa

[...] é de fundamental importância como mecanismo de conservação das mulheres no lugar em que estão. Como também foi um mecanismo para conservar os escravos no lugar que estavam e os assalariados mínimos, no lugar sem reivindicação. A culpa está a serviço da sociedade patriarcal (p. 78).

Aliado a este fato, há um conjunto de aprendizados que desde antes do nascimento coloca na menina as expectativas de que ela atenda aos padrões sociais e culturais esperados: que seja dócil e obediente aos pais, que aprenda a brincar de casinha e bonequinha, que sonhe em se casar e ter filhos... que se case e tenha filhos. E embora a sociedade viva um constante movimento de alterações nos padrões e comportamentos dos papéis sociais das mulheres e dos homens, há uma base patriarcal que permanece ainda fortemente arraigada, na qual

A construção social sobre a mulher – de ter vocação natural para ajudar, para a caridade, de ser paciente, sensível, amável e compassiva – é apropriada como uma estratégia de intervenção junto à classe trabalhadora, com claros objetivos de atender aos interesses do capital (CISNE, 2012, p. 49).

Tendo como referência a Revolução Industrial, acontecida inicialmente na Inglaterra do século XVIII, por seus desdobramentos de caráter mundial, é que se torna necessário situá-la como um dos eixos fundamentais do desenvolvimento do capitalismo. Do ponto de vista do processo de produção nas sociedades pré-capitalistas, “por exemplo: um pequeno agricultor, um carpinteiro, etc. – são pessoas que trabalham com os seus próprios meios de produção (são donos dos seus instrumentos de trabalho e compram, caso seja necessário, a matéria prima) e vendem os seus produtos no mercado” (HARNECKER; URIBE, 1980, p.31). Ao passo que, na medida em que o capitalismo se desenvolvia iniciava-se a concentração dos meios de produção em fábricas, se ampliavam as escalas de produção. Ou seja,

[...] este desenvolvimento, impulsionado pela concorrência capitalista, implica numa primeira etapa, o desaparecimento dos pequenos produtores independentes, e, em seguida o desaparecimento dos capitalistas mais débeis, concentrando-se a produção num número cada vez mais restrito de pessoas, que por serem proprietários dos meios de produção, dispõem também da maior parte da riqueza social (HARNECKER; URIBE, 1980, p. 32).

Para Renata Silva (s/d), na medida em que estas populações vão se aglutinando em torno da produção industrial nas cidades, surge a necessidade de mais pessoas para trabalhar com objetivo de aumento da produção. Somente o trabalho dos homens não dava conta da demanda de mão de obra. Neste cenário houve a “inclusão de homens, mulheres e crianças na produção fabril, os quais eram submetidos a longas jornadas de trabalho, durante o dia e à noite, para que ocorresse acúmulo na produção” (p. 4). Para Silva, “a ideologia que permeia a divisão do trabalho se utilizou de aspectos biológicos para explorar o trabalho feminino e infantil com um menor custo para o capitalista e seu consequente aumento nos lucros derivados da produção” (p. 5).

As diferenças entre homens e mulheres foram reforçadas por um processo de construção social, atreladas à exploração da mais-valia, justificando que mulheres e crianças eram mais frágeis e por isso não produziam tanto quanto os homens, e que, portanto, deveriam receber menos que eles (MENEGAT, 2009a). Neste sentido, a dominação masculina encontra no capitalismo sua complementação para manter-se como sustentadora da “ordem natural”, tendo no machismo e no racismo dois pilares fundamentais de sua sustentação. Disto nos atenta Saffioti, para que nossa análise aponte para um olhar no todo como “um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcalismo-racismo-capitalismo” (1987, p. 60). Nas palavras de Silva (2010), podemos compreender que

Dominação e exploração podem ser vistas como fenômenos únicos, apesar de terem significados diferentes, ou seja, a condição de dominação cria às instâncias favoráveis que possibilita a exploração. Dito de outra forma, toda a pessoa em estado de dominação encontra-se suscetível a ser explorada e por isso são fenômenos correlacionados (p. 53).

Para Saffioti (2013), “ao contrário do que frequentemente se afirma Marx não propõe a destruição da família”, mas denunciava as duras consequências da vida das mulheres trabalhadoras tentando se equilibrarem entre os trabalhos dentro da família e fora do lar. Saffioti compreende que para Marx é importante desenvolver plenamente as potencialidades

das mulheres e dos homens, recuperando sua humanidade para que a relação entre ambos seja plena:

A verdadeira libertação da mulher é encarada por ele, portanto, como o processo geral de humanização de todo o gênero humano. É por isso que o tipo de relação entre os sexos se lhe afigura como o índice de desenvolvimento da humanidade do homem (SAFFIOTI, 2013, p. 116).

Ou como ainda contribui a reflexão de Cecília Toledo, em sua pesquisa sobre a opressão da mulher:

O trabalho doméstico agrava o processo de alienação vivenciado pela mulher no mercado de trabalho e no conjunto das relações sociais. Além de embrutecê-la, porque lhe toma o tempo ao aprimoramento intelectual e artístico, à participação política e social, a separa da produção material do conjunto da sociedade ou reserva-lhe um lugar subalterno (TOLEDO, 2003, p. 54).

Conforme Judite Orr, para analisarmos ou conhecermos melhor como se dá o processo de construção da dominação-submissão das relações entre mulheres e homens, temos que lançar mão dos conhecimentos da psicanálise. Pois,

[...] a psicanálise, como ciência do inconsciente, fornece a chave teórica para a questão das diferenças sexuais. Freud, com a descoberta do inconsciente, revelou a importância da dimensão psíquica, criando um novo continente teórico. A psicanálise, na sua dupla dimensão de teoria e de prática clínica, nos ajuda a entender como "a mulher torna-se mulher" (s/d, p.3).

Considerando então o patriarcado como o sistema que estruturou a dominação dos homens sobre as mulheres, Saffioti (1987) agrega a esta análise o conceito de racismo, para completar os conceitos de patriarcado e classe social. O racismo é e deverá então ser analisado como um fator que opera em favor do sistema patriarcal na medida em que o justifica buscando legitimidade para a manutenção de sistemas de dominação de uns sobre os outros. O capitalismo encontrará no racismo e no sexismo dois pilares determinantes para sua consolidação. Para compreender melhor de como se dá esse processo de dominação, em que há uma complementariedade entre os sujeitos que dominam e os dominados, encontramos importantes contribuições nos estudos de Frantz Fanon (1925-1961) ⁴¹. Em sua obra aponta a

⁴¹ Frantz Fanon foi um médico psiquiatra, nascido na ilha da Martinica, que ainda muito jovem participou, do atendimento aos feridos de guerra durante a "Guerra pela libertação da Argélia" do colonialismo da França,

lógica que predomina no cotidiano repleto de símbolos e subjetividades, que reafirmam cotidianamente a inferioridade do negro, numa espécie de coletivo “inconsciente” de uma sociedade neurótica, marcada pela submissão à colonização francesa. Fanon chama a atenção para o fato de que o inconsciente coletivo é forjado desde o nascimento, onde se perpetua o modelo “ideal” de ser humano: branco. E nós, olhando para a nossa realidade, podemos acrescentar: macho e rico, na perspectiva de Saffioti (1987).

Para Fanon, o inconsciente coletivo é também herança de ancestralidades que foram sendo “construídas” intencionalmente. E quem disse que o “inconsciente coletivo” não é uma construção do padrão tipo dominante? A intensidade do preconceito é intensamente descrita nas palavras do pesquisador, para quem em relação ao branco, “o preto o ignora enquanto sua existência se desenvolve no meio dos seus; mas ao primeiro olhar branco, ele sente o peso da melanina” (FANON, 2008, p.10). Neste processo, o preconceito seria o elemento fundante para segregar, dividir e fazer predominar a perspectiva do dominador. Fanon também acrescenta que o racismo pode ser científico, pois, por exemplo, “ângulo facial é referencia a um conceito de racismo científico, segundo o qual o cérebro do negro seria menor do que o das outras raças” (2008, p. 188). Ainda, para Fanon, todo esse complexo sistema de racismo favorece um complemento entre a dominação de um lado e a submissão de outro. Enfim, a vida material é organizada de maneira que

[...] para o preto que trabalha nas plantações de cana... só há uma solução, a luta. E essa luta, ele a empreenderá e a conduzirá não após uma análise marxista ou idealista, mas porque, simplesmente, ele só poderá conceber sua existência através de um combate contra a exploração, à miséria e a fome (FANON, 1963, p. 186).

Para Saffioti (1987), foi o sistema capitalista que soube apropriar-se da dominação das mulheres para que pudessem colocar seus corpos a serviço das demandas do sistema, toda vez que fosse necessário. Nesse formato, o racismo opera como um dos elementos fundamentais da dominação, haja vista que justifica a desigualdade entre as pessoas. Favorece a discriminação dentro da própria classe de oprimidos, fazendo perpetuar assim os valores que são fundamentais para a manutenção da classe dominante. Na medida em que os pobres se discriminam entre si, competem, reproduzem as situações de machismo, colocam sua energia nas disputas dentro da própria classe trabalhadora, deixando de questionar o sistema como um

ocorrida entre 1954 a 1962. Em 1949 escreveu o livro “Pele Negra, Máscaras Brancas”, onde faz um excelente estudo sobre o processo de dominação objetiva e subjetiva da colonização francesa sobre os negros da Martinica, retratando o complexo de superioridade do branco colonizador e de inferioridade do negro colonizado, em uma relação de simbiose e aceitação dos sistemas de dominação e exploração.

todo, o que ocorre de maneira inconsciente, como se fosse parte “natural” da vida cotidiana. Os preconceitos agem então como fatores fundamentais para manter numa posição de inferioridade, as mulheres, os negros, as crianças, os idosos, enfim, os que supostamente podem render menos riqueza para o capitalismo.

Uma explicação marxista das raízes da opressão das mulheres é baseada em um entendimento de que é o mundo material que forma as ideias em nossas cabeças e não o contrário. O comércio de escravos não se desenvolveu porque as pessoas brancas eram racistas: o racismo se desenvolveu como uma justificativa para a escravidão, ao considerar as pessoas negras menos humanas (ORR, 2011, p. 4).

É assim que se justificam todas as formas de exploração, e as desigualdades salariais entre homens e mulheres, por exemplo. A naturalização das desigualdades estão associadas a uma construção ideológica de subalternidade, porque

[...] temos a ilusão de estarmos pensando e agindo com nossa própria cabeça e por nossa própria vontade, racional e livremente, de acordo com nosso entendimento e nossa liberdade, porque desconhecemos um poder invisível que nos força a pensar como pensamos e agir como agimos (CHAUÍ, 2000, p. 63).

Neste sentido, a favor da perpetuação destes modos de vida, age a ideologia capitalista alicerçada em um projeto político a serviço da classe social que o elaborou. Na sociedade organizada em torno de contradições, torna-se fundamental considerar que a ideologia “se apresenta como se fosse produzida pelo conjunto da sociedade em seu benefício”. Além disso

[...] não significa dizer que a ideologia só contém conhecimentos falsos. É exatamente pelo fato de conter também conhecimentos verdadeiros que ela se impõe e se mantém. Ressalte-se, por outro lado, que a ideologia apresenta um caráter lacunar, graças ao qual se adapta facilmente às diferentes conjunturas (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 49).

O desenvolvimento das forças produtivas do sistema capitalista trouxe a divisão da sociedade em duas grandes classes principais e é preciso esclarecer que classe social é um conceito importante para completar nossa pesquisa, pois “a classificação dos seres humanos conforme sua posição na divisão social da propriedade e no processo produtivo surgiu no escravismo antigo, como parte das constituições legais das sociedades humanas em formação” (POMAR, 2013, p.19). Tradicionalmente falando, a sociedade divide-se em duas classes

sociais antagônicas entre si, estruturadas por mecanismos objetivos e subjetivos. Uma é a classe da burguesia que é a proprietária dos meios de produção. E daí é de posse dela todos os meios de produção e todas as possibilidades de acumulação de capital, além dos instrumentos de perpetuação da dominação que a legitimam como classe, como os meios de comunicação e o sistema educacional, por exemplo. E a outra classe é a trabalhadora, onde seu produto de troca ou venda é apenas a sua força de trabalho. Para Marx, “a posição que cada indivíduo ou grupo de indivíduos ocupa no processo produtivo e de troca, se mostrou a mais apropriada para a análise da estrutura de classes das sociedades” (POMAR, 2013, p. 21). Na sociedade capitalista, a classe trabalhadora vivencia

[...] a contradição entre a personalidade de cada proletário isolado e a condição de vida a ele imposta, o trabalho, torna-se evidente para ele mesmo, pois ele é sacrificado desde a juventude e porque, no interior de sua própria classe, não tem chance de alcançar as condições que o coloquem na outra classe (MARX; ENGELS, 1989, p. 121).

Porém, o próprio Marx não exclui a formação de outras classes sociais distintas, mesmo no período em que analisou o capitalismo europeu, consciente de que em cada país este sistema tomava certas particularidades especiais de acordo com a realidade. Além disso, é interessante observar que há as classes médias ou intermediárias, que cumprem um importante papel na sociedade de classes. As classes médias no Brasil são compreendidas como os “setores populacionais integrados por trabalhadores não diretamente ligados à produção de material. São profissionais liberais, executivos, trabalhadores de escritório, do comércio, da área de comunicação etc.” (SAFFIOTI, 1987, p. 57). Os estudos de Wladimir Pomar (2013), ainda descrevem minuciosamente quem seriam os componentes de cada classe social olhando a realidade brasileira contemporânea. Aqui descrevemos o que Pomar caracteriza como os cinco grupos que compõem a classe média brasileira: trabalhadores que prestam serviços diretamente aos grupos mais ricos; profissionais com ensino superior, empregados em funções medianas em empresas; profissionais com ensino superior, funcionários públicos em empregos bem situados; funcionários de escritórios mais qualificados, de empresas ou de governo; os trabalhadores manuais de maior qualificação e os operários especializados de indústrias públicas e privadas.

Para Saffioti há que se observar, ainda, que existem diferentes segmentos sociais dentro da classe dominante, “embora estes distintos setores costumam se unir na defesa de interesses, como o faz a burguesia industrial, com a burguesia financeira, por exemplo. Os

conflitos podem existir entre os interesses da burguesia agrária e os interesses da burguesia industrial” (1987, p. 57), porém, enquanto classe, estes estão sempre unidos em favor de seus interesses. Então, se é uma minoria que se mantém no domínio, como se explica a perpetuação do sistema em detrimento da maioria em prejuízo? Para Saffioti:

[...] o traço comum entre os distintos segmentos das classes dominantes consiste em sua capacidade, em sua competência para dominar e explorar as classes subalternas. A subordinação daqueles que vendem a sua força de trabalho no mercado é absolutamente necessária para que haja exploração (1987, p. 56).

A subordinação da classe trabalhadora ao capital tira-lhe a autonomia para que enfremem a burguesia em associação com o Estado capitalista, como um instrumento que media a relação de exploração. Essa relação de opressão mascarada pela falsa noção de liberdade individual trabalha no sentido de criar “Uma falsa e vulgar ideia de que as mulheres já atingiram um patamar de igualdade social com os homens, se libertaram, adquiriram independência, já ocupam grande parte do mercado de trabalho, enfim, já temos uma nova mulher” (CISNE, 2012, p. 85).

Ou ainda como nos explica Judite Orr (2011), a emancipação de todos os trabalhadores e das mulheres trabalhadores não ocorrerá com as mulheres lutando sozinhas. Mas “separar as questões de opressão à mulher da luta mais ampla contra o sistema, enfraquece nossa habilidade de vencer” (p. 134), além de que “hoje o capitalismo está em uma prolongada e profunda crise, com guerras brutais sendo um componente permanente, e mudanças climáticas aparecendo como um ameaça à própria sobrevivência de nosso planeta (ORR, 2011, p. 141)”.

No que se refere ao trabalho das mulheres em geral, há um conjunto de atividades em que elas têm se mantido como organizadoras dentro do espaço familiar, cujas tarefas não são percebidas muitas vezes nem mesmo por elas como sendo trabalho. As tarefas que proporcionam bem-estar ao núcleo familiar, como os cuidados com os idosos, as atenções especiais às crianças, a organização do espaço da família, não são contabilizados. Para Paulilo (2013, p. 295):

[...] tentar contabilizar os bens e serviços que passam pelo mercado e os que não o fazem requer a descoberta de uma medida comum entre eles, o que é dificultado por três tipos de problemas: definição do que é trabalho; medição do tempo de trabalho; e atribuição de valor aos distintos tipos de trabalho.

Há um grande desafio na sociedade atual, em relação à equidade entre homens e mulheres, que é de encontrar, um ponto de equilíbrio entre a distribuição justa entre os tempos de cada um, afinal “o trabalho em casa traz economia para a família, mas é invisível aos olhos da economia oficial: quando a mulher lava a roupa em casa, deixa de usar a lavanderia. Quando cozinha, não usa o restaurante. É um trabalho com valor econômico, sim.” (CEPAT, 2005, p. 65)⁴². Esse trabalho foi calculado pelos pesquisadores do jornal *O Globo*, em matéria de 11/9/2005, há dez anos, e chegou-se à conclusão que ele custaria 12,76% do PIB do país ou R\$ 225,4 bilhões, em 2004, se essa tarefa fosse paga às mulheres naquela ocasião. Em nossas pesquisas não encontramos dados atuais que contabilizem, porém, esta porcentagem nos dá uma dimensão do que significa o trabalho das mulheres. Aliado às diferenças nas ocupações, há, ainda, aquelas em relação aos salários, que segundo o IBGE, numa pesquisa⁴³ realizada em 2010, a participação das mulheres no mercado de trabalho aumentou em 24% em dez anos, mas recebem 72,3% do valor que é pago aos homens em cargos iguais. Além disso, as mulheres com filhos recebem quase 30% menos que as outras sem filhos.

As desigualdades de salários e de espaços de trabalho expressam que, se de um lado as mulheres estão ocupando mais postos de trabalho e disputando mais vagas com os homens, de outro lado, os dados demonstram que são exploradas duplamente: por serem trabalhadoras e por serem mulheres. Se for negra, a situação é ainda de pior renda. Segundo estudos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea)⁴⁴ (2013), 69% de mulheres negras chefes de família recebiam, em 2009, até um salário mínimo (p. 30). Ainda, o estudo conclui que “entre 1995 e 2009, as famílias chefiadas por mulheres negras mantinham os piores rendimentos, seguidas pelos homens negros, mulheres brancas e, por último, pelos homens brancos” (p. 29). A pesquisa aponta, ainda, uma forte concentração de mulheres negras no serviço doméstico, e “muitos deles (pesquisadores) veem a presença negra nessa categoria como sendo uma herança arcaica da escravidão” (p. 73), ou seja, “o serviço doméstico marca um lugar na estrutura ocupacional por gênero e raça, pela ausência de escolaridade, pela origem regional e pelos baixos rendimentos” (p. 73). Nesse aspecto temos as considerações de Mirla Cisne:

[...] são as mulheres trabalhadoras de baixa renda, as mais atingidas por este modelo econômico e cultural de sociedade, pois elas são exploradas, oprimidas e discriminadas pelo sexo e pela classe, vivendo no limite da

⁴² Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – Cepat.

⁴³ Carolina Montenegro, BBC Brasil, publicada em 13/5/2014.

⁴⁴ Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, órgão vinculado à Presidência da República do Brasil.

sobrevivência com relação as suas necessidades básicas, inclusive, de alimentação (2012, p. 85).

A mesma pesquisa do Ipea destaca que nas cidades, as famílias chefiadas por mulheres, entre 1995 a 2009, passaram de 24,8% para 37,8%. Já na população rural, no mesmo período, o índice era de 19%, o que “aponta para o conservadorismo, a menor abertura do universo rural às mudanças e à igualdade entre os sexos” (p. 24). Em relação à extrema pobreza, verificou-se que deste contingente, 74% eram constituídos por pretos, pardos e por indígenas (Ipea, 2013, p. 115). Enfim, as várias pesquisas coincidem sobre o tema da pobreza com rosto feminino:

Tanto o imperialismo, com suas estratégias de dominação cultural e seus objetivos de saquear e explorar nossas riquezas e nossos povos, como o capitalismo com sua mercantilização da vida e alienação de nossas existências reproduzem padrões de dominação que atacam pela raiz nossas buscas emancipatórias. Entre os setores mais atingidos por essas políticas, é claro, encontram-se as mulheres, sempre as mais pobres entre xs⁴⁵ pobres (FABRI, 2011, p. 172).

Se na sociedade em geral ainda persistem grandes desigualdades entre homens e mulheres, ao olhar para a realidade do campo, esta situação torna-se ainda mais evidente. O trabalho desenvolvido pelas mulheres nas unidades familiares camponesas, além de gratuito, ainda é visto pelas famílias apenas como “ajuda” revelando o quanto continua invisibilizado, como se não gerasse um valor econômico e social. As tarefas de limpar, lavar, passar, alimentar, cozinhar, costurar, curar, gerar, criar e educar são tarefas costumeiramente realizadas pelas mulheres no meio rural. Além disso, acrescentem-se, as horas de trabalhos realizadas em torno da casa, no espaço chamado quintal, onde normalmente encontramos os pomares, as hortas, a criação de pequenos animais, as pequenas experimentações, normalmente cuidadas pelas mulheres e crianças (MENEGAT, 2009). Estas atividades garantem uma boa parte da alimentação da família, como: verduras, frutas, ovos, derivados de leite, parte das carnes. Porém, esse trabalho nem sempre é visualizado como trabalho importante,

⁴⁵ Aqui o autor dá a seguinte explicação para a linguagem: “Utilizo a letra “x”(xs) para fazer referência às distintas identidades de gênero existentes. Tanto o @ (@s) como o uso das terminações em a ou o (as/os) podem servir para fazer referência aos sexos masculino e feminino, mas não contemplam as identidades transexuais, intersex, travestis ou outras já existentes ou por existir. Ao mesmo tempo, para aqueles que sustentam a linguagem sexista amparadxs na economia da linguagem (segundo a qual fazer referência a ambos os sexos seria demasiadamente desgastante) esta alternativa de escrever com “x” poderia poupar-lhes um problema, e por outro lado, poderia ao menos servir para relativizar a validade de seu argumento.

[...] verifica-se, como consequência da presença difusa desses estereótipos, a dupla desvalorização do trabalho da mulher: seu trabalho nas atividades relacionadas à produção é considerado como sendo menor, ela apenas ‘ajuda’, mesmo quando seu tempo de trabalho nas atividades relacionadas à produção não é menor que o realizado pelo homem. Por outro lado, as atividades relacionadas à reprodução não são valorizadas: o que conta é o que dá dinheiro (MENASCHE; TORRENS, 1996, p. 19).

Segundo a FAO, conforme pesquisa publicada em 2013, no mundo, 70% das mulheres trabalhadoras rurais não tinha remuneração, e contraditoriamente aquelas não remuneradas possuíam carga de trabalho maior que as remuneradas⁴⁶. No caso das mulheres trabalhadoras do campo, no Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostragem (Pnad), revelou, em 1997, que 81% das mulheres envolvidas em atividades agrícolas não recebiam nenhuma remuneração pelo trabalho. O não recebimento da remuneração está atrelado ao trabalho que é realizado e fica dentro da unidade familiar, ou seja, não é contabilizado como trabalho, e, portanto, não gera renda monetária. Encontramos mulheres nos assentamentos de nossa pesquisa, com parceiros ou não, que junto com seus filhos, dão conta de todos os afazeres domésticos e também todo o serviço da roça, organizando assim uma lógica que lhes permite sustentar material e socialmente o seu núcleo familiar. Porém, isto não quer dizer que elas se reconheçam como trabalhadoras e geradoras de renda. Em 2006, as próprias mulheres rurais declararam que trabalhavam apenas 21 horas, quase metade do tempo declarado pelos homens, que era de 39 horas semanais em média (BUTTO, 2011, p. 15). Ao se reconhecerem trabalhadoras com metade do tempo dos homens, elas acabam por desconsiderar o tempo que utilizam com o trabalho em torno das tarefas dentro do espaço da casa e nos quintais. Para a pesquisadora argentina Andrea D’Atri (2011, p. 149), esse modelo é ideal para o sistema capitalista, pois, “enquanto desenvolve as máquinas de lavar, a industrialização de alimentos etc., mantém a privatização das tarefas domésticas para que, desse modo, o capitalista seja isento de pagar grande parte do esforço com o qual garante a reprodução da força de trabalho”.

Embora desafiador, em nossas sociedades atuais, é costume estabelecer cinco grandes categorias para o uso do tempo para as pessoas em idade ativa, o que nos dá um parâmetro interessante para verificar o modo de uso dos tempos: “tempo das necessidades pessoais, tempo de trabalho doméstico, tempo de trabalho de mercado, tempo de participação cidadã, tempo de ócio” (CARRASCO, 2003, p. 31). Para Paulilo (2013), “nas últimas décadas, as

⁴⁶ Notícia de 23/8/2013, disponível em: <www.adital.com.br>.

tentativas de tornar visível a sobrecarga das mulheres tem posto ênfase nos estudos de uso do tempo por ambos os sexos” (p. 293).

Em depoimento para uma entrevista⁴⁷ comentando sobre uma visita que fez a Mato Grosso do Sul, Rose Marie Muraro teceu o seguinte comentário sobre o modo de vida das trabalhadoras rurais da região:

Quem trabalha com as mulheres rurais sabe que elas não têm descanso, trabalham de manhã e de tarde na roça, fazem a comida, de noite cuidam das crianças doentes e ainda no sábado e no domingo lavam roupa enquanto os maridos jogam ‘pelada’. Quando eu falei isso para 1.500 mulheres rurais no Mato Grosso do Sul, o auditório inteiro se levantou como se dissesse: “Essa nos entendeu” (MURARO, 2005, p. 43).

É neste contexto que as desigualdades de gênero no mundo camponês podem ser consideradas como umas das mais cruéis formas de exploração do trabalho humano, quando realizada a soma de suas horas de trabalho junto com todas as formas de preconceitos sociais a que estão condicionadas. Esta invisibilidade está associada a situações históricas, e por isso consideradas “normais”. A alta carga de trabalho, a responsabilidade pela provisão de alimentos, os cuidados com as crianças e com os idosos, foram historicamente colocados como uma função social da mulher. No universo camponês isto se torna ainda mais evidente se pensamos que a alimentação é essencial para a reprodução da vida, e nisto as mulheres camponesas têm um papel histórico fundamental, afinal, “desde a invenção da agricultura, peça chave nessa matéria, elas têm experimentado, melhorado sementes, selecionados comestíveis e não comestíveis, preservado alimentos, inventado e refinado a dieta, a arte culinária e seus instrumentos” (SENRA; LEÓN, 2009, p. 17).

Neste contexto camponês, ao estabelecerem as relações desta natureza no espaço do interior da família, ele é também o lugar onde se estabelecem alguns acordos, ora de conquistas e ora de recuos, ora são mantidos e ora se alteram os aspectos das relações. Embora seja importante ressaltar que para as mulheres camponesas, se de um lado é fato que “elas abastecem, como temos dito, 60% a 80% da produção alimentar dos países mais pobres, e ao redor de 50% da produção mundial” (SENRA; LEÓN, 2009, p. 21), de outro lado, “um dos mais graves paradoxos da globalização é que a desnutrição se acumula principalmente nos campos que alimentam o mundo” (GUILLAMON, 2009, p. 41). Esta é uma profunda contradição entre o fato das mulheres rurais, em grande parte, serem as responsáveis pelo

⁴⁷ Entrevista concedida à *Revista do Cepat* (Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores), n. 126 – Especial – setembro/2005.

abastecimento alimentar das casas, garantindo assim a alimentação de parte importante das populações, e ao mesmo tempo estarem entre os maiores índices de pobreza.

Para Campos (2011), “por sua condição de gênero e não apenas de classe, as mulheres têm acesso muito mais restrito a recursos materiais e sociais” (p. 49). O termo “feminilização da pobreza” tem sido utilizado por autoras como Campos (2011) para demonstrar que o processo de pobreza atinge um maior número entre as mulheres, sobretudo se forem negras, pretas ou pardas. Estes dados⁴⁸ evidenciam-se através da realidade das mulheres em âmbito mundial:

[...] mais da metade das 1,3 milhão de pessoas em situação de extrema pobreza; as 2/3 partes das pessoas analfabetas no mundo (666 milhões); as que sofrem falta de cuidados sanitários, especialmente durante a gestação; as que são obrigadas ao casamento inclusive antes de chegarem à maioridade; as que não têm acesso a recursos naturais e ao crédito; as discriminadas pelo acesso ao trabalho e ao crédito”⁴⁹.

Para Campos (2011), esta pobreza que possui múltiplas dimensões, não se restringe somente à economia, mas também ao campo do acesso do conhecimento, ao sistema político e jurídico, à cultura e à educação. Porém, o fato é que em todas estas dimensões as mulheres têm sido prejudicadas. De cada três pessoas analfabetas do mundo, duas são mulheres, conforme os dados da Via Campesina (2009). O acesso ao conhecimento, por exemplo, pode ser colocado como um dos itens importantes para a superação da pobreza e da dominação patriarcal e, nesse contexto, vemos que a pobreza cada vez mais tem o rosto feminino em várias partes do mundo.

Um estudo conduzido pela FAO (2011), intitulado “O estado mundial da agricultura e a alimentação. As mulheres na agricultura” mostraram que

[...] em um grande número de estudos se estabelecem nexos entre as finanças das mulheres e uma maior capacidade de negociação no seio da família para melhorar o estado nutricional dos filhos, o qual tem repercussões a sua vez nos níveis de saúde e educação da família (p. 46).

Colocada a questão, também é importante atentar para os programas de caráter governamental que reforçam erroneamente a tese de que as mulheres são “provedoras

⁴⁸ Site espanhol “Religion Digital”.

⁴⁹ Acesso em: 25 maio 2014.

invisíveis” dos cuidados de alimentação e, portanto, caberia a elas eliminar a fome da humanidade. Na medida em que se enfatiza esta função sem fazer uma análise crítica da realidade, e sem apontar para a construção de processos onde as mulheres também possam tomar decisões políticas sobre o direito a soberania alimentar, que inclui terra, água, créditos, escolha da produção, agroindústria, acesso a circuitos de comercialização, por exemplo, e sem relacionar estes direitos com a distribuição igualitária das riquezas produzidas pelo trabalho, podemos cair no risco de “culpar” as mulheres pela sua pobreza. Ou seja, é preciso cuidar para que nossas análises não façam com que

Os pobres sejam vistos como alguém que não se desenvolveu, fazendo recair sobre eles mesmos a responsabilidade por sua situação precária. Ainda que não se atribua aos desfavorecidos uma “culpa”, considerando-os preguiçosos, pouco inteligentes etc., o que é bastante comum principalmente onde há racismo, parte-se do princípio de que eles não têm oportunidades iguais e que é preciso criá-las, e isto não **implicaria diminuir a riqueza dos que a têm** (PAULILO, 2013, p. 13 – grifo nosso).

Caminham lado a lado na busca por mecanismos de emancipação da classe trabalhadora da sua condição de exploração pelo capital, com a luta concreta por uma distribuição justa e equilibrada de funções e trabalhos entre homens e mulheres, e os cuidados com as crianças, com os idosos e com os doentes, como grupos que necessitam de atenção constante. Para Senra e León (2009):

[...] graças à acumulação de conhecimentos (relativos) direcionados à prática agrícola, a previsão produtiva, ao processamento e distribuição, as mulheres, mesmo em contextos de pobreza extrema, alimentam a humanidade e mantêm padrões de consumo congruentes com o cuidado da terra e da coletividade (p. 22).

Este sistema de desigualdade entre homens e mulheres também possui grande expressão nos espaços de poder político. Obviamente o poder político está também relacionado ao poder econômico e a outras formas de controle. Basta olhar rapidamente a proporção de representação de homem e mulher no senado federal e no congresso nacional. Menegat (2009) aponta em análise das eleições de 2006, um percentual de 8,77% de mulheres eleitas para o cargo de deputadas federais e 14,8% de mulheres eleitas para o cargo de

senadoras. Já nas eleições de 2010, a Cfemea⁵⁰ aponta que no total geral do Brasil as candidatas ao senado foram percentualmente 13,28% de mulheres e 86,72% de homens; os deputados federais foram 13,28% de mulheres e 86,72% de homens. No total geral do Brasil foram eleitos 14,81% de mulheres entre senadoras e deputadas federais e 85,19% de homens, sendo que no estado de MS não foi eleita nenhuma mulher. Na Assembleia Legislativa do MS foram eleitas duas mulheres representando 8,33% das vagas ocupadas e 22 homens representando 91,67% das vagas. A proporção em números nacionais é de 12,85% de mulheres e 87,15% de homens.

Em 2014, segundo dados do Centro de Estudos e Pesquisas Feministas (Cfemea) temos o seguinte quadro de candidaturas: ao senado 83,33% de homens e 16,67% de mulheres; câmara dos deputados federais 70,38% de homens e 29,62% de mulheres; aos governos estaduais temos 89,94% de homens e 9,47% de mulheres; no total das assembleias legislativas foram candidatas 29,34% de mulheres e 70,66% de homens. No Estado de MS foram 31,87% de candidatas mulheres e 68,13% de candidatos homens. Como vemos, nos últimos 12 anos, os números seguem mais ou menos na mesma proporção de representatividade. As pequenas alterações ora demonstram avanços e ora alternam-se com os recuos de participação da mulher no mundo da política.

Se por um lado há obrigatoriedade de que os partidos políticos tenham nos seus estatutos a cota de no mínimo 30% de mulheres em seus quadros de direção e de candidaturas, por outro lado, isso necessariamente não significa que essa porcentagem esteja sendo ocupada e nem que, quando se ocupam esses espaços, se consiga fazer alterações de proporções consideráveis. Segundo Gleise Hoffman, formada em Direito e com Especialização em Gestão Pública e Administração Financeira, que foi a primeira mulher a ocupar a Diretoria da Itaipu binacional, e tem ocupado funções em setores estratégicos importantes na Presidência da República do Brasil, em relação à cota de participação das mulheres nos partidos políticos [...] “é um mito de igualdade. Infelizmente, as mulheres ainda não têm as mesmas condições de disputa na política dadas aos homens” (2005, p. 57). Ou seja, participar na vida política não significa somente cumprir a cota para estar de acordo com as exigências das normas eleitorais.

⁵⁰ Centro de Estudos e Pesquisas Feministas (Cfemea). Disponível em: < www.cfemea.org.br > Acesso em: 6 ago. 2014.

A pesquisa de Silva (2010) aponta para o fato que em Mato Grosso do Sul, existe o parentesco das mulheres no mundo da política, com homens cujos nomes já estão consolidados no âmbito da vida política, e que esse aspecto

[...] provoca, no imaginário social, a ideia de que a entrada delas como novas lideranças políticas só foi possível em decorrência do prestígio masculino, como se elas necessitassem ser apresentadas na vida pública pela figura do homem, tido como o detentor deste espaço, e, assim, obter aceitação social (SILVA, 2010, p. 42).

O Brasil, neste momento em que tem uma mulher na presidência da república, eleita e reeleita para o segundo mandato que ao todo somarão oito anos na presidência da república (2010-2018), embora esse seja um fato inovador, está longe de ter o problema da representatividade político-partidária resolvido. Um exemplo de como as mulheres são tratadas no âmbito da política brasileira, foi o caso ocorrido durante esta pesquisa (mês de dezembro de 2014), em que o deputado federal Jair Bolsonaro, do Partido Progressista do Rio de Janeiro, publicamente ofendeu a ex-ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, quando, em debate acalorado sobre estupro de mulheres, fez apologia ao estupro e disse em plenário “que não estupraria a deputada federal Maria do Rosário porque ela não merece”⁵¹.

Para Saffioti, no mundo da política “em termos muito simples, isto quer dizer que os homens tomam as grandes decisões que afetam a vida de um povo” (SAFFIOTI, 1987, p.47). No calor destes debates, é que surgem os questionamentos dos movimentos de mulheres, de caráter feminista⁵² perguntando-se: é possível viver verdadeiras trocas e reciprocidades, em todos os aspectos da vida, se as relações são desiguais?

O entendimento de que as formas de desigualdade entre os sexos eram resultados de processos injustos e não de falta de disposição natural ou de capacidade de apreciar ou resolver assuntos de interesse individual, levou inúmeros grupos femininos a debruçarem-se sobre os problemas voltados para a saúde, a educação e os direitos da mulher, envolvendo pessoas de todas as camadas sociais, nível de escolaridade, credo e raça (NADER, 2013, p. 65).

⁵¹ Notícia amplamente divulgada. Consulta ao *site* do Sindicato dos Bancários do Pará. Disponível em: < www.bancariospa.org.br>, notícia de 10/12/2014. Acesso em: 20 abr. 2015.

⁵² O termo “feminista” foi utilizado pela primeira vez na Inglaterra, no século XIX, para descrever as mulheres que lutavam pelo direito de votar (MORAES, 2002, p. 21).

Neste sentido, é que as movimentações de mulheres em todo o mundo têm trazido à tona o debate de que o mesmo sistema de exploração econômica sobre os corpos dos trabalhadores é o sistema que também mantém o processo histórico das mulheres sob domínio do homem. Trazem questionamentos profundos sobre o modo como foi consolidada a domesticação das mulheres e o conjunto do sistema de dominação. Para nós, então, “a pesquisa feminista, portanto, reforça e argumenta que necessitamos estudar as mulheres, porque, caso contrário, só vemos parte da figura da raça humana” (MORAES, 2002, p. 11). Isso é complexo, pois, na maioria das vezes não são aceitas, justamente por questionar como se dão as relações dentro das casas, das famílias, do convívio entre marido e mulher. O machismo, além de violentar cotidianamente as mulheres, é ruim também para os homens, pois

[...] numa sociedade em que as práticas cotidianas mutilam várias dimensões da personalidade feminina, existem também condutas impostas aos homens, que limitam extraordinariamente seu desenvolvimento. Em outros termos, a mulheres mutiladas correspondem, necessariamente, homens mutilados (SAFFIOTI, 1987, p. 27).

A luta do movimento feminista, da qual falaremos de suas fases e processos mais adiante, ora tem avanços e ora tem recuos, e é profunda porque se trata de alteração de valores nas mentes das pessoas, perpassando pelos padrões de comportamentos no cotidiano, ou seja:

Os estudos sobre e realizados por mulheres deixam as formas de visões estereotipadas das mulheres para uma compreensão mais abrangente, que mantém o foco na produção de conhecimento, análise, aplicação e cuidadosamente examinam a matriz de opressão que existe na vida diária de mulheres (MORAES, 2002, p. 10).

2.2 O Movimento feminista e o conceito de gênero

Tanto as práticas feministas como as pesquisas e a elaboração de teorias têm contribuído para avançar o debate sobre as relações entre mulheres e homens. Na perspectiva feminista, é impossível considerar a hipótese de que as mulheres são simplesmente coniventes com o sistema patriarcal, e que, se quisessem, já teriam mudado a situação. Numa conjuntura em constante movimento,

[...] essas mulheres assimilam e se apropriam de ‘ideias’ feministas sem mesmo definirem-nas. À medida que se indignam e não se conformam com a desigualdade, estão criando e recriando formas inéditas e históricas de resistências feministas, diante das especificidades históricas e culturais no estado de Mato Grosso do Sul que criam bloqueios e perspectivas ao mesmo tempo (FARIAS 2013, p. 394).

Neste sentido, vamos resumidamente retomar dados da história de lutas feministas e conceitos fundamentais que servem de referência para nossa pesquisa. Inicialmente consideramos importante reafirmar que são várias as correntes teóricas que trazem importantes estudos e pesquisas sobre a interpretação do tema das mulheres, e “não se pode negar que haja uma perspectiva feminista, construída ao longo das lutas das mulheres por uma sociedade menos injusta”, logo, concluímos que “não há, portanto, um modelo feminista; há uma perspectiva feminista que se traduz por diversos modelos” (SAFFIOTI, 2001, p. 15). Contrapondo essa lógica de desigualdade entre homens e mulheres, é que o feminismo caracteriza-se por um movimento das mulheres que aconteceu em várias partes do mundo e podemos considerá-lo

[...] possivelmente o fenômeno mais significativo do século XX por sua ruptura paradigmática com uma cultura política profundamente autoritária e excludente para as mulheres e outros atores não homogêneos. Esses movimentos exercem um questionamento profundo aos pensamentos únicos sobre as relações humanas e aos contextos socioeconômicos políticos, culturais e sexuais (MIRANDA, 2007, p. 3).

Importante considerarmos que nem sempre tivemos acesso às informações históricas tecidas por mãos de mulheres, e dessa forma, as informações que chegam, são, na grande maioria, escritas por homens. Neste contexto, urge que as mulheres possam escrever suas histórias e sua visão de mundo, pois “para o “verdadeiro” grupo subalterno, cuja identidade é a diferença, pode-se afirmar que não há nenhum sujeito subalterno irrepresentável que possa saber e falar por si mesmo” (SPIVAK, 2010, p. 60).

Consideramos importante no percurso histórico fazer referência à educadora, escritora e poetisa Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), mulher brasileira que se destacou no século XIX, considerada ativa nos encaminhamentos do movimento feminista no Brasil. Esta educadora

[...] se destacou dentre essas primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado, publicando textos em jornais da chamada grande imprensa, nos quais trata do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, exigindo que todas as mulheres fossem consideradas inteligentes e merecedoras de respeito (NADER, 2013, p. 63).

Um destaque dessa educadora ocorreu na Assembleia Constituinte de 1891, quando debateu o voto feminino. Porém, “os deputados, em sua grande maioria, consideravam as mulheres mentalmente incapazes, outros até faziam menção a ‘certa intelectualidade’ feminina, mas não defendiam o voto das mulheres” (SANTOS, 2009, p. 24).

Santos (2009) aponta que “algumas feministas da década de 1880, iniciaram através dos periódicos publicados por elas, uma forma de conscientizar outras mulheres” (p. 23), embora, destaca que eram manifestações restritas à parte da elite feminina brasileira, especialmente aquelas que haviam estudado fora do Brasil, de forma que estas ideias não atingiam as mulheres de todas as classes sociais, especialmente as pobres e analfabetas. Para Santos (2009), a naturalização da discriminação contra as mulheres estava permeada pela conjuntura em que o país vivia naquele momento.

Recém-saído de um longo processo de escravidão, sem tradições de valores de igualdade e de valorização do trabalho, conduzido pelo poder dos coronéis, das oligarquias regionais. Assim era o Brasil, regido pelos pactos coronelistas, até a Revolução de 1930, quando surgiram manifestações de grupos excluídos da vida pública e da política. Com o advento de uma cultura urbana, das classes médias e operárias surgem novas formas de organização social (p. 24).

O direito ao voto feminino foi o grande tema de reivindicação dos primeiros anos do século XX, embora saibamos que o voto, como um elemento isolado não resolve os problemas da participação da mulher, significa um marco na história das conquistas de direitos e, conseqüentemente, de reconhecimento político (NADER, 2013). Para a pesquisadora Eva Alterman Blay:

Berta Lutz, a grande líder sufragista brasileira, aglutinou um grupo de mulheres da burguesia para divulgar a demanda. Ousadas, espalharam de avião panfletos sobre o Rio de Janeiro, pedindo o voto feminino, no início dos anos 20! Pressionaram deputados federais e senadores e se dirigiram ao presidente Getúlio Vargas. Afinal, o direito ao voto feminino foi concedido em 1933 por ele e garantido na Constituição de 1934. Mas só veio a ser posto em prática com a queda da ditadura getulista, e as mulheres brasileiras votaram pela primeira vez em 1945 (2001, p. 605).

No processo de passagem para a modernidade capitalista, estudiosas do tema das mulheres como Menegat (2009), Nader (2013), Santos (2011), Costa (2009) refletem em relação ao fato de que ao saírem de casa para trabalhar fora e ter uma remuneração pelo trabalho desempenhado, alteram as relações das mulheres com outras mulheres e das mulheres com os homens, e que novas relações surgem “[...] sob o impacto do movimento feminista internacional e como consequência do processo de modernização que implicou uma maior incorporação das mulheres no mercado de trabalho e a ampliação do sistema educacional” (COSTA, 2009, p. 57).

No decorrer destes acontecimentos, “o movimento feminista cresceu, a oferta de trabalho aumentou e a taxa de fecundidade diminuiu. A pílula permitiu que as mulheres deixassem de ter “os filhos que Deus mandava”, possibilitando maior inserção delas em trabalhos fora do domínio privado” (MENEGAT, 2009, p. 24). No entanto, sabemos que, “esse processo não é fácil, e muitas mulheres não se sentem suficientemente fortes para fazer valer os seus direitos e seguem submetendo-se ao esposo, sofrendo assim uma dupla exploração: do trabalho e da casa” (HARNECKER, 2012, p. 25). O fato é que há limites também no mundo do trabalho, que mantêm a mulher em posição de subalternidade. Concordamos com Menegat quando diz que

[...] foram as mudanças econômicas do mundo moderno que produziram alterações nas esferas dessas concepções e valores, o que levou as mulheres nos espaços públicos. Talvez o mais significativo, durante o século XX e mesmo nesse início do século XXI, venha ocorrendo no mundo do trabalho, apesar das condições ainda diferenciadas em relação aos homens, no que diz respeito aos salários e à extensão das jornadas de trabalho (2009, p. 23).

O movimento de saída das mulheres de casa para o trabalho nas fábricas foi marcado por intensa exploração da mão de obra feminina e das crianças, em condições de precariedade. No contexto do mundo do trabalho é que se organizam, entre as mulheres, diálogos e discussões que possibilitarão importantes ações de caráter feministas. Para Gomes (2009, p.88)

[...] no espaço público, o do trabalho, por exemplo, apesar dos salários mais baixos e de todas as outras formas de desigualdades existentes, por estas se localizarem em espaço coletivo torna muito mais visível e mais fácil a tomada de consciência da discriminação que ocorre, torna-se mais fácil para a mulher identificar a desigualdade como sendo comuns as outras, se configurando, portanto, como um problema social.

Ao conjunto de acontecimentos que moveram as mulheres a buscarem espaços externos as suas casas, soma-se uma série de reflexões direcionadas a desvelar os sistemas de exploração e opressão aos quais estão submetidas. De um lado, o capitalismo soube se organizar para tirar proveito da parcela de mulheres e homens no mercado de trabalho, de outro lado, a mulher continuou a ser explorada na fábrica e também dominada dentro da casa, vivendo variadas formas de violência. Neste contexto, o feminismo pode ser entendido como

Um conjunto de ideias e práticas que visam superar as desigualdades entre homens e mulheres e acabar com as situações de opressão e exclusão das mulheres. O feminismo é uma teoria política que tem expressão social desde o fim do século passado (FARIAS; NOBRE, 1997, p. 24).

Para a pesquisadora Maria Lygia Quartim de Moraes (1996), em suas pesquisas sobre o feminismo no Brasil, foram as primeiras mulheres que saíram exiladas do Brasil nos anos de 1960 em diante, que atuavam em resistência à ditadura militar brasileira, que tiveram os primeiros contatos com grupos de mulheres na Europa, especialmente da França e da Itália, e puderam aprender e voltar ao Brasil com leituras e conhecimentos teóricos mais elaborados sobre a condição feminina. Esse movimento, chamado por Moraes de “nova onda do feminismo”, agitou países em todo o mundo. Para Nader (2013) a segunda onda do feminismo enfatizou “reivindicações relativas a direitos civis, sexuais, reprodutivos, econômicos, políticos e sociais, entre outros” (p. 64). Para Tedeschi (2013), esse movimento “desenvolveu-se entre a classe média e trazia propostas de mudanças profundas tanto no sistema político, quanto nas relações produtivas e reprodutivas de gênero, tais como a divisão sexual do trabalho, o aborto e a violência sexual, além de se preocupar com os exilados políticos” (p. 318). Para Costa (2009), “a segunda onda do feminismo na América Latina nasceu nos anos de 1970, em meio ao autoritarismo e à repressão dos regimes militares dominantes e das falsas democracias claramente autoritárias” (p. 57).

Deste período, Moraes destaca o jornal paulista *Nós Mulheres*, circulando nos anos de 1976 a 1979, trazendo à tona os temas que estavam sendo debatidos no movimento feminista, com forte influência dos movimentos de mulheres europeus, com foco principalmente na dupla opressão da mulher, no trabalho e na casa. Para ela, ainda,

[...] no Brasil, a importância do feminismo marxista/socialista refletiu-se na grande recepção que suas teses tiveram junto aos movimentos sociais. As feministas atuavam nos clubes de mães, nos movimentos de base, via de regra em parceria com a ala progressista da Igreja Católica (s/d, p. 3).

Esse processo de lutas no mundo inteiro fez com que “os movimentos feministas tivessem força política suficiente para impor a década da mulher instituída pela ONU (1975/1985) e de manter a questão da desigualdade com o tema na chamada ‘pauta dos direitos humanos’” (MORAES, s/d, p.3). Este fato, à medida que ampliava o debate sobre a condição das mulheres em vários lugares e países, também incorporava o tema como pauta dos direitos humanos, promovendo uma armadilha, visto que reduziu o viés político, desvinculando das lutas das mulheres a opressão do sistema capitalista, que explora os corpos tanto das mulheres quanto dos homens.

Outro aspecto importante a considerar, é que na história do movimento feminista brasileiro, há diversas linhas de pensamento e atuação das organizações de mulheres, ou diversos feminismos, o que provoca desencontro entre os movimentos populares de mulheres, e os movimentos de grupos feministas. Este é um longo debate, porém, é importante salientar a influência que o movimento feminista ainda vem tendo no Brasil, especialmente na vida concreta das mulheres. Pois, mais que tudo,

[...] a perspectiva feminista ressalta a dimensão da opressão universal sobre as mulheres, guardadas as diferenças regionais e culturais e busca nas estruturas objetivas as marcas inequívocas da desigualdade: as mulheres ganham menos e trabalham mais, no conjunto da população mundial, por exemplo (MORAES, 1996, p. 7).

Foi esse conjunto de atuações históricas, de mulheres em várias frentes de trabalho e de militância, que produziu o que ao longo do tempo foi chamado de “estudos sobre mulheres”, especialmente nas décadas de 1970 e 1980. Porém, o “conceito de gênero foi elaborado por estudiosas da questão das mulheres nas universidades, e apropriado pelos movimentos como um instrumento de análise” (FARIA; NOBRE, 1997, p. 29). Para Moraes,

[...] os ‘estudos sobre a mulher’ dominaram nos anos em que a militância feminista estava nas ruas ao passo que os ‘estudos de gênero’ denotam a entrada na academia de uma certa ‘perspectiva de análise’. Não se trata mais de denunciar a opressão da mulher, mas de entender, teoricamente, a dimensão "sexista" de nosso conhecimento e os riscos das generalizações. Atualmente, temos menos estudos sobre a mulher e mais estudos de gênero que podem se referir aos homens – ou ao "gênero masculino" – como bem revelam os trabalhos sobre "masculinidades" e "paternidades” (s/d, p. 6).

Na década de 1980, é consenso entre várias correntes do movimento feminista brasileiro, que a Constituição de 1988 foi um marco importante para programar as reivindicações das mulheres. Para Gomes (2009), “o ponto alto desse processo vai ser o da

elaboração da nova Constituição, momento no qual as mulheres organizadas tem papel ativo, levantando suas reivindicações e tendo como lema ‘Constituinte prá valer tem que ter direitos de mulher’ (p. 92)”. Para Menegat (2009), Carneiro (2003), Miranda (2007), o movimento feminista teve importância em todo o período da Constituição, encaminhando suas demandas, o que fez com que a imprensa as apelidasse de “lobby do batom”, e demonstrou ser o setor mais organizado da sociedade civil, da época.

No processo constitucional de 1988, os grupos de mulheres organizadas reivindicaram e conquistaram direitos entre os quais igualdade de direitos civis entre homens e mulheres; licença maternidade, que era de três meses, sendo ampliada para quatro meses; licença paternidade; direito das mulheres presidiárias de amamentar os filhos e direito de propriedade da terra para as mulheres rurais (SANTOS 2009). Para Carneiro (2003), a participação das mulheres no processo constitucional alterou significativamente os rumos da história do Brasil:

O movimento de mulheres do Brasil é um dos mais respeitados do mundo e referência fundamental em certos temas do interesse das mulheres no plano internacional. É também um dos movimentos com melhor desempenho dentre os movimentos sociais do país. Fato que ilustra a potência deste movimento foram os encaminhamentos da Constituição de 1988, que contemplou cerca de 80% das suas propostas, o que mudou radicalmente o *status* jurídico das mulheres no Brasil. A Constituição de 1988, entre outros feitos, destituiu o pátrio poder (2003, p. 117).

Estas discussões encontraram espaço para serem gestadas em todas as organizações sociais, porém, teve grande importância o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que “foi criado a partir de uma articulação entre as feministas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o presidente Tancredo Neves” (COSTA, 2009, p. 62), e se transformou em espaço fundamental na elaboração e proposição de políticas especiais para as mulheres.

Cabe, ainda, ressaltar que as mulheres camponesas também tiveram um alto nível de organização durante o processo constitucional, através da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). Este esforço resultou em conquistas especiais para as mulheres do campo, dentre elas: “ter o nome na nota de venda do produto, ter acesso ao crédito rural, ao salário maternidade, a aposentadoria e a outros benefícios que passaram a colocá-las em uma posição de visibilidade social e produtiva” (MENEGAT, 2008, p. 249). Após a Constituinte as mulheres camponesas passaram a se organizar no Movimento das

Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o qual, nos anos 2000, denominado de Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Para Vanderléia Daron (2009), que pesquisou o MMC no Rio Grande do Sul, encontrou entre suas características,

[...] um movimento social popular, de caráter autônomo, democrático, feminista e de massas. Luta pela mudança nas relações de opressão e discriminação entre homens e mulheres e pela transformação da sociedade capitalista, visando à construção de uma nova sociedade, que resgate o valor humano, as relações entre as pessoas e com a natureza, numa perspectiva socialista e democrática. Este movimento foi se organizando e se constituindo a partir de sua inserção no processo mais amplo da luta popular (de classe) e feminista (de gênero) no Brasil, onde as mulheres sempre estiveram presentes na construção da história da humanidade e nas lutas por justiça, desde os tempos mais remotos até nossos dias (p. 390).

Atualmente o MMC possui cerca de 500 grupos de base e está organizado nacionalmente em 19 estados. É um dos movimentos sociais que compõem a Via Campesina, se articulando com os movimentos de mulheres, Marcha Mundial de Mulheres, e mantendo parcerias e cooperação em âmbito nacional e internacional (DARON, 2009). Ainda é importante ressaltar que neste período de processo constitucional, as mulheres camponesas de diversas organizações estiveram juntas, com objetivo de construir efetivas lutas pelos direitos das mulheres. Após esse período, fortaleceram as bases para se consolidarem no atual MMC, no qual se organizam mulheres camponesas.

No que se refere às mulheres dos assentamentos do MST, estas estão articuladas pelo Setor de Gênero do MST. No entanto, mesmo partilhando de organizações diferentes em suas ideologias, as mulheres do MST e do MMC, em alguns momentos realizam ações conjuntas, principalmente nos dias 8 de março, quando ocorrem as jornadas nacionais de pauta das demandas das mulheres camponesas.

É preciso salientar que o termo “gênero” que deu origem ao processo de passagem dos “estudos sobre mulheres” para “estudos de gênero”, ficou conhecido em um texto de Joan Wallach Scott, escrito em 1986 e traduzido e publicado no Brasil, no ano de 1995. Os escritos de Scott influenciaram todos os movimentos de mulheres no Brasil, e os mesmos incorporaram a dimensão desse conceito. Para Scott, “o uso do gênero enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (1995, p. 76).

Scott traz elementos que visam analisar a dualidade entre sexo, visto pelo seu caráter puramente biológico, e gênero, somente como construção cultural, colocando as imbricações entre estes dois conceitos permeados por relações de poder. A partir de Scott, vários pesquisadores, principalmente historiadores, vêm escrevendo sob essa definição, pois “poucos são os trabalhos que discutem gênero que não a citam – mesmo que seja para refutá-la”. Algumas historiadoras, que escreviam sobre as mulheres, continuam a fazê-lo, entretanto, usando a categoria “gênero” (TEDESCHI, 2013, p. 321). Neste sentido, os estudos estão na linha que

[...] o conceito de gênero expressa um outro entendimento: as diferenças são socialmente construídas. Isso significa que homens e mulheres são ‘moldados’ pela sociedade, o ser homem e o ser mulher correspondem a papéis sociais estabelecidos: masculino e feminino. E, se são papéis sociais construídos historicamente e não determinados pela natureza, podem ser modificados (MENASCHE; TORRENS, 1996, p. 9).

Para algumas feministas, o debate sobre gênero pode ser uma armadilha que coloca ainda mais o conceito de feminismo no campo da “briga” entre homens e mulheres, pois com este conceito reforçaria a visão do feminismo como um movimento ultrarradical que não dialoga com os homens. Na análise de Marcela Lagarde, professora e militante feminista mexicana da Universidade Nacional Autónoma do México, há que se pensar em como os termos estão relacionados às práticas que estão sendo construídas no cotidiano, afinal,

[...] o discurso patriarcal, tão impregnado no discurso público, associa o feminismo como o contrário do machismo, ou sua versão feminina. Entende-se o feminismo como o machismo nas mulheres. Isto é uma grande tergiversação do conceito e sentido político do feminismo. A estratégia que muitas instituições adotaram há anos foi deixar de falar de feminismo e falar de ‘enfoque de gênero’, como se este não estivesse baseado na teoria feminista. Tira-se da categoria de gênero o conteúdo político e, sobretudo, o sentido questionador das relações de poder, que é o que o feminismo faz (entrevista⁵³ ao jornal argentino *Rebelión*, em 16/9/2013).

Enfim, tudo que estamos vivendo está no contexto das contradições de movimentos que ora avançam e ora recuam, “isso não significa dizer que ingressamos em um novo século, sem a exclusão feminina no mundo público, porque negaríamos a situação ainda presente em nossos dias” (MENEGAT, 2009, p. 30). Uma das amostras da situação de desigualdade nas relações entre homens e mulheres é a violência que persiste como uma das formas mais

⁵³ Disponível em: <www.adital.com.br>. Acesso em: 10 jul. 2014.

degradantes que simbolicamente representa esse modelo de dominação das mulheres. A socióloga Maria Dolores Brito Mota, defende⁵⁴ o uso do termo “feminicídio⁵⁵” para se referir ao assassinato de mulheres, associando-o ao crime do patriarcado contra as mulheres, pois para ela, o uso desta categoria permite “[...] compreender os mecanismos sociais e simbólicos que constroem esses crimes, revelando-os como engendrados, decorrentes de relações de gênero, patriarcais, revelando-os como crimes culturais contra as mulheres, um crime político”.

No Brasil os dados são alarmantes, com uma mulher sendo agredida a cada 15 segundos, e, conforme levantamento da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, publicado em um documento intitulado “Texto Base do Pacto Nacional pelo Enfrentamento a Violência contra a Mulher”⁵⁶, em 70% dos casos a vítima mantém ou manteve algum vínculo com o agressor, demonstrando que as relações de violência estão estruturadas prioritariamente dentro das casas. Para as mulheres da Via Campesina, a violência pode ser considerada como um fenômeno que possui múltiplas dimensões, sendo

[...] que uma das abordagens que trata desta temática pode ser definida pela perspectiva de danos à pessoa. Outra, do ponto de vista sociológico, considera a violência como transgressão à norma social e, desta forma, a violência é relacional, ou seja, há uma relação entre agressão e vitimização. Além disto, há a violência estrutural que apresenta as relações econômicas e sociais da sociedade como geradoras de violência estrutural. Ainda, do ponto de vista político, a violência pode ser entendida como relação de forças onde há um desequilíbrio ou abuso de poder sobre o outro que pode ser individual ou coletiva (VIA CAMPESINA, 2012, p. 8).

A cultura presente na violência contra as mulheres está alicerçada na percepção delas como propriedade, cujo corpo e mente pertencem aos homens, o que lhe concede o direito de humilhar, explorar e também matar. Ora, por que os homens ao se sentirem explorados e/ou diminuídos socialmente pelo fato de obterem baixos salários não se repelam contra seus patrões nas fábricas ou nas fazendas ou nas indústrias? Por que a raiva pelas frustrações da vida deve ser justificada com aplicação da violência contra as mulheres? Com a implantação

⁵⁴ Disponível em: <www.adital.com.br>. Entrevista do dia 29/4/2010. Acesso em: 30 jun. 2014.

⁵⁵ O termo feminicídio foi cunhado por Marcela Lagarde, etnóloga e doutora em antropologia, professora da Universidade Nacional Autônoma do México. Para Lagarde, acontece quando “as condições históricas geram práticas sociais que permitem atentados violentos contra a integridade, a saúde, a liberdade e a vida de meninas e mulheres”.

⁵⁶ Disponível no site da Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres em: <www.spm.gov.br>. Acesso em: 4 set. 2014.

da Lei Maria da Penha⁵⁷ (Lei 11.340), no ano de 2006, resultado inclusive da condenação do Brasil por negligência e omissão em relação à violência doméstica, no tribunal da Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos), no ano de 2007, institucionalizou-se no Brasil o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher⁵⁸. Embora saibamos que os problemas não se resolvem apenas com as leis e os decretos, elas configuram-se como atos estratégicos. Neste contexto é que

[...] ela nasceu para punir o agressor que antes ficava sem penalização para seus atos. Não queremos com isso dizer que a lei por si só resolverá os problemas que o sistema patriarcal gerou durante décadas, mas com ela tem-se o questionamento sobre as diferenças sociais de gênero sendo publicizado, chamando a atenção para que tais problemas passem a ser debatidos, o que poderá levar à sua desnaturalização e ao entendimento de que socialmente é preciso efetivar mudanças de comportamento, mesmo que levem tempo (SILVA, 2010, p. 59).

Os dados apresentados pelo documento texto-base⁵⁹, do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, no serviço da Central de Atendimento à Mulher – “Ligue 180”, é possível encontrar índices dos tipos de violências sofridas pelas mulheres. Dentre eles obtivemos a seguinte ordem de quantidade de denúncias: em primeiro lugar, maior número de registro de violência física; em seguida, a violência psicológica, moral, patrimonial, sexual, cárcere privado e de tráfico de mulheres. Conforme o documento, “74% dos crimes são cometidos por homens com quem as vítimas possuem vínculos afetivos/sexuais (companheiros, cônjuges ou namorados). Os números mostram que 66% dos filhos presenciam a violência e 20% sofrem violência junto com a mãe”.

Para Faisting (2009), a violência passou a ter maior visibilidade na denúncia nos anos de 1980, quando da efetivação das delegacias especiais para mulheres. Infelizmente os números da violência ainda são muito altos, o que retrata o tema como de complexidade, com a violência sendo perpetuada, na maioria das vezes dentro das famílias, considerado lugar de excelência da “intimidade” que pode esconder várias formas de violência, ao justificar para a

⁵⁷ Maria da Penha é uma mulher feminista, ativista na luta pelos direitos das mulheres, reconhecida em todo o mundo. O caso de violência acontecido com ela foi levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos, o que levou o Brasil a ser condenado por omissão, e dessa forma, em 2006, foi obrigado a criar a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, construindo orientações e diretrizes gerais para as políticas públicas para as mulheres no Brasil.

⁵⁸ Disponível em: <www.observe.ufba.br>. Acesso em: 30 jun. 2014.

⁵⁹ Disponível na Secretaria Nacional de Políticas Públicas para Mulheres: <www.spm.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2014.

sociedade o velho dito popular que diz “roupa suja se lava em casa”. Como indaga Saffioti (1995)

[...] se a cultura da violência impregna as relações sociais, pode-se afirmar que as formas de violência perpetradas contra algumas categorias sociais – como o gênero feminino – é uma particularização da violência societária? Em outros termos, a violência doméstica está submissa à violência em geral? E ainda: é este um fenômeno homogêneo que pode ser explicado a partir de uma só lógica? (p. 150).

Se de um lado foram criadas as Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher (Deam), de outro, o número de delegacias ainda está aquém da demanda, e nem sempre elas estão preparadas como deveriam, para atender as mulheres como precisam. A lei abriu importantes espaços onde as mulheres podem fazer denúncias, além das casas abrigos para aquelas em situação de violência. No entanto, de maneira geral, ainda persistem importantes lacunas no que diz respeito ao caráter destes espaços e de como são preparados os profissionais que lá atuam, no sentido de que

[...] a concepção de que a forma pela qual os sistemas de controle e seus agentes concebem o comportamento das mulheres cria e reproduz os estereótipos de gênero. Tal perspectiva permite constatar, assim, que o julgamento da violência conjugal se fundamenta menos na agressão e mais no comportamento das vítimas no que se refere aos seus papéis sociais como mulher, esposa, mãe etc. (FAISTING, 2009, p. 104).

Isto nos leva a refletir sobre a importância das políticas públicas de proteção as mulheres, porém, sabemos que a lei por si só não resolve os problemas, fazendo-se necessário um trabalho amplo, com profissionais preparados, infraestrutura e apoio concreto para as mulheres. Além disso, é fundamental um trabalho de formação permanente, que tenha como viés os questionamentos sobre o modelo patriarcal e sua consolidação sobre o modo capitalista de produção.

Aliadas importantes destes assuntos em debate, com caráter de denúncia, têm sido as redes sociais, dentre os quais cita-se o resultado da pesquisa do Ipea, socializado em 2014, revelando que 65,1% das mulheres que mostram o corpo merecem ser estupradas. O caso repercutiu depois que uma jornalista fez uma campanha de protesto pelas redes sociais, tendo agregado mais de 100 mil pessoas com a frase “Eu não mereço ser estuprada”. Logo depois o Ipea corrigiu o dado e assumiu que havia trocado as tabelas, e que o índice era de 26%. Mesmo sendo um índice menor, representa mais de um quarto das pessoas entrevistadas, e o

tema continua lançando elementos para fervorosos debates em vários espaços. Outro fato muito comentado nas redes virtuais tem sido o “Manifesto de Solidariedade às Xerecas Satânicas⁶⁰”, lançado pelas blogueiras feministas, e publicada no dia 2 de junho de 2014. O manifesto foi contrário à censura a um evento que ocorreu como finalização da disciplina cujo tema era “corpo e resistência”, no curso de Produção Cultural, no *campus* da Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro. Uma das cartas de apoio foi do Centro Acadêmico Procult UFF, onde afirma:

[...] todos os valores que vos ensinaram nas escolas e nas igrejas, nós viemos ao mundo para profaná-los, para manchá-los de sangue. Nós queremos chocar vossas cabeças com nosso modo agressivo e marginal de existir, foi assim que vocês nos geraram nesse mundo extremamente desigual. Somos criações poeticamente pervertidas e obras santificadamente degeneradas.

Enfim, vivemos tempos em que as tecnologias sociais cumprem um papel fundamental para aqueles que sabem se apropriar delas como mecanismos de disseminação de ideias, questionamentos e articulação de pessoas por temas afins. No Brasil, um exemplo disto é a Marcha das Vadias⁶¹, normalmente articulada pelas redes sociais, que ocorre em algumas das grandes capitais, sendo que em 2014 ocorreram atos em nove capitais. Para a cientista política Céli Pinto, professora da UFRGS e autora do livro *Uma História do Feminismo no Brasil*, “as manifestações recentes são uma demonstração de que o feminismo está rejuvenescendo, com holofotes amplificados pela internet”. Vejamos algumas imagens que circulam pelas redes sociais com o enfoque nos questionamentos aos padrões patriarcais:

⁶⁰ Chocar é a palavra de ordem no feminismo contemporâneo. “**Saiba mais: Queima de sutiãs, só que não.** Uma das imagens clássicas do feminismo é a famosa queima de sutiãs, que na década de 1960 poderia chocar tanto ou mais do que a festa ‘Xereca Satânik’ hoje. Mas a queima não chegou a acontecer no protesto que originou o termo. O ato reuniu 400 ativistas contra o concurso Miss América em 7 de setembro de 1968, nos Estados Unidos. Embora tenham colocado no chão sutiãs e outros acessórios do estereótipo feminino, as manifestantes não chegaram a queimá-los porque não tiveram permissão do Atlantic City Convention Hall, onde estavam. Manchetes que noticiaram o fato ajudaram a propagar a expressão ‘BraBurners’ (queimadoras de sutiãs). E a atitude performática depois acabou inspirando outras mulheres a queimarem sutiãs pelo mundo”. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2014/06/chocar-e-a-palavra-de-ordem-no-feminismo-contemporaneo-4531765.html>>. Acesso em: 1º jul. 2014.

⁶¹ A Marcha das Vadias é uma movimentação de mulheres originada em 2011, no Canadá, quando cerca de três mil pessoas tomaram conta da cidade de Toronto, em protesto contra um policial que havia dito às estudantes da Universidade que as mulheres não deveriam se vestir como vadias, em resposta a uma onda de violência sexual. No Brasil, a Marcha das Vadias tem acontecido principalmente nas capitais. No dia 9 de maio de 2014 o evento aconteceu em São Paulo, Porto Alegre, Florianópolis, Recife, Fortaleza, Belo Horizonte, São Luiz, Aracaju. No Rio de Janeiro, o evento foi “contra a violência sexual e de gênero, e em defesa de direitos como ao parto humanizado, ao aborto, aos direitos sexuais”. Fonte: Empresa Brasil de Comunicação. Disponível em: <www.ebc.com.br/cidadania/2014/08/rio-marcha-das-vadias>. Acesso em: 9 ago. 2014.



Foto 17 (esquerda): Frase escrita nas costas da mulher: “somos las nietas de las brujas que no pudiste quemarem”. Tradução: “somos as netas das bruxas que não puderam queimar”.

Foto 18 (direita): Frase escrita na camiseta da mulher: “las putas insistimos que los políticos no son hijos nuestros”. Tradução: “as putas insistimos que os políticos não são filhos nossos”. Fonte: rede social facebook – agosto de 2014.

Ainda, para Ciriza (2006), no bojo de todos estes acontecimentos, estaríamos vivendo a terceira onda do movimento feminista. Hoje com novas nuances, reflexos destes movimentos que podem ser inscritos como novos movimentos:

[...] a encruzilhada atual, em compensação, a da denominada terceira onda, está marcada de um lado pelo aumento exponencial das desigualdades sob a expansão do capitalismo global, e de outro, por uma fragmentação e multiplicação das identidades que deu lugar a uma multiplicidade de práticas e sujeitos (p. 58).

Nesse contexto social, de encaminhamentos diversos visando conquistas de direitos femininos e enfrentando as lutas de classe, encontramos as mulheres assentadas, que no cotidiano das unidades camponesas, constroem estratégias de resistências, mesmo que por vezes não consigam negar a dominação masculina.

2.3 O contexto das mulheres camponesas do MST

A situação das mulheres camponesas de nossa pesquisa, pelos dados coletados, demonstra a existência de algumas semelhanças, na sua forma de viver e produzir, como em todas as partes do mundo. De acordo com os dados a “própria Organização das Nações

Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), no mundo há mais de 600 milhões de mulheres rurais, a maioria agricultoras, que representam mais da quarta parte da população mundial” (SENRA; LEÓN, 2009, p. 21), embora, contraditoriamente, “as mulheres, em nível mundial, somente dispõem de 1% de terra” (p. 30) em seu nome. O mesmo documento organizado por mulheres de várias partes do mundo, articuladas pela Via Campesina, traz o seguinte:

As mulheres camponesas são as produtoras dos principais cultivos básicos em todo o mundo: arroz, trigo e milho, que proporcionam até 90% dos alimentos que consome a população empobrecida das zonas rurais.

- No sudeste da Ásia, as mulheres representam até 90% da mão de obra necessária ao cultivo de arroz.

- Na África subsaariana, as mulheres produzem até 80% dos alimentos básicos para o consumo familiar e venda; elas cultivam até 120 espécies vegetais diferentes nos espaços livres junto aos cultivos comerciais dos homens.

- As mulheres realizam de 25% a 45% das faenas agrícolas em Colômbia e Peru. Em algumas regiões andinas, as mulheres estabelecem e mantem os bancos de sementes do qual depende a produção de alimentos.

- Em Ruanda, as mulheres são as produtoras tradicionais de judia, conhecidas como a “carne” do campo, que aportam uma quarta parte das calorias e quase a metade das proteínas que ingere a população.

- As mulheres constituem 53% da população trabalhadora agrícola no Egito (p. 22).

Embora a maioria das mulheres esteja produzindo alimentação em diversos lugares do planeta, necessariamente não são elas que estão conduzindo os processos de tomada de decisões sobre o que produzir e como produzir. Nossa pesquisa completa-se com os dados agregados sobre as porcentagens de quem se apropria das riquezas produzidas. Para Nalu Farias e Mirian Nobre, “segundo a ONU, as mulheres executam 2/3 do trabalho realizado pela humanidade, recebem 1/3 dos salários e são proprietárias de 1% dos bens imóveis. Dos quase 1,3 bilhão de miseráveis no mundo, 70% são mulheres” (1997, p. 15). As pesquisas como estas realizadas pela ONU revelam que a agricultura no mundo inteiro, tecida pelas mãos das mulheres, tem acontecido no sentido de promover fundamentalmente o combate à fome, principalmente nas áreas rurais. São as mulheres que coordenam a produção dos quintais, composto pelos alimentos que garantem o sustento imediato da família, seja pela horta e pelas frutas, pelos grãos ou pela criação de animais. As mulheres camponesas têm executado funções importantes como produtoras de alimentos, guardiãs dos recursos naturais, cuidadoras

da nutrição das famílias, selecionadoras de importantes técnicas alimentares alternativas, e várias outras funções no campo da produção de alimentos, embora esse trabalho tenda a ser “invisibilizado” dentro do modo de produção capitalista. Para nós, cabe procurar desvelar esta realidade, embora sabedoras dos limites que esta tarefa nos impõe.

Nossa pesquisa ocorre em um assentamento do MST, que, como movimento social de caráter camponês, carrega em seu interior as contradições entre os traços de machismo presente no cotidiano e o desejo de alcançar novos níveis de conhecimento e apreensão desta realidade para criar novas vivências na vida prática. Portanto, se de um lado há uma reprodução das relações machistas também no interior do movimento social, de outro, há a resistência e organização das mulheres disputando poder no comando e na direção política da organização, lutando para construir as pequenas revoluções do cotidiano. Podemos considerar, a partir de nossas pesquisas, que as mulheres do MST organizam-se internamente no movimento, ora com mais força e ora com mais fragilidade, de forma semelhante aos movimentos das ondas ao qual nos referimos ao estudarmos o movimento feminista. É importante considerar todos os aspectos que perpassam por esta reflexão considerando que

[...] cada vez que uma mulher é abusada, golpeada, humilhada, considerada um objeto, discriminada, submetida, a classe dominante se perpetua um pouco mais no poder. [...] A classe trabalhadora, por outro lado, se enfraquece, também, porque esse homem que golpeou sua companheira, que a humilhou, que a considerou sua propriedade, está mais distante que antes de transformar-se num trabalhador consciente de suas algemas, está um pouco mais longe de reconhecer que, na luta para romper seus grilhões, deve propor libertar toda a humanidade de sua cadeia e contar com todos os oprimidos como seus aliados (D´ATRI, 2011, p. 153).

As mulheres que integram o MST demonstram resistência para diversos processos de subordinação feminina, especialmente quando de sua criação na década de 1980. Elas estiveram presentes nas lutas, ocupações, construção dos setores de trabalho no MST, construindo processos que possibilitaram ao movimento alcançar expressão dentro e fora do Brasil, como no depoimento descrito no livro *A travessia do Rio dos Pássaros*, que analisa a ocupação da Fazenda Santa Idalina, no Município de Ivinhema, em 1984:

[...] na beira do rio só se ouve o barulho da correnteza. Na outra margem, onde estão os ocupantes, o silêncio é total. Devido à escuridão da noite o frio e a chuva, que já diminuía um pouco, é quase impossível admitir que mais de mil homens, mulheres e crianças estão espalhados na outra margem em

mais de 500 barracas de lona, armadas precariamente, à espera do despejo (CORTEZ, 1985, p. 39).

Massivamente as mulheres estiveram nas frentes de lutas radicais, na linha de frente da luta pela terra, bem como nas reuniões de base para mobilização, nas ocupações de terra, na organização das “cidades de lona preta”, nas manifestações, nas marchas, enfim, em todos os espaços. Nos momentos de enfrentamentos à polícia, as cenas mais vistas foram protagonizadas pelas mulheres carregando seus filhos no colo, e se colocando no primeiro escalão da fila, sendo escudo para a atuação dos esquadrões policiais. Assim, não poucas vezes, as mulheres e as crianças estiveram na posição de escudo entre a polícia e os homens, desfazendo a ideia de histórica fragilidade, mostrando força e resistência na luta por direitos sociais para mulheres e homens. No entanto, é preciso destacar que nesse processo de enfrentamentos na busca pela terra, as discussões gravitavam em torno das lutas mais amplas, pela terra, pela transformação social da estrutura excludente, mas sem que a temática das mulheres fosse ponto de pauta. Era como se as questões estruturais de exclusão social e econômica assumisse prioridade e anulassem outras, como da invisibilidade feminina, mesmo quando essa se mostrava evidente.

Nos anos 1980 não se falava na temática “mulher” no contexto do MST, como sendo tema que devesse ser dialogado entre todos e/ou as coordenações, especialmente porque o número de mulheres que assumiam coordenações no MST era pequeno e elas estavam sobrecarregadas com as pautas das lutas de classe, tema majoritário nos encaminhamentos do movimento naquele momento. Durante o primeiro congresso nacional do MST, houve a participação de 30% de mulheres, quando

[...] conseguem realizar a primeira Assembleia das Mulheres Sem Terra e decidem organizar grupos de mulheres na base. Esses grupos deveriam alimentar a formação e organização das mulheres sem terra no MST. Em vários estados as mulheres são incentivadas a se articularem com outros movimentos. Um resultado concreto desse trabalho é o primeiro encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que reuniu sem terras e sindicalistas em 1986. Um dos eixos da articulação das sem terra com outras trabalhadoras rurais é a luta por direitos. Vale lembrar que a nova constituição do país foi elaborada em 1988, por isso há uma intensa mobilização social para garantir, na lei, direitos reivindicados pela classe trabalhadora. Mas a participação das sem terra nessa luta não revelava uma intencionalidade do movimento em forjar lideranças feministas, e sim fortalecer as conquistas da classe. Uma

importante forma de visibilizar isso foi a página da mulher do JST⁶² (MST, mimeo, 2009).

No entanto, conforme Gonçalves (2009) descreve, “ainda nos anos 1980, quando pouco se sabia sobre esse movimento, o MST, foi organizada uma Comissão Nacional de Mulheres do MST, a qual pressionou para que houvesse grupos de mulheres nos acampamentos e nos assentamentos de cada Estado” (p. 200). Naquela década, em nível nacional, criou-se uma Comissão Nacional de Mulheres dentro do MST. Ainda no ano de 1988, cerca de quatro anos após a criação oficial do MST, foi elaborada uma primeira cartilha com o tema das mulheres, denominada “A mulher nas diferentes sociedades”, em que se abordava a situação de opressão por elas vivenciada em cada um dos períodos da história da humanidade. Os temas abordados na cartilha referenciavam as mulheres no período da sociedade primitiva, na sociedade escravista, na sociedade feudal e na sociedade capitalista.

Nos anos de 1990, com as mudanças da sociedade e suas influências sobre as próprias lutas da classe trabalhadora de maneira geral, bem como sobre os movimentos sociais e o MST, surgiram outras demandas de trabalhadores. Para Quijano (1998) a globalização:

[...] se trata do desenvolvimento das tendências do capital a uma maior integração do controle do poder em escala mundial por meio da exploração do mercado mundial, da conseqüente polarização social da população do mundo entre uma minoria no controle de recursos, de riquezas e de poder e uma crescente maioria despojada de tudo isso e empurrada à pauperização (p. 78).

Sobre as mulheres do MST, então, podemos concluir que estiveram tentando reagir à avalanche de mudanças do sistema capitalista (CAMPOS, 2011), com o encaminhamento das políticas neoliberais no Brasil, baseadas nos acordos do chamado “Consenso de Washington”. As políticas neoliberais propuseram a lei do “Estado mínimo”, em nome da chamada “estabilidade econômica”. Este processo “orientou” o Brasil a adotar medidas como: flexibilização das leis trabalhistas (exemplo: o aumento dos trabalhadores sem carteira assinada); privatização de empresas e setores estratégicos importantes do país (como a Vale do Rio Doce, por exemplo); abertura do país para empresas transnacionais (como o caso do aumento das empresas multinacionais de eucalipto e cana-de-açúcar no Estado de MS, nos últimos anos). Para Campos (2011),

⁶² JST: *Jornal Sem Terra*.

É neste cenário, já bastante desfavorável à maioria da população, uma vez que o desenvolvimento capitalista brasileiro não necessitou do Estado do Bem-estar Social, como ocorrera em algumas regiões da Europa, que o Brasil vai adotar o receituário neoliberal, que resultou no aumento do desemprego, da precarização do mundo do trabalho, enfim na intensificação da produção da pobreza e da exclusão. Entretanto, esses processos não afetaram a sociedade brasileira de forma homogênea, o gênero feminino foi o mais prejudicado (p. 73).

Este complexo movimento entre o local e o global, permeado pelas intensas mudanças provocadas pelo projeto neoliberal no Brasil, impôs transformações que impactaram a vida de mulheres em todo o território. Assim, o mundo do trabalho é o local onde isso mais se reflete, pois

[...] diante da ameaça do desemprego, a maioria dos/as trabalhadores/as tem que se submeter a trabalhar mais e em piores condições (o que inclui menor salário, maior jornada, relações de trabalho informais, entre outras coisas). Assim, seja pelo desemprego seja pelo emprego precário, após uma década de neoliberalismo a maior parte da população latino-americana passa a viver abaixo da linha da pobreza ou gravitando em torno dela (CAMPOS, 2011, p. 77).

Os resultados destes anos de implementação de neoliberalismo no Brasil, foi a gestação de imensos contingentes de uma pobreza estrutural, que toma forma própria nesse rápido contexto de mudanças para a revitalização do modo capitalista de produção (CAMPOS, 2011). O capital agora cada vez mais tem um caráter global, portanto as corporações transnacionais gravitam em torno de onde se obtém maior mais-valia, em qualquer lugar do mundo. Enfim, nesse processo de globalização, “a rigor, em termos mundiais, a classe capitalista nunca foi tão pequena e tão poderosa quanto agora, com um grupo de menos de 500 corporações transnacionais dominando cerca de 60% de toda a produção mundial” (POMAR, 2013, p. 33). Ou seja, se os trabalhadores do Brasil fizerem greve, a fábrica muda para outro país. O caso das usinas de cana-de-açúcar em MS ilustra isso com o fato do grande contingente de mão de obra indígena disponível para os trabalhos mais pesados do corte de cana. Como exemplo também, nos últimos anos, a colheita da maçã⁶³ na região Sul do Brasil, tem sido responsável pelos deslocamentos de centenas de jovens e homens indígenas do MS para trabalharem naquela região, haja vista a demanda de mão de obra. Para o pesquisador Carlos Walter Porto-Gonçalves, este é um reflexo característico do tipo de capitalismo que vivemos na atualidade, onde.

⁶³ *Revista IHU on line*. Disponível em: <www.ihu.unisinos.br/noticias/528267-vacaria-busca-argentinos-e-indios-para-colheita-da-maca>. Notícia de 14/2/2014. Acesso em: 15 jul. 2014.

[...] os processos de globalização, na sua fase atual de globalização neoliberal, acentuam brutalmente as desigualdades, a exclusão e/ ou a segregação sócio espacial (com índices crescentes de desemprego) e exploração (com a reintensificação do trabalho escravo, por exemplo) (2006, p. 132).

Nesta linha de pensamento, o pesquisador Guillermo Jonhson (2013) aponta também para a atuação dos países imperialistas nas relações entre os países por todo o globo:

[...] estamos afirmando que o exercício hegemônico possui como principal sustentáculo os mecanismos econômicos de exploração econômica, tendo como centro organizador os EUA, hierarquicamente organizado em associação com outros Estados que desempenham também papéis imperialistas – digamos de ‘segunda ordem’ – através da valorização financeirizada vinculada intimamente à extração da mais-valia no âmbito da produção (p. 87).

Nos anos 1990, num contexto de pressão neoliberal encontramos as mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e suas trajetórias de lutas pela vida. Suas histórias nos dão elementos para analisarmos os impactos destas transformações em seus cotidianos e percebermos como o movimento social cumpre o papel de responder a demandas desta realidade:

Na época para mim foi uma época muito difícil. Porque o meu esposo estava desempregado e eu estava passando por um pouco de dificuldade na cidade. Isso não quer dizer que aqui eu não passe. Aqui também eu pago água, pago luz. Aqui para mim facilitou muito mais. Até porque na época os filhos eram pequenos, creche era longe, não tinha como deixar na creche. Então assim, lá na cidade eu tinha dificuldade de pagar água, luz, ter o que comer em casa. Foi aonde as coisas se apertou e eu chamei meu esposo para tentar pegar um pedaço de terra. Porque eu já tinha isso desde criança. Nasci e me criei no sítio, meu pai tinha um sítio em Vila Vargas. Meu pai era pobre, mas dava para nós sobreviver tranquilo. Nós éramos onze irmãos e eu nunca vi meu pai nem minha mãe passar fome, e muito menos nós, né? Então isso trouxe uma lembrança muito forte na época e eu convidei meu esposo para acampar e ele topou. [...] Primeiro quem convidou nós foi um padre que perguntou para nós se nós não tinha coragem de acampar. Eu disse a ele: ‘mas como que é acampar, o que é isso?’. Aí ele falou: ‘acampar é esse pessoal que fica na beira da estrada, em barraco de lona. É sofrido? É, mas tem muita gente aqui na cidade, nas periferias da cidade, que sofre muito mais do que lá’. Aí deu um ânimo, uma injeção de ânimo. O ano que nós acampamos foi em 2002 (Entrevistada n. 1, 49 anos, abril de 2014).

A fala de nossa entrevistada traz vários elementos ao rememorar a pressão exercida sobre o mundo do trabalho, que levou ao desemprego um grande número de trabalhadores no Brasil, no ano de 2003. Essa pressão do desemprego estava aliada a outras dificuldades como

a falta de creche, no caso dela, a falta de dinheiro para pagar a cesta básica, pagar água, pagar luz, enfim, uma pressão real sob a vida concreta das famílias trabalhadoras. Isso aconteceu com parcelas imensas da população brasileira, em todos os lugares.

No MST, nos anos de 1990, conforme os documentos analisados ou nas imagens expressas pelas fotografias, cartazes e outros materiais, é possível verificar que ao mesmo tempo em que surge com maior intensidade o debate sobre “questões de mulher”, fazendo com que fossem iniciados e mesmo intensificados os diálogos sobre os problemas que surgiam no processo de lutas, passou-se também a questionar sobre os motivos da baixa presença das mulheres em posições de direção do movimento, e/ou na condução dos assentamentos.

No bojo deste debate é que foram criadas posições e defesas de que era preciso avançar no debate a respeito da participação das mulheres na organização do MST, e que suas presenças deveriam ir para além do escudo diante da polícia, quando das manifestações, passeatas e ocupações de terras, momentos nos quais eram elas que se colocavam (e também levadas a se colocarem) na linha de frente das lutas de massa, criando uma linha de proteção entre elas e os homens, que ocupavam as fileiras que se seguiam, na grande corrente que formavam. É importante destacar que nos anos 1990 as mulheres estiveram em todas as frentes de trabalho do MST construindo o conjunto desta organização de caráter camponês. Assim, criou-se, em 1990, o Coletivo Nacional de Mulheres do MST, e a organização dos assentamentos passou a ser um ponto crucial no debate.

Ao que tudo indica, a atuação mais efetiva dos homens está voltada à realização objetiva das questões econômicas, tendendo a arrefecer com a conquista da terra e a formação dos assentamentos. A positividade desta conquista para o movimento como um todo é obviamente incontestável, mas pode também se converter numa regressividade – tendo em vista a retomada das relações hierarquicamente estruturadas – sobretudo para as mulheres que experimentam neste processo o retorno à antiga condição de seres submetidos à dominação patriarcal (PINASSI, 2009, p. 10).

Dessa forma, na década de 1990, o que antes era uma equipe de mulheres, passou a ser autodenominado Coletivo Nacional de Mulheres, e após Coletivo Nacional de Gênero. Esses encaminhamentos demonstraram uma nítida intenção de ampliar a discussão sobre a importância do tema acerca do machismo, bem como suscitou debates relacionados ao modelo de sociedade, envolvendo uma ampla rede de sujeitos não somente pelas mulheres,

mas incorporando ao tema, os homens. Ainda na mesma década, o Coletivo passou a se chamar Setor Nacional de Gênero, com mesmo nível de igualdade na posição de direitos à votação e representatividade política, quanto os demais setores que compunham o MST.

No processo de desenvolvimento da organização do MST, as mulheres estiveram sempre presentes em todas as formas de lutas. Nos anos de 1990 elas estavam por toda parte, assumindo todos os setores de trabalho do MST, com muita tarefa pois a militância tinha, muito trabalho para fazer. Resultado disso tudo foi que no final dos anos 1990 os temas relacionados a gênero começaram a ser discutidos na pauta dos temas do movimento. No ano de 1995, aparece à temática “gênero” durante o encontro nacional mais importante do período, onde se definiu as linhas gerais para aquele ano. Na atividade, a temática foi discutida e ficaram então definidas as seguintes linhas de ação:

1. viabilizar programas que levem em consideração uma nova cultura de participação na sociedade com relação a gênero e ampliação da participação das mulheres nos assentamentos;
2. organizar nos assentamentos alternativas concretas para atendimentos às mulheres e às crianças, possibilitando maiores condições de participação das mulheres no trabalho;
3. garantir que os cadastros e a titulação dos lotes sejam sempre realizados em conjunto entre o homem e a mulher;
4. criar linhas de créditos especiais para financiamento de atividades produtivas organizadas pelas mulheres nos assentamentos (STEDILE, 2005, p. 205).

No ano de 1995 acontece ainda, o I Encontro Nacional das Mulheres do MST e no ano de 1997 o II Encontro Nacional, onde se discute a necessidade de articulação com outras mulheres de outras organizações camponesas, sindicais, do qual resulta, mais à frente, a ANMTR.

Vale a pena destacar também que a primeira experiência com a Ciranda Infantil no MST surgiu a partir de uma experiência no estado do Ceará, no ano de 1996, avaliada como muito importante, e que logo se espalhou pelas várias atividades do MST.

A pesquisadora Renata Gonçalves, em artigo sobre sua tese de doutorado relacionada ao tema das mulheres do MST, analisa que

É difícil encontrar uma trajetória linear que detalhe precisamente as razões que levaram o Coletivo Nacional de Mulheres a se tornar Coletivo Nacional de Gênero e menos ainda que explique a alteração deste para Setor Nacional de Gênero. Uma das coordenadoras do Setor Nacional de Gênero nos revelou que havia muita dificuldade de avançar na participação das mulheres e que era necessário que esta temática fizesse parte da própria estrutura

organizativa do Movimento dividida em setores e predominantemente ocupados por homens (2009, p. 208).

Os resultados desses encaminhamentos foram sendo objetivados, como aquele de 1996, quando o MST elaborou e divulgou a cartilha “A questão da mulher no MST”. Outro documento publicado sobre esse tema ocorreu no ano de 1998, com a cartilha “Compreender e construir novas relações de gênero”. No ano 1999, foi elaborada outra cartilha pelo Coletivo Nacional de Gênero do MST, denominada “Mulher Sem Terra”, na qual sua apresentação pontuava que “discutir sobre a participação e a formação da mulher era de fundamental importância para o avanço da luta pela terra, pela reforma agrária e para a transformação da sociedade, pois mulheres e homens podiam e deviam vencer preconceitos que os impedia de serem livres e iguais”.

A cartilha que contava com oito propostas de encontros com temáticas relacionadas ao tema gênero explicitava qual o teor de debate naquele momento histórico, sendo as principais: as mulheres e as lutas de classes; relações de gênero; educar sem discriminar; os valores; cultura e lazer nos assentamentos e acampamentos; mulher e saúde; as mulheres e a construção do projeto popular; as mulheres e a reforma agrária. Vejamos a capa da cartilha “Mulher Sem Terra”, publicada em 1999, acompanhada de imagem de um de seus capítulos:

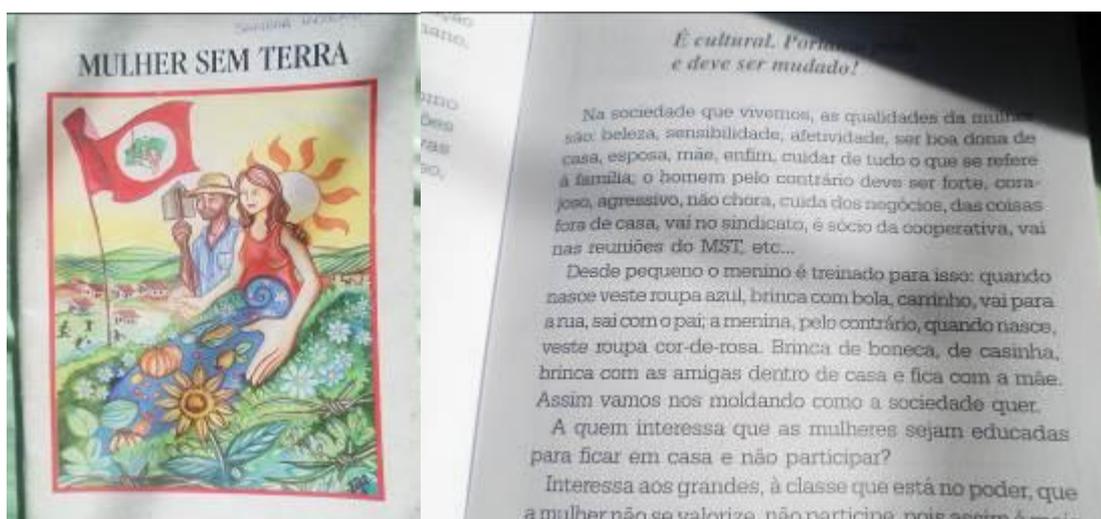


Foto 19: Capa da Cartilha do MST “Mulher Sem Terra”.

Foto 20: capítulo com tema “É cultural. Portanto deve ser mudado”.

Nos diálogos publicados pela Cartilha pode-se perceber uma busca por debates em torno do tema da luta de classes, dando ênfase ao fato de que, por si só, não se incluiria a igualdade entre homens e mulheres, como o MST pensava antes. O discurso anterior era de que ao dialogar sobre “a questão da mulher” se estaria fugindo da luta mais ampla, mais importante, da luta contra o capitalismo. Então, nesse novo contexto, um grupo de mulheres militantes do MST, abriu o diálogo sobre o tema das mulheres dentro das lutas de classes, entendendo-o como uma necessidade para que o Movimento repensasse as relações humanas no cotidiano, e não somente na esfera do macrossistema. Ou seja, a luta anticapitalista ao mesmo tempo deveria ser antirracista e antipatriarcal.

Outro ponto que a cartilha sustentava no debate era o tema de como educar para a criação de novas gerações de meninas e meninos, construindo relações mais igualitárias, apontando para novos valores e nova cultura. Outro ponto das demandas por política direcionadas as mulheres, estava centrado na questão da saúde das mulheres do campo. As denúncias de falta de atendimento médico adequado, de mortes maternas, incentivavam para que as mulheres se organizassem para lutar pelos direitos de atendimento a saúde. Como percebemos, aquele período denotava uma consciência ampla, embora com desafios internos que se mostram nos documentos do MST, de que não bastava somente falar da luta de classes e considerar que o “problema da mulher” estava resolvido. Com esses novos encaminhamentos, o MST assinala para o tema gênero num debate amplo, envolvendo mulheres e homens, numa conotação de que gênero supõe a relação entre ambos, segundo a concepção da cartilha do MST. Observamos, também, que embora sejam realizados debates, o enfoque continuava limitado principalmente às mulheres como cuidadoras, ficando uma ausência no debate da atuação política delas no movimento social e na sociedade como um todo.

As mulheres militantes do MST, conforme análises dos documentos produzidos pelo movimento vêm ao longo destas décadas atuando na contra-hegemonia, combatendo e questionando, pois “são muitos os depoimentos e textos que se referem ao meio camponês como sendo um lugar de permanência do machismo e recuo político das mulheres” (GONÇALVES, 2009, p. 202). E, se de um lado há uma grande luta para que as mulheres dirijam processos de produção de alimentos, de outro lado “ao avançar na produção, a mulher se amarra nos cuidados do lote, dos pequenos animais e perde espaço de participação política” (Entrevista com mulher liderança estadual do Coletivo de Gênero do MST/MS, julho/2014).

Esse dilema diz respeito também ao uso do tempo, porque as atividades na agricultura camponesa demandam cuidados na prevenção e no controle diário com os animais e a produção, de forma que é fundamental a mão de obra permanente no lote. Assim, a saída para uma atividade fora do espaço da unidade de produção, mesmo que seja para dois dias na semana, poderia significar perda considerável na produção familiar.

Desta maneira, há, sim, um dilema instalado entre como participar da vida política e ao mesmo tempo cuidar do cotidiano, exigido dentro da unidade familiar camponesa? De outro lado, estes são problemas somente para as mulheres? Ou o trabalho na unidade familiar camponesa limita a participação de homens e mulheres? Em que medida é possível manter níveis de participação após o assentamento? Em que medida é possível combinar e conciliar a participação de ambos na vida do assentamento? Quais as alternativas que favorecem a participação e o fortalecimento de vínculos grupais e comunitários? Como manter o sentimento de pertença a uma coletividade construída em períodos de acampamento?

Estes são dilemas em relação à participação das mulheres em contextos diversos, a partir do modo de organização atual da grande maioria dos assentamentos sul-mato-grossenses, onde os processos de produção são realizados nos lotes individuais e não em áreas coletivas. Caso houvesse um modelo de divisão da área nos assentamentos que considerasse a perspectiva de trabalho e vivência em espaços coletivos, isso, acreditamos, poderia resultar em maiores possibilidades de atuação das mulheres, visto que os exemplos desses processos coletivos, grande parte deles encaminhados pelo MST, neles participam todos os membros da família, e em igualdade.

Aliada a esta contradição, de trabalho individualizado com cada família em seu lote, persiste o fato do trabalho invisibilizado das mulheres, ao mesmo tempo que prevalece a distribuição dos papéis tradicionais, nos quais, na grande maioria das vezes, são elas que assumem os considerados “trabalhos leves”, como cozinhar, passar, lavar, arrumar etc. As diferenças entre o uso do tempo entre as mulheres e os homens promovem, por vezes, o deboche com tal situação, como no depoimento de uma de nossas entrevistadas:

[...] aqui eu já ouvi por boca de homem – homem não é cabra safado! – que a gente passa nesse lote aí e só vê mulher trabalhando. Que homem mesmo, homem que é bom... tá na rede, tomando tereré! [...] não é todo mundo, mas aqui, por exemplo, a maioria são as mulheres sem marido que tocam a produção (Entrevistada n. 1, entrevista realizada em julho de 2014).

Em que pese as contradições às quais estão submetidas assentadas e acampadas, envoltas pela lógica do capital e os encaminhamentos pela construção cotidiana de autonomia dos territórios da reforma agrária, num processo de confronto permanente pela libertação das terras e das mentes, ao olhar para as mulheres do MST, observa-se que

[...] sua luta, portanto, não parece ser contra os homens, mas contra as deformações patriarcais que todos (inclusive mulheres) carregam e reproduzem no movimento. Sua práxis ganha ainda mais radicalidade no confronto direto contra as transnacionais que reproduzem de forma explosiva a prática da monocultura e da destruição ambiental (PINASSI, 2009, p. 11).

Ainda em relação às mulheres do MST e as demais mulheres das organizações camponesas, ligadas à Via Campesina, destaca-se a organização da Jornada Nacional das Mulheres, em torno da semana do 8 de março⁶⁴, com destaque para o ano de 2006, quando a ação das mulheres tomou uma dimensão política de ataque frontal ao capital. Ato político que teve repercussão no Rio Grande do Sul, comandado pelas mulheres do MST e da Via Campesina, quando organizaram ônibus na madrugada, e empunhando foices, enxadas e lenços no rosto, entraram clandestinamente nos viveiros de mudas da empresa de eucalipto Aracruz Celulose, e simbolicamente destruíram mudas de eucalipto como protesto contra os monocultivos⁶⁵. Para Pinassi (2009, p. 11):

[...] é no dia 8 de março de 2006 que suas ações ganham expressividade nacional quando cerca de 2 mil mulheres, militantes das várias organizações que compõem a Via Campesina no Brasil, ocuparam o Horto Florestal da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul. O ato de enfrentar uma transnacional tão gigantesca, de violar seus domínios e destruir uma respeitável quantidade de mudas transgênicas prontas para o plantio foi o modo extremo que encontraram para protestar contra as graves consequências socioambientais provocadas pelo imenso Deserto Verde, uma imperativa especialidade da empresa escolhida: o monocultivo do eucalipto destinado à produção de celulose em larga escala. O ato, enfim, praticado

⁶⁴ Dia Internacional das Mulheres, celebrado anualmente no 8 de março. Quem propôs pela primeira vez foi Clara Zetkin (1857-1933), professora, jornalista e militante política socialista na Alemanha, pela primeira vez em 1896, “para aumentar a confiança e a combatividade das mulheres trabalhadoras, para organizar mulheres e levantar bandeiras do socialismo e da libertação” (ORR, 2011, p. 1).

⁶⁵ “No Brasil, embora tenha muitos rios, não existem vastas regiões úmidas, portanto, o plantio em larga escala de eucalipto pode provocar desequilíbrios nas águas existentes na região de plantio. Como consequência disso, vai faltar água para plantas, consumo humano e animal. Como suas raízes são muito profundas, o eucalipto seca várzeas, poços artesanais e vertentes, trazendo o ressecamento da terra de superfície na região e altera o regime de chuvas. A falta de umidade torna mais difícil a entrada de frentes frias e ocorrem mais estiagens, como as registradas na região sul do Rio Grande do Sul, onde se planta muito eucalipto” (Fonte: <www.mst.org.br>. Acesso 19/09/2014).

por mulheres trabalhadoras em defesa do meio ambiente e *contra o capital*, transformou a data numa jornada internacional de luta das mulheres contra toda e qualquer forma de exploração.

Este ato das mulheres promoveu repercussão na mídia, que as colocou como “invasoras e baderneiras”. Em reportagens amplamente divulgadas, tornou-se conhecida uma entrevista de uma pesquisadora da empresa que aparecia chorando e dizendo que haviam sido destruídos anos e anos de pesquisa, fato que causou comoção nacional, em princípio, e as colocou numa posição de encurralamento político no âmbito dos movimentos sociais, sendo criminalizadas pelo Poder Judiciário. Porém, de outro lado, esta ação foi um marco importante para recolocar o tema da luta pela terra e dos monocultivos e transgênicos no cenário nacional, tendo como protagonistas as mulheres camponesas.

A ação representou uma reafirmação de uma luta maior contra o capital e revelou, conforme Ivanete Tonin, a ideia de que ‘não há libertação das mulheres sem a destruição do capital’. ‘A libertação das mulheres não se dá somente dentro de casa, ou nas relações, mas sim na construção de outro modelo de sociedade [...]’ A opressão das mulheres também está fundada na sociedade capitalista” (afirma Ivanete Tonin, dirigente do MST no Estado do RS que participou da ação conjunta das mulheres)⁶⁶

Com esse ato as mulheres foram duramente criticadas por terem sido consideradas mulheres “com falta de visão estratégica”, crítica efetuada pelos companheiros homens dos movimentos sociais, mas aos poucos passaram a ser respeitadas pelas organizações, especialmente pela valentia com que se posicionaram frente à uma ação daquele porte, num confronto direto ao capital. Pinassi ainda considera que as mulheres são parte

[...] de um movimento amplo, crescente e muito articulado de mulheres trabalhadoras, acampadas, assentadas, camponesas, operárias, comerciantes, comerciárias, ambulantes, artistas, estudantes, mães, solteiras, casadas, hetero e homossexuais, africanas, indígenas, europeias, orientais, católicas, protestantes, evangélicas, judias, espíritas, mães de santo. Todas mulheres, cuja perspectiva de classe potencializa seu poder de crítica e autocrítica, de desafiar os avanços absolutamente destrutivos do capital, de enfrentar os destacamentos do Estado e das milícias paramilitares, cuja cumplicidade vem comprovando a incompetência e os limites das instituições

⁶⁶ Disponível em: <www.mst.org.br> em matéria de 4/3/2011 intitulada “Protesto das mulheres na Aracruz completa cinco anos”. A mesma matéria informa que segue na justiça ação criminal para condenar quatro homens e trinta mulheres pelo ato.

democrático-burguesas que só podem lhes prometer as ilusões do direito formal (2009, p. 14).

Enfim, nestes últimos anos, de 2006 até o presente, a história das mulheres camponesas tem sido marcada por atos que transcendem comemorações do 8 de março, marcando essa data com “Jornadas Nacionais de Lutas das Mulheres Sem Terra”, tendo como fio condutor a temática de interesses coletivos, com estratégias, organização e participação dos vários movimentos de mulheres camponesas em ações concretas. Um exemplo dos temas em debate são os dois últimos cartazes produzidos para as Jornadas dos anos de 2013 e de 2014, apresentados nas imagens a seguir:



Foto 19: cartaz do 8 de março de 2013 nacional. **Foto 20:** cartaz do 8 de março estadual.

Fonte: <www.mst.org.br>, Acesso em: 18 jul. 2014.

A Jornada Nacional de 2013 pautou a denúncia contra o capital estrangeiro na agricultura, contra o agronegócio e pela soberania alimentar. Em 2014 o lema foi “Mulheres Sem Terra na luta contra o capital e pela reforma agrária”. No caso de Mato Grosso do Sul, em 2013, cerca de 600 mulheres, mobilizadas pelo MST e pela Via Campesina, se reuniram na cidade de Nova Alvorada do Sul, a qual tem histórico expressivo de usinas de álcool e grandes plantações de cana-de-açúcar. Lá, as mulheres protestaram na BR 163, fizeram

marcha e pautaram “a contaminação do Aquífero Guarani⁶⁷, com os agrotóxicos e os monocultivos aplicados com a produção da cana-de-açúcar”.

Nos últimos anos (2013 e 2014), as mulheres da Via Campesina e do MST em Mato Grosso do Sul, vêm convidando também as mulheres indígenas para se reunirem num coletivo organizado em torno das lutas comuns, como estas que denunciam os impactos das usinas sobre a vida e o meio ambiente.

Cabe acrescentar que o Movimento de Mulheres Camponesas é um movimento específico de mulheres do campo, que tem crescido em todo o país, originado na década de 1980, com objetivo de nuclear as mulheres camponesas. É vinculado à Via Campesina, assim como Movimento Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e está presente em 19 estados. Nos últimos anos tem pautado, em suas atuações/manifestações, prioritariamente o tema da soberania alimentar.

Nas ações em torno do 8 de março em MS, as atividades geralmente são preparadas de forma conjunta entre as mulheres dos movimentos sociais do campo. E “não é por acaso que, no Brasil, um dos movimentos sociais rurais que carrega com mais força a bandeira da produção de alimentos saudáveis seja o MMC” (PAULILO, 2013, p. 303).

Assim, preliminarmente podemos pensar que o desafio é descobrir quais canais mobilizam as mulheres para participação real no que tange ao conjunto de todos os aspectos do assentamento. Segundo Oliveira e Menegat (2012), em entrevista sobre as mulheres do assentamento de nossa pesquisa, embora elas estejam numa posição de 34% de mulheres como titulares das pequenas unidades de produção, e algumas com funções de lideranças, manifestaram que “durante as reuniões ficavam caladas por receio de não serem respeitadas em suas opiniões, e muitas vezes por sentirem que suas considerações eram desprezadas pelos homens, colocando-as como de pouca importância” (p. 7). Ainda para estas mulheres, como expressam as autoras:

[...] é importante serem titulares, mas dizem que precisam edificar essa titulação, a qual requer condições de trabalho e de vida, dentre elas: créditos, escolas, renda agrícola, aspectos que são configurados em uma busca permanente. Nas entrevistas demonstraram que o viver no assentamento produziu liberdade da figura do patrão e permite a construção de processos

⁶⁷ O Aquífero Guarani é considerada uma das maiores reservas de água doce do mundo. Localiza-se entre o Brasil, Paraguai e Argentina. Em solos brasileiros abrange os estados da região Sul e região Centro-Oeste.

produtivos e de vida, bem como de novas relações entre homens e mulheres (p. 2).

Cabe destacar que o assentamento é um lugar em processo de construção, com diversos tensionamentos que são permanentes e neles incidem aqueles em relação ao pertencimento das mulheres. Cada vez mais estudos demonstram que esta é uma contradição do universo camponês que caminha a passos lentos, pois “os camponeses sem terra quando transformados em assentados parecem se tornar mais machistas e o recuo da participação das mulheres é uma constante” (GONÇALVES, 2009, p. 202). Várias estudiosas concordam e pesquisam o paradoxo entre o avanço na conquista da luta pela fração do território, mas após esse processo, o retorno da mulher submetida ao comando da figura masculina. Porém,

É neste momento que as mulheres, ou pelo menos parte substantiva delas, tomam a decisão de não aceitar esse retrocesso e passam a lutar no interior do movimento pelo reconhecimento de seu papel fundamental em todos os momentos de afirmação da luta. Ou seja, são as mulheres que vêm impondo uma necessária autocrítica permanente ao movimento como um todo (PINASSI, 2009, p. 10).

Ora a participação das mulheres avança e ora recua, dadas às condições históricas e sociais. Porém, em que pesem todas as contradições, a vida é movida por multidimensões, como na fala de uma entrevistada, para quem é o espaço onde:

[...] eu aprendi a ter gosto pela vida, ter gosto para viver, amar o meu próximo, amar as pessoas, aceitar como elas são, eu aprendi no acampamento. Quando eu vim pro lote, pegar o lote, essa experiência me ajudou muito pra eu vizinhar com meus vizinhos, ser parceira, companheira, entendeu? Eu gosto disso, gosto de ser participativa, e aqui eu tive outra vida depois que eu peguei o lote (Ana, 49 anos, realizada em julho/2014).

As reflexões realizadas pelas mulheres da Via Campesina, reúnem mulheres do MST e de vários outros movimentos, que recolocam o tema do feminismo como um debate necessário dentro das lutas de classes. Isso ocorre em virtude da realidade presente no campo visto que não significa que alcançados os patamares de conquistas objetivas de projetos de assentamentos, as mulheres também alcancem direitos e libertação. Os modelos econômicos alternativos ao capitalismo, não necessariamente significam a superação das diferenças entre os homens e as mulheres. É um longo processo, no qual

[...] acreditamos que todos os direitos formais que as mulheres conseguiram no capitalismo com nossa luta se convertem em letra morta se não se aponta a transformação do coração do sistema, baseado na mais abjeta das hierarquias, pautada em um punhado de pessoas viver à custa da exploração descarada de milhões de seres humanos (D'ATRI, 2011, p. 151).

Enfim, o MST é um movimento social formado por um conjunto de mulheres e homens que promovem a desobediência civil⁶⁸ desde o primeiro ato de romper as cercas do latifúndio. Ao romper a cerca também inicia o rompimento de velhos e cristalizados dogmas e paradigmas, entre eles, o da propriedade privada, do capitalismo, do machismo, e se procura construir outra maneira de organizar a vida em coletividade, que tem a pessoa humana como centro da vida em sociedade. Embora com as contradições, procuraremos apresentar as mulheres no contexto do movimento, no próximo capítulo, no qual analisamos a vida de mulheres assentadas e a produção de alimentos.

⁶⁸ O conceito de desobediência civil é trabalhado pelo MST como o direito de promover o confronto direto com o sistema através do Estado, para garantir a luta pela vida, pela terra, pela produção de alimentos saudáveis, pela criação dos filhos, pela vida comunitária. Podemos encontrá-lo em autores como Henry David Thoreau (2012), para quem: “todos os homens reconhecem o direito de revolução; isto é, o direito de recusar obediência ao governo, e de resistir a ele, quando sua tirania ou sua ineficiência são grandes e intoleráveis” (p. 11).

CAPÍTULO 3

AS MULHERES DO ASSENTAMENTO ÉMERSON RODRIGUES DO MST E A SOBERANIA ALIMENTAR

*(...) “Me estrechieron mujeres
Que la historia anoto entre laureles
Y otras desconocidas gigantes
Que no hay libro que las aguante.
Me han estremecido...”*

Sílvio Rodriguez

3.1 O entorno do assentamento Émerson Rodrigues: latifúndio e agronegócio

A começar pelo caminho que vai da capital do Estado, cidade de Campo Grande, até o Assentamento Émerson Rodrigues, são cerca de 50 km de um cenário típico da região do Mato Grosso do Sul, de modo especial acentuado a partir dos anos de 1990: frigoríficos, lavouras de milho transgênico, lavouras de soja transgênica, lavouras de cana-de-açúcar. Segundo os dados, em nível nacional, “os complexos soja, carne e sucroalcooleiro já respondem por 70% das exportações do agronegócio” (DELGADO, 2012, p. 108). Em contrapartida, segundo os dados da Central de Abastecimento de Alimentos (Ceasa)⁶⁹, órgão vinculado ao Governo Federal, o Estado produz apenas 16% dos produtos hortifrutigranjeiros que consome. Isso significa dizer, no mínimo, que a maior parte das terras agricultáveis estão sendo utilizadas para abastecer demandas que não respondem à necessidade que a população local tem de alimentos.

E para onde vai a produção de milho, soja, cana e a carne de gado? Como já vimos, esse modo de produção tem origens no processo de colonização que historicamente, colocou o Brasil numa posição de fornecedor de matérias-primas para os países ricos, em uma relação

⁶⁹ Disponível em: <www.agrolink.com.br/culturas/milho/noticia/somente-13-municipios-de-ms-plantam-tomate>. Acesso em: 20 set. 2014.

explícita de subalternidade ao imperialismo dos países ricos, na atualidade, sob a égide dos organismos multilaterais⁷⁰. Neste contexto, a alimentação está à mercê da competição internacional pelos preços, *commodities*, barreiras comerciais, acordos internacionais. Vejamos o caso da soja que é plantada no Brasil: ela não é um hábito alimentar brasileiro. A maior parte da produção da soja brasileira vai para abastecer a necessidade de ração dos países da Europa, ainda em forma de grãos. O Brasil processa somente 46,3% da sua produção de soja. A soja expandiu no Brasil, especialmente na região Centro-Oeste, somando vários fatores, entre eles, clima, baixo preços das terras e políticas governamentais favoráveis. A plantação de soja caracteriza-se pela monocultura, pelo uso intensivo de agrotóxico e baixíssimo grau de ocupação de mão de obra, ou seja, “uma lavoura de soja, mecanizada, numa área de 200 hectares pode ter somente uma mão de obra” (Base-IS, 2011). Para o pesquisador Carlos Porto Gonçalves,

A produção de alimentos se concentra cada vez mais nas mãos de menos produtores e, em muitos lugares, a implantação da revolução verde agravou os problemas da fome e acentuou os conflitos sociais (PORTO GONÇALVES, 2004, p. 245).

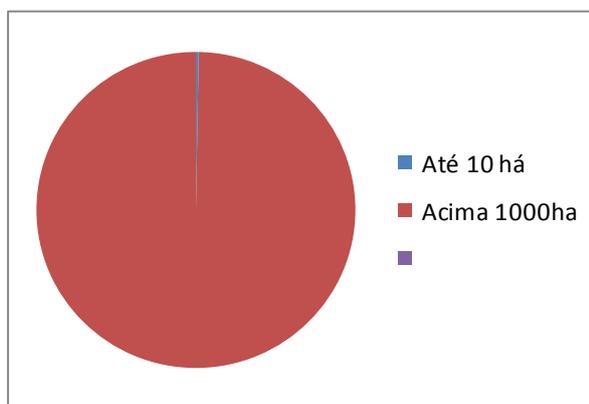
Na atualidade, o Centro-Oeste é a região do Brasil que registra o menor percentual de agricultores familiares entre todas as regiões brasileiras. Com alta concentração de terras, os grandes imóveis somam 12,3%, e ocupam 73% do total da área. Já as pequenas propriedades somam 68%, e ocupam 9% do total da área (Relatório da ONG Conservação Internacional, p. 11).

⁷⁰ Grosso modo podemos dizer que os organismos multilaterais são instituições “credenciadas” que regulam as relações entre os Estados e os interesses do capital, com características cada vez mais corporativas. Estes acordos e tratados internacionais ultrapassam as fronteiras dos países, regulando as leis de mercado em qualquer canto do planeta.



Quadro I - Comparativo da área ocupada pelos grandes imóveis (que somam 12,3% e ocupam 73%) e a área ocupada pelos pequenos imóveis que somam 68% e ocupam 9% da área de terra.

É provável que o impacto mais forte nos baixos índices de produtividade de alimentos no Estado de Mato Grosso do Sul, de maneira geral, seja ainda a grande a concentração das terras que coloca o Brasil como o “país que ocupa o segundo lugar em concentração de terras, perdendo somente para o Paraguai” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 276). Para Azevedo (2013), o quadro do Estado evidencia um alto nível de concentração fundiária, com os estabelecimentos de menos de 10 ha ocupando uma área de 0,22% e aqueles de 1.000 ha ocupando nada menos que 79,93% do total.



Quadro II- Comparativo de distribuição das terras, entre as áreas de 0 a 10 ha e as acima de 1000 ha

O trabalho de pesquisa de Azevedo (2013), ainda cita que o Estado possui 25 milhões de ha com pastagens e 2 milhões de ha com agricultura. O pesquisador salienta que a meta prevista para 2015 é chegar a área de 1 milhão de ha de cana-de-açúcar, demonstrando que estamos em um “território marcado por relações de poder onde é possível assistir a uma clara manifestação de interesses de empresários, proprietários rurais e Estado de um lado, e dos

trabalhadores e suas demandas, por outro” (p. 23). Segundo dados das empresas produtoras de eucalipto, o estado possui cerca de 800.000 de área plantada⁷¹.

A pesquisa de Azevedo (2013) também aponta o dado de que o estado do Mato Grosso do Sul é terceiro lugar mais procurado para investimentos de setores internacionais no campo do agronegócio da cana-de-açúcar, e que no Brasil cerca de 30% das agroindústrias canavieiras de etanol pertencem a estrangeiros.

Enfim, esse modelo agrário-agrícola analisado, que se apresenta como o que há de mais moderno, sobretudo por sua capacidade produtiva, na verdade atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte aliança oligárquica entre: (1) as grandes corporações financeiras internacionais; (2) as grandes indústrias-laboratórios de adubos e de fertilizantes, de herbicidas e de sementes; (3) as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e farmácias; e (4) os grandes latifundiários exportadores de grãos (PORTO GONÇALVES, 2006, p. 227).



Figura 5: desenho utilizado pelos movimentos sociais camponeses para demonstrar a relação da empresa Monsanto com os agricultores. Fonte: <<http://terradedireitos.org.br/2013/05/27/monsanto-perde-processo-criminal-contra-movimentos-sociais/>>. Acesso em: 24 maio 2015.

O pesquisador Azevedo (2013), ao analisar a questão do tema do agrohidronegócio⁷², suas características e seus impactos, verifica que no campo do estado de Mato Grosso do Sul, atualmente encontramos

[...] pelo menos duas classes distintas, quais sejam: a) aquelas que se servem dela para retirar a renda da terra através da monopolização do território

⁷¹ Consulta no site: <http://www.revistacamponegocios.com.br/definida-a-programacao-oficial-do-ms-florestal/>. Acesso em 05/06/2015.

⁷² O termo “hidro” é um prefixo de origem grega e refere-se à água. O termo hidronegócio literalmente refere-se ao negócio da água. O termo agrohidronegócio junta o agronegócio e o hidronegócio. Para saber mais veja matéria intitulada “Hidronegócio” escrita por Roberto Malvezzi (Gogó) pertencente a Comissão Pastoral da Terra (órgão vinculado à Igreja Católica do Brasil) em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/02/15.shtml>>.

tendo em vista acumulação de capitais reinvestidos na indústria e b) aqueles sujeitos sociais que veem a terra como forma de manutenção do seu modo de vida, a qual ampara-se numa produção de cunho autônomo e soberano, de caráter policultor e não agressor da natureza (p. 281).

Nossa pesquisa sobre a realidade das mulheres camponesas do Assentamento Émerson Rodrigues, no que se refere a produção de alimentos, nos leva a uma compreensão de que é preciso olhar o todo da sociedade onde estão inseridas, de caráter capitalista e patriarcal, e relacionar com a discussão que tem sido organizada pelos movimentos sociais do campo, entre eles com as discussões do MST, para quem

[...] transgênicos, produtos orgânicos, vaca louca, Monsanto, Via Campesina, McDonalds, José Bové, gripe do frango, agronegócio, zapatistas, agroecologia, MST fazem parte de uma mesma tensão contraditória em que se debate o futuro da humanidade (PORTO GONÇALVES, 2004, p. 243).

Dentro do modo de produção capitalista, estamos vivenciando um rápido e acelerado processo de mudanças tecnológicas em todos os aspectos da vida em sociedade, tanto na cidade quanto no campo, e de maneira acentuada na agricultura. Provavelmente, do ponto de vista da agricultura, isso se deve ao fato de que “nos últimos 100 anos é que se levou às últimas consequências a ideia de se controlar os fatores naturais que interferem na produção agrícola” (VON DER WEID, 2006).

Este modelo agrícola tem origens no período da Segunda Guerra Mundial, onde o capitalismo juntou o capital industrial com as tecnologias utilizadas nas guerras, para organizar o que se convencionou chamar de “revolução verde”, que pregava a modernização da agricultura no mundo inteiro. No Brasil, esse “pacote” começou a chegar em meados dos anos de 1960, coincidindo com a época em que houve um grande fluxo migratório para a ocupação da região central do país e com incentivos do governo à colonização, ou seja, “desmatamento” das terras para agricultura. A pesquisadora Maria Cácia Cortez cita em seu livro *A travessia do rio dos pássaros* um fato curioso que ocorria com frequência nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro: montava-se uma banca em plena passagem de trabalhadores urbanos, nas estações de ônibus ou trens, e fazia-se a propaganda arrebanhando quem quisesse ter terras em Mato Grosso, Rondônia e em outras regiões do centro oeste do Brasil, onde outras frentes estavam sendo abertas na chamada “nova fronteira agrícola”. O autor José de Souza Martins no livro *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano* (1997),

retrata que “a história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança” (p. 147). O autor contextualiza a história das fronteiras, as lutas étnicas e sociais, e a frente de expansão que expressa a concepção de um plano de ocupação pelos governos e empresas que supõe que o território é um lugar vazio e inabitado. Para Martins (1997):

Os brancos utilizam usualmente as palavras atração, pacificação e contato para se referir à ação de neutralização das populações indígenas que geralmente reagem quando percebem que seus territórios estão sendo invadidos. [...] O homem comum, porém, sintetiza essas diferentes ações no verbo amansar os índios. É uma palavra que dá bem a medida do lugar que o índio ocupa no imaginário do civilizado da fronteira: ele é geralmente classificado como animal (p. 166).

Naquela época, contam alguns relatos que o governo destinava incentivos que incluía no pacote uma motosserra para o corte das árvores. E, ainda ressalta a autora, se encontravam vários casos em que as empresas vendiam as terras aos agricultores e depois as retomavam porque geralmente eles tinham dificuldades para pagar as dívidas contraídas, mantendo assim o esquema da concentração de terras. Para a pesquisadora Maria Luiza Mendonça (2013), existe uma relação simbiótica entre agronegócio, Estado, mercado financeiro e o mercado de terras.

No Brasil, o termo agronegócio, compreendido como o processo de industrialização da agricultura, tem sido utilizado para justificar a criação das chamadas cadeias produtivas, com o objetivo de agregar atividades agroquímicas, industriais e comerciais aos cálculos econômicos da agricultura (p. 143).

Para Mendonça, foi durante o período marcado pela implementação das políticas neoliberais na década de 1990, que se difundiu a ideia de que tanto o latifúndio quanto o campesinato tenderiam a modernizar-se. A pesquisadora chama atenção para o fato de que a primeira vez que apareceu o termo “agronegócio” na *Folha de São Paulo*, em 16/1/1994, em um artigo de José Eli da Veiga, foi relacionando este modelo de produção no campo com o combate à fome no país. Ideologicamente, propaga-se que o modelo do agronegócio tende a gerar desenvolvimento rural, em oposição a um projeto de reforma agrária que seria considerado “de baixa renda”, ou atrasado (MENDONÇA, 2013, p. 169). Para Delgado (2012), “a superexploração do trabalho aqui referida, assim como superexploração dos recursos naturais, se amalgamam na abordagem histórico-concreta do agronegócio brasileiro

dos anos 2000” (p. 117). O pesquisador Roni Mayer Lomba, em pesquisa intitulada “Relação campo e cidade na pequena cidade de Caarapó/MS” (2011), aponta que

Essas grandes propriedades em que se pratica especialmente a pecuária extensiva com baixa produtividade, em decorrência de menores investimentos, são áreas que se colocam como reserva de valor com fins especulativos futuros, como já é o caso observado em boa parte do sul do Estado de Mato Grosso do Sul (p. 150).

O entorno do assentamento Émerson Rodrigues, se configura pelos grandes latifúndios e com produções de monoculturas, num retrato do modo de distribuição das terras no Estado de Mato Grosso do Sul e no Brasil. Nesse campo do entorno do assentamento Émerson Rodrigues, não é possível encontrar mosaicos recortados, em que se tenham diferentes visões dos encaminhamentos da produção, mas o entorno se constitui a partir de extensões imensas nas quais o mesmo produto predomina, o que chamamos de monocultura. Nesse sentido, a área do assentamento encontra-se num contexto de “ilha”, se pensada a partir da agricultura familiar, onde são combinados diferentes processos produtivos.

No entanto, o assentamento não é uma área isolada, se considerado a partir de seu processo de ocupação e de formação, sendo ele resultante dos conflitos e lutas por terras. Neste contexto, podemos colocar que temos um primeiro problema ao lidarmos com os tipos de terras que são destinados aos projetos de assentamentos. Para compreender como era organizada a produção desta área que hoje é o Assentamento Émerson Rodrigues, entrevistamos um trabalhador que havia sido um dos caminhoneiros da antiga Fazenda Santa Mônica, e que hoje é assentado na localidade, dentro do grupo da Fetagri, que em entrevista conta o seguinte:

[...] aqui era a Fazenda do Seu Sérgio Carlos de Godoy Hidalgo. Aqui se plantava soja, milho, milheto, sorgo, brachiária para sustentar o gado rastreado, criado em regime de semiconfinamento. Era 15 mil cabeças de gado a cada três meses, que era abatido em frigoríficos de São Paulo, e ia diretamente para o Oriente Médio (Manoel Luiz de Campos, lote 34, da Fetagri).

Desta forma, a área destinada ao Complexo de assentamento Santa Mônica, conta com a maior parte da gramínea *brachiária decumbens*⁷³ que é extremamente agressiva, invasora e uma parte também com capim colonião, embora passados quase oito anos da data em que os lotes foram entregues às famílias. Ainda se vê a gramínea brachiária como a vegetação em maior quantidade que predomina no assentamento.



Fotos 21, 22 e 23. Imagens do tipo de vegetação predominante (gramínea *brachiaria decumbens*) no Assentamento Êmerson Rodrigues. Fotos da autora, ano de 2010.

Para se ter uma ideia, o controle do capim brachiária até hoje é considerado pelas mulheres, como um dos maiores problemas para a plantação de alimentos. São terras que foram totalmente “domadas”⁷⁴ no sentido de perder as características originais de seus solos, e também foram compactadas ao longo de anos pelo uso principalmente dos equipamentos pesados, perdendo ainda mais a sua microbiologia, além de contaminadas por anos seguidos pelo uso de agroquímicos. A professora Ana Maria Primavesi, atualmente com 92 anos, estudiosa dos solos e uma das pioneiras nos estudos do tema da agroecologia no Brasil,

⁷³ A *brachiaria decumbens* é considerada uma gramínea. Originária na região dos Grandes Lagos , em Uganda na África, foi introduzida no Brasil em meados dos anos de 1960. Adaptou-se à região dos cerrados, tem raízes profundas, e multiplica-se a partir de suas sementes produzidas nas pontas do capim, que são jogadas ao vento, e ficam armazenadas na terra por muitos anos. Para saber mais: <http://www.agrolink.com.br/agricultura/problemas/busca/capim-braquiaria_103.html>. Acesso em: 9 maio 2015.

⁷⁴ Esta linguagem é bastante utilizada no meio rural, significando dizer que há um domínio do homem sobre a terra, especialmente relacionada ao desmatamento ou “limpeza” da área para plantação.

demonstra em fotos, comparando os tipos de solos o mau desenvolvimento das raízes das plantas no solo compactado, como vemos a seguir:



Fotos 24, 25, 26, 27. Raiz da planta (mal) desenvolvida em solo compactado (morto) comparada com raiz (bem) desenvolvida em solo (vivo) com matéria orgânica (Fotos gentilmente concedidas pela professora Ana Primavesi). Mimeo, 2010.

Portanto, ao organizarmos a pesquisa de campo, a partir da coleta de dados sobre como é a produção de alimentos gerenciada pelas mulheres no Assentamento Émerson Rodrigues, nos deparamos com variados níveis e situações, em que estas realidades se misturam entre si. Percebemos que as questões relacionadas à produção de alimentos e às mulheres estão entrelaçadas e são complexas porque atingem a unidades familiares como um todo, mas que é importante analisar o que é especificamente relacionado a mulheres do assentamento Émerson Rodrigues.

Nossas observações e coleta de dados durante a pesquisa de campo nos levaram a algumas pistas para nossa reflexão sobre o modo como as mulheres vêm desenvolvendo estratégias de produção para sustentação das famílias nos assentamentos, entre outras questões que podemos considerar limites ou contradições para serem superadas.

3.2 As mulheres e a produção de alimentos no Assentamento Émerson Rodrigues

No assentamento Émerson Rodrigues, as mulheres que entrevistamos definem a produção de alimentos de diferentes maneiras, mas com ênfase em um deles: movidas pela lógica de sustento material e imediato de sua família, direta ou indiretamente. Neste trabalho, não nos cabe aprofundar o conceito de família⁷⁵, porém, na perspectiva de produção de alimentos a partir das mulheres, o primeiro passo é a organização do espaço do lote para sustentar as crianças e os adultos, e em segundo lugar, para comercializar e completar o sustento destas mesmas crianças e adultos, como se pode observar no depoimento a seguir:

Olha, aqui em casa eu planto primeiro para a gente comer. Porque eu penso muito nas crianças. E depois eu também penso que eu tenho que ter um dinheiro para comprar o que eu não consigo produzir, e aí eu planto pensando em vender para comprar essas coisas. Sempre na alimentação em primeiro lugar (Ionara, 29).

Observamos que a principal preocupação é a produção para a subsistência, conforme o depoimento citado. E então, no momento seguinte é que as mulheres pensam em como vão se integrar ao mercado para viabilizar os processos de comercialização. Esses passos, no sentido do que fazer com o excedente dos frutos de seu trabalho, na maioria das vezes, são definidos com base nas necessidades imediatas de ter dinheiro para comprar aquilo que não se consegue produzir no lote.

No caso deste assentamento, o sistema de produção está organizado no formato individual, embora já tenha havido varias experiências entre as famílias, de trabalho semicoletivo e/ou coletivo, mas envolvendo somente parentes, em associação por produção, em associação para a comercialização, em comunidade... Porém, as formas de organização são experimentadas e trocadas, mas não fixas. Desta maneira, parte das mulheres entrevistadas estava reunida em associação e outra não. Algumas estavam em duas associações, esperando em qual conseguiriam comercializar sua produção. Observamos que esta também é uma estratégia das mulheres para conseguirem comercializar a produção, já que constatamos as dificuldades reais e objetivas para que as associações consigam lidar com

⁷⁵ Aqui não nos deteremos no conceito de família, embora, concebamos um núcleo familiar para efeito desta pesquisa, qualquer quantidade de pessoas que habitem o mesmo local, independente de sexo, grau ou não de parentesco.

a burocracia exigida para comercializarem mesmo nos programas mais simples como o Programa de Aquisição de Alimentos, por exemplo.

Essa preocupação das mulheres com a produção é relatada nas entrevistas, quando dizem que logo na chegada ao assentamento, traziam consigo ainda do período de acampamento, mudas frutíferas e ornamentais, geralmente semeadas e cuidadas por elas mesmas, e então passam a plantá-las imediatamente, iniciando a organização de pequenos pomares. Ocorre também entre as mulheres algumas trocas de mudas de árvores frutíferas, ornamentais, bem como de sementes de culturas alimentares crioulas, e até mesmo troca de pequenos animais ou aves. Os relatos indicam que no assentamento, à medida que os anos foram passando, ocorreu um processo de repovoamento da biodiversidade de flora e de fauna das áreas do assentamento. Reapareceram as araras, pássaros raros, cobras, seriemas, e outros pequenos animais. E também vem ocorrendo a produção de pequenas hortas temporárias nos quintais. Atualmente, é comum encontrar uma grande maioria das famílias com variedades de frutas no quintal, formando belas composições produtivas, como aquelas relatadas e mostradas por Oliveira, uma de nossas entrevistas, quando destaca que os quintais

[...] contribuem para a manutenção das relações de vizinhança e parentesco na medida em que fornecem elementos (plantas medicinais, frutas, hortaliças, mudas de plantas etc.) que circulam pelo grupo social acompanhadas de informações sobre suas finalidades e significados numa perspectiva de manter vivas as tradições locais e disseminar germoplasma de interesse para a população (2010, p. 15).



Fotos 28: produção de alimentos do lote de Claudinéia Lerias de Oliveira. Fotos cedidas pela assentada e pesquisadora.

A assentada e pesquisadora Claudinéia de Oliveira Lérios (2010), em recorte de pesquisa no assentamento Émerson Rodrigues, aponta que metade das famílias assentadas se encontra em situação de segurança alimentar e nutricional, e a outra metade em situação de insegurança alimentar e nutricional dos tipos baixo, médio e alto. Porém, observa também que a maioria das famílias nesta situação é quem produz mais variedades de espécies de hortaliças, numa demonstração assim de que buscam formas de resolução do problema. A pesquisa aponta também que 86% dessas famílias têm experiência no cultivo de horticultura e em seus quintais é possível encontrar 26 tipos de hortaliças, além de 32 espécies de frutas, sendo que as mais consumidas são laranja, mamão e banana (p. 43).

Essa preocupação com a produção dos quintais está diretamente ligada ao que defendem os movimentos sociais camponeses organizados, dentre eles o MST, movimento do qual as famílias do Émerson Rodrigues fazem parte. Uma de nossas entrevistadas, que integra o coletivo estadual de gênero do MST, pontua que **o tema da soberania alimentar é o**

debate central para as mulheres do MST até o próximo congresso⁷⁶ nacional desse movimento social, sendo que o maior desafio para o momento atual é garantir alimentação. Aponta, ainda, para a seguinte questão sobre os quintais:

[...] penso que nosso desafio é garantir a soberania alimentar em primeiro lugar, e a renda como um segundo passo. Nós temos que colocar a importância dos quintais como um dos nossos pontos de pauta. Se colocar a questão do quintal, aí sim, nós vamos ver quem é que produz mais nos assentamentos (Atiliana, 47 anos, julho de 2014, dirigente estadual do Setor de Gênero).

Encontramos em nossas pesquisas os seguintes produtos mais produzidos pelas mulheres do Emerson Rodrigues:



Quadro III: por ordem de maior volume de produção, relação dos principais produtos produzidos pelas mulheres do assentamento.

Além destes produtos, há também outros que são citados como produção para o consumo e ocasionalmente para comercialização. São estes: frango caipira ou semicaipira, berinjela, banana, verduras, jiló, laranja, abobrinha, feijão de corda, feijão, tomate, pimenta, manga, limão, arroz, carne de porco. Podemos observar, entre as demais questões, que três⁷⁷

⁷⁶ Os congressos do MST acontecem normalmente entre cada cinco a sete anos, e o último aconteceu de 10 a 14 de fevereiro de 2014 em Brasília e reuniu cerca de 18 mil pessoas de vários lugares do Brasil e convidados internacionais.

⁷⁷ A mandioca: quando é plantada demora em torno de 9 meses para chegar ao ponto de ser colhida. É considerada resistente aos ataques de pragas. O manejo com a conservação do local é relativamente simples, devendo ter-se o cuidado para que o capim brachiária não a sufoque no início, até ela crescer. Esse período dá também o tempo necessário para que essa produção seja negociada em algum mercado ou projeto disponível no assentamento. De outro lado, a mandioca é um alimento bastante utilizado pela população local. Além disso, as famílias normalmente utilizam a mandioca como parte de sua alimentação cotidiana. No caso da mandioca ser vendida em quantidade grande, a “arranca” é um trabalho exaustivo, que requer força e mais mão de obra para ajudar.

principais produtos (mandioca, quiabo e abóbora) produzidos e conduzidos pelas mulheres, seguem alguns critérios comuns a todas elas:

1. São culturas que **requerem poucos investimentos iniciais** para produção. Mesmo considerando os cuidados com a terra antes do plantio, como gradagem, incorporação de calcário, quando é o caso, e até o valor da rama de mandioca, ou da semente de quiabo ou da semente de abóbora.
2. Outro aspecto comum é que destas culturas, é que são utilizadas para a **alimentação no cotidiano**. Neste sentido, sua produção complementa o grupo de alimentos que é comprado fora do lote, e/ou vice versa. A mandioca é um alimento bastante utilizado na alimentação regional, principalmente pelas pessoas que vivem no campo. A abóbora, podemos dizer que é um alimento que, além de complementar a alimentação da casa, serve também para alimentar o ciclo de produção de animais do sítio, visto que pode ser utilizada na alimentação dos animais como porcos e galinhas, por exemplo.
3. **Possibilidades de comercialização** também é outro ponto levantado pelas mulheres ao escolherem o produto. Geralmente estes três produtos são facilmente comercializados com os atravessadores da localidade. Também são incluídos nas listas de compras do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o que facilita que consigam comercializar via os projetos locais.
4. **Simplicidade nos tratos culturais** é outro aspecto destas culturas. Toda plantação precisa ser cuidada. Porém, os cuidados destas culturas exigem poucos conhecimentos em relação ao seu trato cultural. Isso significa dizer que o conhecimento para lidar com estas plantas geralmente é passado de uma geração a outra, de uma vizinha a outra, como vimos em nossa pesquisa.

Quiabo: este produto tem se mantido como o carro-chefe do assentamento, produzido em quantidade para comercialização, mas o mesmo mantém o problema de variação de preços. Porém, também é uma cultura que tem aceitação considerada excelente no mercado de alimentos. Um dos maiores problemas levantados pelos agricultores é o ataque das pragas. Na perspectiva agroecológica orienta-se como umas das técnicas fazer permanentemente a rotação de culturas, com objetivo de minimizar estes ataques. Observa-se que uma das razões para investimento nesta cultura é pela sua rapidez na produção, o que também poderá gerar uma renda rapidamente.

Abóbora: também é considerada uma cultura de fácil plantio e fácil manejo. Além do consumo na alimentação diária, pode ser transformada em doce e também é bastante utilizada para o consumo de animais, dentre eles os suínos.

Quando se trata do levantamento dos problemas relacionados à produção de alimentos, encontramos do ponto de vista das mulheres, como já dissemos, questões que se entrelaçam, e trazem à tona alguns elementos que já havíamos mencionado, como questões de ordem de organização social e política, questões de infraestrutura, aspectos culturais e outros. Uma demanda apontada pelas famílias é a necessidade de assistência técnica adequada às necessidades das mulheres, se constituindo como um dos graves problemas que impedem o desenvolvimento de processos produtivos mais eficazes. Consideramos que a assistência técnica sozinha não resolve nenhuma questão, mas são necessários um conjunto de medidas que interligadas combinem crédito, assistência técnica, processo de agroindustrialização, processo de comercialização, organização das famílias, e um conjunto de medidas para apoiar o desenvolvimento da localidade. Porém, no que se refere à assistência técnica, as mulheres consideram que é fundamental o conhecimento técnico, aliado ao acompanhamento processual, contínuo. Decorre disso, que a relação que a equipe técnica estabelece ou não com as famílias, poderá contribuir, e muito, para o fortalecimento da produção de alimentos.

Os agrônomos começavam e não terminavam. Porque tudo tem que ter começo, meio e fim. As famílias plantavam e reclamavam porque ia lá e não achava eles (os técnicos). Não estão ajudando as famílias. Vou tirar por mim. Eu nem sabia que tinha que fazer análise de solo. Aí eu aprendi que tinha que pôr húmus. A minha horta não dá verduras grandes. E a gente tem que sair adivinhando o que fazer... (Ana, 42).

As mulheres reclamam da falta de apoio e de conhecimentos técnicos sobre o que fazer para resolver problemas práticos do cotidiano, dentre eles o controle da brachiária, que se constitui um capim invasor da produção agrícola, e como controlar determinadas “pragas”, como o cupim e a formiga, por exemplo. Observa-se que a grande maioria utiliza o veneno no combate das formigas ou cupim, sendo que o modo de utilizar é baseado no ensinamento “de vizinho a vizinho”. Observamos também, que uma parte do veneno utilizado é adquirido clandestinamente no país vizinho, o Paraguai, e comercializado também clandestinamente, de forma que não há controle da quantidade e do modo de uso. Há, entre as pessoas entrevistadas, situações de contaminação pelo uso de venenos, relatando o fato de que se chegou ao nível de necessitar de atendimento médico urgente devido ao grau de contaminação. Verificamos que, se de um lado, existe a consciência sobre os efeitos dos agrotóxicos no organismo, é fato também que, de outro lado, há uma reclamação de falta de apoio de assistência técnica adequada para os métodos agroecológicos de produção. Algumas pessoas já sofreram intoxicação pelo uso de agrotóxico, embora saibam que

O uso indevido e/ou abusivo desses produtos químicos por parte dos produtores pode causar efeitos crônicos em longo prazo, como determinados tipos de câncer, diminuição da fertilidade (redução do número de espermatozoides), má formação de fetos, problemas hormonais e até mesmo depressão, efeitos esses, observados em pessoas expostas a agrotóxicos, em sua maioria agricultores (RODRIGUES, 2010, p. 16).

As famílias que optam por fazer experimentações na linha da agroecologia, reclamam da falta de assistência técnica que lhes dê suporte, como é o caso desta família entrevistada:

Aqui eu cuido de galinha, angola, peru, pato, cuido dos bichos... Quando tem produtos eu colho à tarde e fico até umas duas horas da manhã empacotando e no outro dia cedo levo embalado em sacos, no ônibus de linha, para vender na cidade. A gente planta na bruta, do jeito que a gente adquiriu (conhecimentos) com os pais da gente, antigamente, com o que assiste um globo rural e vai aprendendo... (Holmes Dudiley, 52).

Considerando que as plantações e seu resultado com a produção são de pequeno porte, e que talvez sejam as únicas possibilidades de sustentação imediata da família, a perda de determinada cultura na lavoura, seja provocada por algum tipo de “praga” ou por intempéries climáticas, pode significar prejuízos de proporções tais que prejudicar todo o núcleo familiar, e com isso a família demorar para reestabelecer seu equilíbrio econômico.

Em nossas pesquisas no Assentamento Émerson Rodrigues, encontramos algumas histórias que mostram que a realidade deste assentamento amplia ao conceito clássico de campesinato, elementos da conjuntura atual, em que se alternam aspectos da tradição da agricultura familiar camponesa e aspectos da cultura urbana, de onde se originam vários assentados. Se de um lado, há a existência do conhecimento transmitido de gerações em gerações, de outro lado, há um “adormecimento” deste conhecimento, ocasionado pelo processo de migração forçada, tomando proporção de uma verdadeira expulsão das pessoas do campo para a cidade. Torna-se, então, um desafio a busca e o reaprender o conhecimento mais antigo dos camponeses, indígenas, quilombola ou comunidades tradicionais que por muito tempo foi considerado atrasado, e que foi duramente perdido ao ser esmagado nestas décadas da chamada revolução verde, visto que,

[...] um dos maiores roubos que a agricultura das multinacionais fez com os camponeses foi roubar-lhe séculos de conhecimentos que foram transmitidos de pai para filho, durante várias gerações, em especial através da fala (tradição

oral) e da experiência (aprendizagem da prática e do ensino) (GUTERRES, 2006, p. 131).

Gerações foram para a cidade em idade produtiva, adaptaram-se à vida urbana em função da necessidade de trabalho, tiveram filhos e hoje seus filhos estão procurando voltar ao campo como um meio de viver bem. Abaixo ilustramos um caso de uma de nossas entrevistadas:

Eu nasci e me criei na cidade. Quando cheguei aqui eu achava que ia achar tudo limpo igual a gente vê na televisão. Quando ia colher o arroz eu achava que ia nascer descascado. Tudo era novidade. Eu vi o pé que me falaram que era abacaxi e perguntei: mas como vamos saber se ele está maduro, com o abacaxi crescendo dentro da terra? (Dona Glória, 42).

Outro aspecto que também encontramos nos relatos é o das histórias das famílias que eram funcionárias de grandes fazendas e que eram proibidas de plantar qualquer tipo de alimentos nos quintais onde viviam, tornando-as assim totalmente dependentes da alimentação trazida da cidade pelo patrão, configurando-se, assim, uma prática de relação de semiescravidão, de privação da liberdade.

Encontramos dificuldades concretas no sentido da produção de alimentos, como por exemplo, o caso relatado por um agricultor que no ano de 2009, quando iniciou sua produção de quiabo, conseguiu observar o ataque de sete tipos de praga em sua produção naquele ano. Um dos motivos dos grandes ataques das consideradas “pragas” é o efeito das monoculturas que podem ser encontradas no entorno do assentamento, geralmente utilizando quantidades excessivas de venenos, que podem levar a alteração nos ecossistemas. Com isso ocorre um grave desequilíbrio na natureza, provocando maiores ataques de pragas nas produções do assentamento, que deveria ser o lugar onde se produz comida saudável, dentre outros motivos e consequências.

E outro relato, de um produtor de verdura que pediu a um vizinho uma orientação sobre algum veneno capaz de matar as minhocas em grande quantidade na sua horta. Esse caso também nos chamou a atenção porque a minhoca é um dos elementos indicadores de excelente qualidade de solo, além de produzir o húmus que é um adubo maravilhoso para as hortaliças. A falta de conhecimento pode levar o agricultor a praticas e situações que, ao invés de sempre melhorar a qualidade de seu trabalho, sua produção e seu desenvolvimento, poderá levá-lo a prejuízos de toda natureza, com danos à saúde, ao ambiente e à sua produção, e conseqüentemente à sua renda. Entretanto, a maioria das pessoas entrevistadas são pessoas

que detinham experiência em morar no campo, como uma das famílias que perguntada sobre o que produz no sítio, pode elencar rapidamente os seguintes produtos:

[...] laranja, mamão, caju, banana, manga, abacaxi, coco da bahia, limão, pitanga, jabuticaba, café, feijão, milho, gergelim, mandioca, rúcula, berinjela, pimentão, tomate, cenoura, jiló, cebolinha, beterraba, coentro, salsa, agrião. Porco, vaca, ovos, leite, queijo, gordura, carnes de porco e galinha, abóbora (Dinair, 60; Antonio, 63).

O que as mulheres têm abordado é que o tema das mudanças do clima tem provocado alterações nos modos de vida no assentamento, a começar pelos cuidados maiores que precisam ter com a saúde, evitando horários de trabalho onde o sol é mais forte. A produção de alimentos das mulheres tem sofrido perdas com ondas intensas de calor e também, há uma tendência, nos últimos anos, de ondas inesperadas de frio, provocando geadas e causando prejuízos nas plantações.

Esses fatores causam um maior empobrecimento dos pequenos agricultores, visto que em vários casos, perdem produções que seriam as maiores responsáveis pelo sustento material da família durante um longo período, e às vezes do ano inteiro. No caso da pequena produção, não há seguro agrícola, e portanto, não há também ressarcimento dos governos pela produção perdida. Ao passo que, as grandes lavouras ao terem seus seguros agrícolas, contam com a segurança em serem ressarcidas pelas políticas governamentais para a agricultura de grande escala.

Outro ponto já abordado, mas que vale a pena ressaltar, é que muitas vezes há uma indução por parte da assistência técnica para que os agricultores façam os projetos vinculados à bacia leiteira, levando-os a produzirem para o laticínio já instalado perto do assentamento, e tornando-os reféns das condições e dos preços que o laticínio define. Mesmo no assentamento Émerson Rodrigues, que tem um potencial agrícola considerado elevado quando comparado a outros assentamentos da região, como vimos no depoimento a seguir:

O povo da Agraer veio aqui e disse que tinha que ser gado e cerca. Eu falei que não sabia mexer com gado. Nós não pudemos fazer outro projeto. Teve que ser assim (Paulinho, 36).

Some-se a isso o fator de um certo tipo de “pequena corrupção no cotidiano”, relacionada à indução na compra e venda de gado, no período de acesso ao Pronaf, apontada

por alguns assentados que chega a ser uma prática comum de alguns técnicos de algumas empresas de assistência técnica, como descreve o depoimento a seguir:

Eles arrumam até os vendedores para levar o pessoal e mostrar onde vende. E olha, eu vou falar, eu não entro nessa aí não. Porque umas vaquinhas com o ubre inchado, aquele ubrão que parece que vai dar 30 litros e dá 3, na marra. Vendo isso aí eu estou correndo longe (Holmes, 52).

A fragilidade das organizações do assentamento é outro aspecto considerado frágil apontado sob o ponto de vista das mulheres pesquisadas. Em geral, todas concordam que é necessário algum tipo de organização no assentamento, seja associação ou outra forma em que as pessoas se juntem. Porém, a mais citada é a que se organiza de maneira “legal” necessitando cumprir algumas exigências para atender às expectativas do grupo. Porque, por exemplo, para acessar qualquer projeto de produção de governo tanto na esfera municipal quanto federal, depende de organização “oficial”, em que se demanda ata de criação, registro em cartório, certidões e demais documentos, e cumprir certas normas exigidas para grupos que queiram estar aptos a participarem de projetos governamentais ou outros projetos que porventura possam construir com outras entidades de apoio. Entretanto, o que as mulheres avaliam é que a associação, da qual a maioria entrevistada faz ou fez parte, no caso da ASSOL, passou por várias etapas e na fase atual, da pesquisa de campo, a associação encontra-se com várias dificuldades, dentre elas: de articular as pessoas para fazer reuniões e discutir os problemas de forma coletiva; dar informações aos associados pertencentes à associação; a paralização do PAA com as associações da região da Santa Mônica, encaminhar questões relativas às necessidades das famílias assentadas, como por exemplo, a comercialização da produção.

Eu não sei se é a falta de interesse deles ou de nós, mas quando avisa que vai ter uma reunião nós procuramos ir, principalmente quando fala assim, que é para vender o que tem no lote, a gente vai porque a gente quer isso. A gente quer plantar e vender, a gente quer sustentar nossa família, e para sustentar nossa família muita gente sai para fora, para trabalhar, e deixa a terra, ela fica jogada. Tem que ‘fazer’ e vender. Ontem colhi uma caixa de quiabo e não tem para quem vender, tá murcho lá em casa... (Tiana, 43).

Outra avaliação que aparece no depoimento das mulheres é o fato de que, para serem assentadas, organizaram-se dentro de um movimento social do campo, o MST, dentro do qual acumularam lutas, histórias, vivências que contribuiu para a criação das bases para a

concretização do assentamento Émerson Rodrigues. Porém, entendem também que embora o assentamento supõe já uma maior autonomia por parte dos assentados, o trabalho de formação e conscientização política e organizativa, deveria ser um processo permanente. Desta forma, as mulheres cobram atuação do Setor de Produção e da própria coordenação interna do assentamento. Há também questionamentos aos métodos dos dirigentes quanto à relação entre dirigentes e assentadas/os, especialmente no que diz respeito aos encaminhamentos dos processos de produção. Ilustramos esse aspecto com o depoimento a seguir:

Quando eu estava acampada, diariamente o Setor de Produção (do MST), ia no barraco nos convidar para reunião. Hoje na realidade pegamos a terra e ninguém nunca chegou para dizer nada, nem existe mais nada... tô mentindo gente?⁷⁸ Agora é cada um por si e Deus para todos (Ana, 42).

Conforme o depoimento das mulheres, entende-se que a associação necessita reorganizar-se e fazer um planejamento que permita um diagnóstico das principais necessidades das famílias associadas e a partir daí organizar um conjunto de ações que responda a essas demandas. É destacado ainda, que houve na localidade, a partir da estruturação do PAA, um processo de criação de associações somente com objetivos de comercializar, destoando do objetivo do programa, na medida em que alguns se transformaram em atravessadores da produção do assentamento. O que aconteceu depois (e ainda sob investigação), é que todas as demais associações foram fiscalizadas e seus processos paralisados. De forma que, dentro do assentamento, várias pessoas reclamaram que nos anos de 2014 e 2015 ainda não houve possibilidade de voltar a comercializar pelo PAA.

A falta de transporte para a comercialização da produção dos alimentos é outro problema também apontado pelas mulheres como um dos mais graves, como no depoimento a seguir:

Muitas vezes tive que vender a banana-maçã a preço da banana nanica para não perder. O que está 'pegando' aqui é para vender. É problema de todas as mulheres. Plantar e carpir não é problema. O problema é vender. Como vamos levar para a cidade? A gente plantar e perder não dá mais não (Tiana, 43).

Neste aspecto, é a falta de transporte para comercializar a produção que faz com que a única alternativa seja vender ao atravessador o qual chega até a porta para recolher a produção das mulheres (enfim, de todos os assentados). A venda ao atravessador é apontada

⁷⁸ Aqui a depoente estava em uma roda de conversa e ao falar faz a pergunta dirigindo-se às demais componentes da roda, que concordam com ela.

como uma das alternativas viáveis. No entanto, a venda da produção ao atravessador, segundo os depoimentos, funciona assim: o comerciante passa e pega a produção do assentado; leva na madrugada seguinte ao Ceasa; comercializa pelo preço que conseguir (os preços variam de acordo com a época do ano e os problemas que influenciam a produção); e voltando ao assentado lhe paga geralmente 60% do valor recebido, ficando com 40%. A esse aspecto acrescentamos que, na época da pesquisa, as mulheres relataram que quando a associação ASSOL iniciou seu funcionamento e começou a comercializar a produção através do PAA, houve um período onde um caminhão da Funai se dirigia até o assentamento para buscar a produção de alimentos, e transporta-los até a comunidade indígena, que recebia alimentação. Depois disso, a associação passou a pagar um frete para comercializar a produção, e, por fim, a associação comprou um caminhão pequeno, usado, parcelado, que pagava com os próprios fretes que fazia. O caminhão teve problemas de manutenção e no momento da pesquisa estava parado.

Nesse sentido, a falta de transporte é apontado pelas mulheres como um dos problemas entre os mais graves, que impedem de dar vazão à produção organizada por elas. É apontado como um dos problemas que inviabilizam o desenvolvimento local, visto que o transporte ajudaria a imprimir uma dinâmica dentro dos assentamentos da região. Poderia contribuir na troca de produtos entre os mercados locais, no consumo de produtos da região, na geração de emprego e renda na localidade, na cadeia para fazer acontecer a comercialização, no desenvolvimento local regional com sustentabilidade. Ou seja, a comercialização dos produtos dos assentamentos da região viabilizaria uma cadeia de produção agrícola e serviços para que ocorresse num fluxo que faria a região desenvolver seu potencial e, conseqüentemente, os assentamentos teriam mais condições de produção agrícola também.

Notemos que, se superado o problema de produzir alimentos, a mulher que o produziu estará sozinha para organizar a sua comercialização, e precisa organizar o tempo para sair de casa e ir procurar um lugar onde vender seu produto. Mesmo que encontre tempo para ir atrás disso, enfrentará várias etapas como: o levantamento do preço (baixo) pago ao seu produto, o que a levará a ter que negociar para ter uma renda melhor com sua produção; também os cálculos da quantidade de produtos que tem, e que tipo de transporte necessita, e quantas vezes na semana ou no mês, e qual será o volume de produção previsto para comercializar.

Estas questões todas, associadas à falta de processos coletivos de organização, com estruturas mais fortes, haja visto que há uma espécie de ondas que vão e vem nas associações locais, ora com uma associação com trabalho mais organizado, ora com fragilidades, o que tem levado as mulheres a encontrarem no atravessador a maneira de ter sua produção assegurada para comercialização, mesmo que isso represente menor ganho.

Em relação à infraestrutura, é possível que aquela organizada de modo coletivo, talvez fosse o meio mais eficiente de viabilizar processos de fortalecimento e desenvolvimento do local. As famílias chegam ao assentamento, normalmente já sem os poucos recursos materiais que tinham e tiveram que usar no período de acampamento:

Cheguei sem dinheiro. Tudo pra fazer tem que ter dinheiro. A dificuldade é essa. Eu tinha, antes de vir, umas vaquinhas, fui vendendo pra cercar o lote, fazer um poço. Aí eu fiquei bem. Mas quem não tem nada? (Edilson, 26 anos).

Equipamentos como tratores e caminhões, pequenas agroindústrias locais para processamento dos alimentos, além da qualidade das estradas para viabilizar a comercialização são questões apontadas pelas mulheres como possíveis estratégias para viabilizar a integração ao mercado local e o aumento da renda através do trabalho. As mulheres levantam, entre várias questões, a o uso de trator como um exemplo importante para ajudar a viabilizar a produção de alimentos. Quando as mulheres apontam essa necessidade, referem-se à avaliação que vêm fazendo ao longo dos oito anos de existência do assentamento. Nesse período todo, segundo os depoimentos, o trator da prefeitura atende uma pequena parte da demanda. Ou seja, a prefeitura possui dois tratores que disponibiliza para atendimento das 705 famílias do Complexo Santa Mônica e mais as famílias de todos os assentamentos vizinhos na região: Patagônia, Nova Querência, Guaicurus, Campo Verde, 7 de setembro, entre outros, perfazendo assim um grupo grande de lotes nos assentamentos. Desta forma, o trator da prefeitura vai para determinada região ficando por lá até alguns meses e “quando chega ao assentamento Santa Mônica, já passou o tempo certo de gradear a terra e conveniente com os tempos de plantio e com as chuvas”, mesmo sendo paga a utilização dele pelos assentados. Ainda nesse aspecto, algumas mulheres apontam que, mesmo se existir disponibilidade de utilizá-lo, elas não poderiam por causa do custo dos serviços de gradagem. Para elas o custo é alto, não sendo possível contratar este serviço. Na época de nossa pesquisa a gradagem por hectare chegava à média de R\$ 140,00 (ano 2014). Isso faz com que poucas

peessoas tenham acesso ao maquinário e passem a lida na terra com a força da família, como assinala nossa entrevistada.

Meu sonho era conseguir alimento da própria terra. Sobrevivo com meus filhos do que eu planto, eu planto e eu vendo. E tô aí plantando, e eu acho que, de tudo o que eu passei lá atrás, no barraco, eu penso que era isso que eu queria mesmo. O desafio de plantar não é fácil, sem dinheiro você não há gradeia. Se eu tiver que trabalhar fora, eu não trabalho aqui. Mas não pode desanimar, né? (Claudia, 30).

Encontramos em nossa pesquisa, autores que analisam a importância da “ mecanização da pequena unidade camponesa familiar, [que] longe de ser entendida como substituta da mão de obra, que na agricultura de pequeno porte é considerada escassa, é indispensável. Mas a grande maioria das máquinas disponíveis no mercado é cara para o padrão de posse dos pequenos agricultores” (GUTERRES, 2006, p. 50).

Outro aspecto apontado pelas mulheres, se refere à falta de atenção e abandono do poder público em relação à comunidade do Émerson Rodrigues. Nesse aspecto obtivemos várias falas como “abandono por parte da prefeitura”, “minha filha, nós fomos jogados aqui e ninguém mais lembra de nós”. Por trás destes depoimentos, estão as percepções de que existe descaso dos órgãos públicos responsáveis pela reforma agrária e pelo poder público local, para com o conjunto dos assentados e assentadas. Na visão das mulheres, a prefeitura não cumpre seu papel de promover a gestão pelo bem comum. Ou seja “só aparecem na época de eleição para pedir votos”. Aqui cabe também uma avaliação do acesso das mulheres a políticas públicas para incentivo à produção de alimentos. Convém destacar que nenhuma das mulheres entrevistadas havia acessado o Pronaf Mulher.

As pessoas falam que tem projeto do governo para mulher, mas eu só vejo falar, mas aqui nunca chegou nada. Uns falam “não sei o quê” de governo para as mulheres, mas eu só vejo falar, aqui nunca chegou nada, pronaf mulher, pronaf não sei o quê... só vejo falar (Tiana, 43).

Em entrevista com um técnico agrícola e extensionista rural, sobre sua opinião em relação ao acesso ao Pronaf mulher, verificamos que é baixo, e obtivemos a seguinte avaliação:

Infelizmente as informações que chegam até as interessadas geralmente são superficiais ou insuficientes. Outro fator limitador é a incapacidade dos agentes de crédito (banco) operacionalizarem os projetos. Como não existe um padrão entre as agências, alguns condicionam o acesso a atividades agrícolas ou com bovinos enquanto em outras agências a operacionalização, ou seja, a contratação do projeto nem acontece (Adriano, 26, técnico em agropecuária, presta assistência técnica na empresa COAAMS.).

Neste aspecto também cabe a reflexão sobre o modo como a política pública de produção, denominada Pronaf, incide sobre as tomadas de decisões dos pequenos agricultores no que diz respeito ao acesso e destinação dos recursos. O depoimento a seguir nos traz vários elementos importantes para análise. Dentre eles, o fato de “uma certa obrigação” de que o crédito seja atrelado à cadeia produtiva do leite, já que o laticínio estava se instalando no município na época de elaboração dos projetos do Pronaf. As mulheres e os homens observaram que a assistência técnica facilitava o projeto para quem queria se integrar à bacia leiteira. De outro lado, dificultava para aqueles cujos projetos estavam voltados para produção de alimentos.

Tem assistência técnica no papel, mas receber visita é muito pouco. O que temos é voltado para o gado, porém, para a produção (de alimentos) não. Falam que não tem combustível nos carros, ou que os carros estão quebrados, ou que não sabem. Outra questão é que nós não pudemos fazer o projeto que tínhamos vontade, que era trabalhar com produção, mas os técnicos não aprovaram. Quando veio o Pronaf, tinha que ser com leite porque estava se instalando um laticínio no município. Hoje⁷⁹ o laticínio está pagando R\$ 0,79 o litro de leite (Joãozinho).

O descaso dos órgãos públicos com a reforma agrária é visível em várias partes do país. Como já citamos anteriormente em nossa pesquisa, a corrupção que existe dentro do Estado no que se refere à compra e venda de terras, levou a investigações por parte da Polícia Federal em vários lugares, entre eles o assentamento Émerson Rodrigues também foi um dos alvos. De maneira geral, as mulheres concordam com as investigações, porém discordam da paralização dos processos em andamento, da perda de ações em desenvolvimento, enfim, porque, de maneira geral, penaliza-se ainda mais as famílias assentadas. Um exemplo é o acesso ao Pronaf que começou a ser liberado somente após o sexto ano do assentamento. Além dos prejuízos da demora, há também um conjunto de danos aos processos de organização local, como relatado na análise de uma das dirigentes do Coletivo de Gênero estadual do MST, como vimos a seguir:

[...] outras mulheres estão amarradas aos lotes porque homens saíram para fora ou elas mesmas saíram para trabalharem fora devido ao problema que tivemos aqui no MS nos últimos anos com as investigações no Incra onde foram paralisados os processos de reforma agrária, prejudicando o andamento da reforma agrária... (Atiliana, 47, dirigente do Setor de Gênero).

⁷⁹ O depoente foi entrevistado no mês de julho de 2014, ocasião em que o preço do litro de leite estava a R\$ 0,79 pago aos assentados. Este período é considerado período de seca, quando normalmente há um declínio na produção, e o preço do litro de leite é maior do que no período considerado “de águas”, que vai de setembro a março.

Do ponto de vista da produção de alimentos pelos olhares das mulheres, tendemos a dizer que, neste modelo vigente, não cabe a participação das mulheres camponesas atuantes sobre o modelo de produção. Embora seja importante salientar que, ao longo da história da humanidade, as mulheres tenham atuado como coletoras, multiplicadoras das espécies, protetoras da biodiversidade, processadoras de alimentos, enfim, historicamente, inventoras da agricultura.

A grande revolução agrícola, que proporcionou alimento aos homens e aos animais, foi a coroação do trabalho produtivo feminino que se iniciou no dia em que se utilizou a estaca para cavar a terra. De qualquer forma, poder controlar a provisão de alimentos significou muito mais que confiar simplesmente na fertilidade da natureza. Para a mulher, significou principalmente entregar-se a seu trabalho, à experiência, às suas capacidades de inventar e inovar (REED, 2008, p. 12).

Quando analisamos o distanciamento das mulheres ao longo do processo de desenvolvimento das sociedades – de maneira especial no capitalismo – e dos processos decisórios dos sistemas de produção de alimentos, compreendemos que estas bases que justificam este distanciamento estão alicerçadas no patriarcado, cujo pensamento expressa-se no machismo que exclui as mulheres dos espaços de tomada de poder. Em uma de nossas entrevistas encontramos o seguinte depoimento:

Não sabemos bem o como fazer, porque queremos que as mulheres produzam alimentos. Aí elas começam a produzir e gerar renda, e aí elas ficam amarradas e não conseguem mais sair dos lotes para estudar e participar das atividades, porque tem que trabalhar cada vez mais (Atiliana, 47, dirigente do setor de gênero).

O dilema da participação das mulheres no interior do assentamento está também relacionado à sobrecarga do trabalho na esfera reprodutiva, embora seja invisibilizado e naturalizado como “trabalho de mulher”, como já vimos nos capítulos anteriores. Em uma de nossas atividades em grupo, chegamos a levantar como é o dia de trabalho “normal” de uma mulher do assentamento, e chegamos ao seguinte consenso, sabendo que embora possa haver diferenças específicas, os dias seguem mais ou menos com a seguinte rotina: 5h – levantar, arrumar as crianças para a escola, acender fogo, tirar leite; 7h – dar água para os animais, água para pomar e plantas, cuidar das crianças, cuidar dos doentes, cuidar dos idosos e trabalho na roça; 10h – cuidar das roupas, fazer almoço; 12h – dar almoço para a família, lavar as louças; 14h – água para os animais, cuidar da limpeza da casa e do quintal e trabalho

na roça; 16h – fazer lanches, consertar roupas, preparar o jantar; 18h – servir a janta, lavar as louças; 20h – descanso.

Todas as mulheres que entrevistamos trabalham nos seus quintais, sendo que algumas gerenciam sozinhas as suas roças e outras com seus companheiros ou familiares. Porém, há consenso de que o total de horas de trabalho por dia normalmente é em torno de 15 horas. Em nossas pesquisas no assentamento, uma de nossas entrevistadas aponta as desigualdades na livre escolha do uso do tempo:

[...] as mulheres trabalham mais. Sabe por quê? Agora no período da Copa⁸⁰ (do Mundo 2014) mesmo eu percebi que quando chega o horário de jogo os homens param. Eles param só que as mulheres não. Se não tá na roça, tá dentro de casa lavando roupa, lavando uma louça, tá varrendo um terreiro, tá carpindo, tá sempre fazendo alguma coisa. Os homens trabalham bem menos que as mulheres. Os homens por qualquer coisa param, e as mulheres continuam. Por mais que seja um casal, os homens saem e as mulheres ficam lá, trabalhando (Kely, 24 anos, membro da comunidade católica).

Enfim, os desafios são imensos quando diz respeito ao conjunto das pautas que as mulheres defendem. Os questionamentos das mulheres do MST perpassam pela estruturação da sociedade capitalista e vão até o patriarcado instalado dentro de todas as formas de convivências na maioria das relações de nossa sociedade. As mulheres questionam também e tensionam os microespaços do cotidiano, abordando as pautas como a relação entre as mulheres e homens, e também entre as próprias mulheres, como nos descreve uma jovem do assentamento pesquisado:

[...] então eu acho que o limite é a forma que foram criadas pela sociedade, esse é o limite. Então às vezes a gente fala que a culpa é dos homens que não deixam, mas não é só deles. Elas também não se desafiam a participar, a lutar pelos seus direitos porque sempre ficam esperando alguém fazer isso. Então são poucas que se desafiam a fazer isso (Michely, 25 anos, coordenação do assentamento).

Já salientamos que a área dos lotes do assentamento é, em média de 6 a 8 hectares e o pequeno tamanho é um problema para se investir na diversificação da produção, especialmente quando se tem poucos recursos. Exemplo disso é a criação do gado leiteiro que precisa de pasto, e de modo especial durante os períodos de seca, que geralmente dura um semestre, colocando o sítio em uma situação difícil ao ter que fazer opção entre manter pastagens ou manter outros produtos agrícolas

⁸⁰ Entrevista realizada durante o período dos jogos da Copa do Mundo, de 2014, no Brasil.

O que várias agricultoras e agricultores colocam é que precisaria de investimentos para pequenos projetos de irrigação, que viabilizariam a continuidade de produção em períodos de seca, além de garantir preços melhores nos mercados. Perguntado, durante a entrevista, sobre seu sonho, o assentado nos respondeu: “Meu sonho? Meu sonho, o sonho da minha vida é ter um hectare irrigado”.

Se de um lado, as mulheres que aí estão, são assentadas e beneficiárias do programa de reforma agrária, ainda há um grande grupo de mulheres à espera de assentamentos espalhadas pelo Brasil. De outro lado, a reforma agrária com pouca terra como os 7 hectares em média disponibilizados por família, com poucos recursos financeiros e baixo acesso ou não acesso a tecnologias, colocam as mulheres em um situação de pobreza, porque limitam as condições de produção. Some-se a isto o fato da sobrecarga do trabalho no âmbito da reprodução.

Limitando as condições de produção, logo, o acesso a renda para comprar o que não se produz nos lotes e suprir as demais necessidades ficam comprometidas. O não acesso a renda implica um ritmo de trabalho na vida das mulheres um pouco mais acelerado ainda do que é o considerado “normal”. Isso equivale a dizer que, na esperança de obter um pouco mais de renda, trabalha-se mais para compensar os preços baixos pagos pelos seus produtos. Um exemplo é o caso do milho, um alimento comum e bastante popular em todo o nosso continente. Este alimento serve para ser consumido assado, cozido, em mingau, frito, ser transformado em farinha e daí produzir vários outros derivados. O pequeno agricultor poderia plantar, colher e vender sua produção no mercado local. Certo? Nem sempre é tão simples assim porque para trabalhar na terra, é preciso primeiro prepará-la para o plantio. Dessa forma, a primeira grande missão dos agricultores é retirar a brachiária da terra, suas sementes que são espalhadas pelas pontas das folhas, contagiando toda a região à sua volta podem ser armazenadas no subsolo por muitos anos, de forma, que poderão sempre voltar a brotar na medida em que o solo for revolvido e esse capim entra em competição com alguma planta que porventura for plantada. Normalmente usa-se o trator, que revolve as camadas da terra, espera-se alguns dias até brotar as sementes do capim que estava no subsolo e aí então novamente passa-se o trator pela segunda vez.

A outra medida que se alia a esta é o uso do veneno “mata-mato”, um herbicida utilizado por grande parte dos assentados. Esse veneno é aplicado normalmente pelos agricultores em dias de sol, e tem a função de “torrar” o mato, dessecá-lo para que a terra possa ser utilizada para plantios. Quando se planta o milho, então, em alguns dias, observa-se

que nasceu o milho e ao lado dele uma grande quantidade de capim brachiária. Para que não seja abafado e não cresça, é preciso que se faça a capina, ou normalmente se use a tração animal, ou seja, o cavalo com arado na terra, nas entrelinhas das plantações de milho. Outra forma é o controle manual através da enxada. E ainda o uso do veneno “mata-mato”. Se essa limpeza não for feita, corre-se o risco de que se comprometa o crescimento do milho. Esse processo é realizado umas duas ou três vezes durante seu desenvolvimento. Lembremos também que este desenvolvimento está associado à quantidade de sol e chuva durante seu processo de crescimento. A produção de milho, aqui no Brasil, tem como sua inimiga principal, normalmente, uma lagarta chamada “lagarta do cartuxo”. Para o controle dela, normalmente há as seguintes opções: aplica-se veneno, coletam-se as lagartas manualmente, ou as chuvas as afogam, ou, ainda, nas experiências agroecológicas coletam-se as lagartas doentes e faz-se um sumo que volta para a ser aplicado no campo dos milharais onde estão as lagartas sãs com objetivos de contaminá-las e assim matá-las pelo método natural. A coleta do milho verde pode ser realizada em três ou mais etapas. São coletadas as espigas que estão no ponto de colheita, e as mais novas, ficam para uma segunda colheita. Para que esse milho tenha aceitação no comércio, que depois repassa ao consumidor final, normalmente, tem-se a exigência de que seja do tipo “1051”, um tipo de milho com espigas grandes, e com conservação maior após a colheita. Vamos ao cálculo de plantio de milho verde em um hectare:

ITEM	VALOR
Preparo da terra	R\$ 500,00 (equivale a duas mãos de grade e uma niveladora)
Calcário	R\$ 500,00 (média duas toneladas)
Semente de milho	R\$ 300,00 (20k/hectare)
Plantio do milho	R\$ 200,00 (mão de obra)
Manutenção da terra	R\$ 100,00 (uma chapeação, tração animal)
Colheita do milho	R\$ 300,00 (seis diárias)
TOTAL	R\$ 1.900,00

Tabela IV: levantamento realizada com informações do assentado Francisco das Chagas Machado da Cruz, 47, lote 63.

Esta tabela alcançou o valor básico de R\$ 1.900,00 para o investimento na plantação de milho em apenas 1 há de terra. Pode até parecer pouco, porém o custo é muito alto para uma família camponesa de assentamento da reforma agrária, considerando sua realidade.

O valor da caixa de milho atualmente está em torno de R\$ 10,00 na roça. Se vender na capital, em torno de R\$ 18,00 a R\$ 20,00. Geralmente são 300 caixas de milho por hectare (outubro a fevereiro). Fatores que interferem: água, sol, adubação.

Se as trabalhadoras e os trabalhadores quiserem comercializar o milho no mercado, precisam aderir ao pacote do milho “1051” para serem aceitos. A compreensão de que homens devem “avançar e domar” a natureza tem em si um forte componente da cultura patriarcal, no que diz respeito ao modo como se relaciona com a natureza, tendo ela que ser subjugada. Neste aspecto não cabe aí a participação e opinião das mulheres e essa concepção assume um caráter excludente que coloca as mulheres apenas como mantenedoras das relações no espaço reprodutivo.

Nesse sentido, podemos dizer que o agronegócio tem na sua essência o componente do machismo da forma mais acentuada que se poderia ter. Essa cultura machista se reproduz em todas as esferas da vida humana⁸¹. Vale a pena destacar a estratégia que as empresas gigantes do agronegócio vêm traçando na área de educação, com programas em escolas em contato direto com as crianças defendendo a tese de que os transgênicos são seguros e defendendo o modelo do agronegócio⁸². No âmbito das estratégias de organização deste setor da agricultura, existem várias entidades que fazem o trabalho ideológico e econômico, como por exemplo: Aprosoja, Única, Abag, Deagro/Fiesp, MNP, APR-MT, CNA, SRB, OCB. Também existe o Conagris (Conselho Nacional do Agronegócio) criado em 25/8/1998 (MENDONÇA, 2013, p. 178). Para Mendonça, ainda “o papel ideológico da mídia seria principalmente criar a ilusão de neutralidade e objetividade para difundir agendas políticas particulares como se representassem um suposto pensamento universal” (p. 151).

Outro elemento desse debate é o cenário ambiental em que as mulheres estão inseridas. No assentamento, encontramos uma das mulheres assentadas, Dona Irene, 87 anos,

⁸¹ Está presente nas músicas de uma maneira bastante forte, e reproduz a concepção que da mulher em papéis de “obedientes” e como objeto sexual a serviços dos homens. Isto se reflete também nas vestimentas, principalmente dos adolescentes e jovens, que imitam o cowboy norte americano, com camisa xadrez, calça apertada, cinto largo e botas de couro. E, por que não dizer, reflete também culturalmente o modo de ser peão, ou capataz do patrão, numa relação de obediência ao dono da fazenda.

⁸² Disponível em: <www.cartamaior.com.br/Editora/MeioAmbiente/Educacao_no_campo_a_estrategia_dos_usurpadores>. Acesso em: 20 maio 2015.

que é uma conhecedora das ervas medicinais do cerrado, e vive caminhando pela mata, um pedaço da reserva que fica quase no fundo do seu lote, e conhecida no assentamento porque sempre tem um remédio para as pessoas que precisam.

Sobre o cerrado, este bioma onde moramos, a nossa atenção sobre ele requer um estado de alerta. Pesquisas realizadas pelos estudiosos do Programa Cerrado da organização Conservação Internacional-Brasil, demonstram que “o desmatamento do Cerrado é alarmante, chegando a 1,5% ou três milhões de hectares/ano. Isso equivale a 2,6 campos de futebol/minuto”, e se continuar no mesmo ritmo de destruição, o Cerrado está por desaparecer até 2030⁸³, pois 57% da área original de 204 milhões de hectares já foram completamente destruídos. O Estado de Mato Grosso do Sul figura na lista entre os com maior índice de destruição. Isso se deve a fatores como a área do cerrado que foi separada do Pantanal e incluída pelos governos como área de expansão agrícola, as queimadas, e o crescimento desordenado das cidades urbanas. Esse precioso lugar compõe o que se poderia chamar de reserva de agrobiodiversidade e o berço das águas.

O tema das águas também deveria ser parte da discussão da soberania alimentar. Os estudos apontam que o bioma cerrado é portador de um terço da biodiversidade biológica brasileira⁸⁴, ocupa um quarto do território e abriga

[...] nascentes que formam algumas das principais bacias hidrográficas do Brasil e da América do Sul: a do São Francisco, a do Tocantins-Araguaia e a bacia do Prata, que forma o Pantanal, passa pelo sul do Brasil, pelo Paraguai e desemboca na Argentina, sendo considerado a ‘caixa d’água’ do Brasil (Conservação Internacional, p. 3)

⁸³ Disponível em: <www.conservation.org.br/noticias/noticia.php?id=31>.

⁸⁴ “Nos últimos anos, o Cerrado conseguiu conquistar espaço nos meios acadêmicos e na sociedade civil, principalmente pelo aumento do conhecimento sobre a sua biodiversidade. Em uma década, a biodiversidade vegetal identificada passou de 6 mil espécies vegetais para 12 mil espécies vegetais. O Cerrado passou a “disputar” com a Mata Atlântica o *status* de segundo bioma mais biodiverso do Brasil” (Conservação Internacional, p. 7).

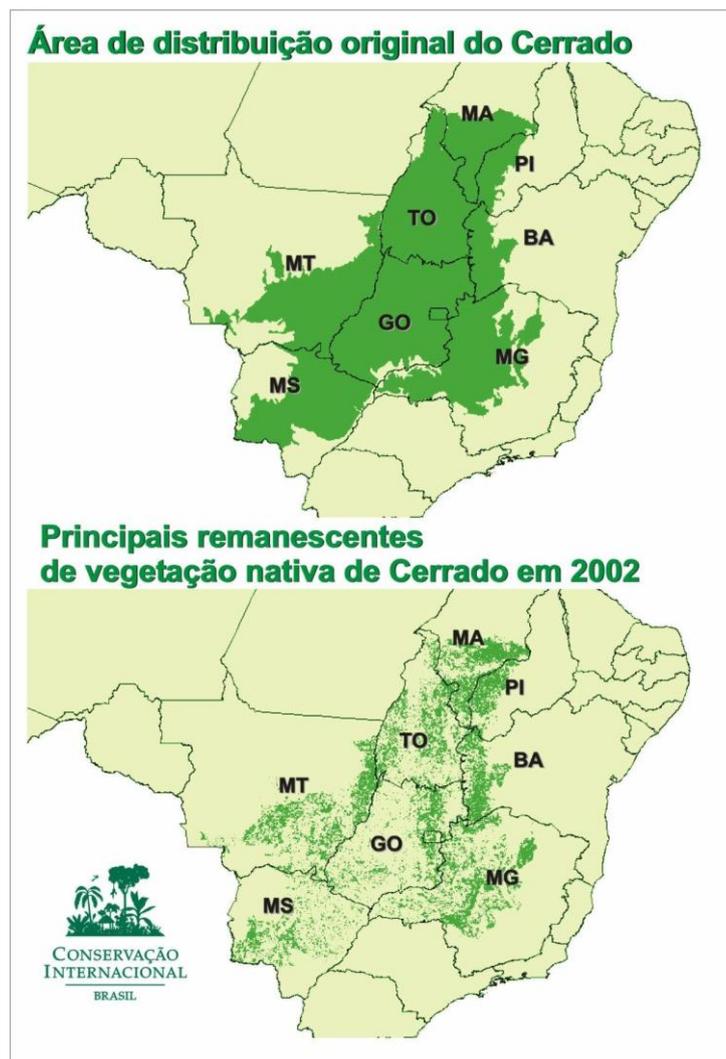


Figura 3: fonte: <<http://www.ispn.org.br/o-cerrado/o-cerrado-esta-desaparecendo/>>.Data: 19/05/2015.

O cerrado brasileiro possui um ritmo de convivência ancestral advindo do modo como os povos e comunidades tradicionais aprenderam a conviver com e nesta região, retirando daí seu sustento e preservando as suas características. O bioma possui uma estação de chuvas e outra de seca, e geralmente seus solos são considerados ácidos, o que requer uma “ajudinha” para produzir, com as chamadas correções de solo com calcário e adubação verde. Entre os desafios para os camponeses está o de compreender como funcionam os ecossistemas e microclimas do bioma e conviver com ele. Das florestas do cerrado aproveitam-se inúmeros frutos, sementes, troncos, galhos, enfim, há muitas propostas sendo estudadas e experimentadas que ora se cruzam, ora se complementam, no caminho da construção de processos de transição para a agroecologia, valorizando o extrativismo. Existem experiências

de aproveitamento de produtos nativos como baru, pequi e outros. Alguns frutos são considerados em extinção, como é o caso da guavira, que é uma fruta bastante apreciada pelos povos indígenas e pela população de maneira geral.

3.3 Soberania alimentar e a agroecologia: uma luta dos movimentos sociais do campo

No Brasil, as discussões políticas sobre segurança alimentar, de modo especial dizem respeito aos regulamentos sobre preços e estoques de alimentos disponíveis, a qualidade nutricional dos alimentos, e as políticas públicas de intersecção entre a sociedade civil e estado. Este tema vem sendo discutido pelo Estado brasileiro na medida em que a sociedade civil o coloca em evidência, valendo citar destaques como a obra “Geografia da Fome” de Josué de Castro (1946), passando pela “Campanha da Cidadania contra a Fome” organizada pelo Betinho, em 1992, até mais recentemente o famoso programa “Fome Zero”, iniciado pelo governo Lula, no ano de 2003. Ao longo de algumas décadas, na relação entre Estado e sociedade civil, chegou-se ao seguinte conceito de que segurança alimentar:

[...] consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (artigo 3º da Lei n. 11.346 de 15 de setembro de 2006).

Entretanto, enquanto o Estado brasileiro trabalha o conceito de segurança alimentar, os movimentos sociais do campo, através da Via Campesina Internacional, cunharam o termo “Soberania Alimentar”, como um projeto alternativo ao que está posto como hegemônico. Este conceito foi divulgado pela primeira vez em um encontro da Via Campesina Internacional, em Roma, em reunião paralela, durante a Conferência Mundial sobre Alimentação, no ano de 1996. Este tema é tratado pela pesquisadora Flavia Braga Vieira com o seguinte entendimento:

Esta articulação ganhou centralidade nas lutas antiglobalização. Esta centralidade foi alcançada, pois, para além das questões específicas da agricultura, as organizações-membro da Via Campesina enfrentam os

organismos internacionais capitalistas e defendem um projeto alternativo que se materializa na proposta da soberania alimentar (p. 1).

O assentamento Émerson Rodrigues é parte do MST, que por sua vez articula-se à Via Campesina, e que por sua vez, é articuladora das discussões que evidenciam as contradições a que estão submetidos trabalhadores do campo por todo o mundo. A pauta central das organizações tem sido repensar o tema do alimento como um direito inalienável à condição humana (e por que não dizer, animal, também?). Na medida em que esse tema é tratado como direito de todos os povos, há o entendimento de que os bens comuns como a terra, as sementes, os oceanos, a água, a biodiversidade do planeta são patrimônio da coletividade, da humanidade como um todo. Portanto, os movimentos camponeses vêm se posicionando fortemente contrários ao tema da alimentação transformada em apenas fonte de lucro. Pensadores e membros dos movimentos sociais, como João Pedro Stedile e Osvaldo León, sistematizam o seguinte entendimento sobre soberania alimentar:

É a necessidade e o direito de que em todos os lugares do mundo cada povo tem direito e dever de produzir seus próprios alimentos. É desse modo que se tem garantido a sobrevivência da humanidade, inclusive em condições mais difíceis. E está demonstrado biologicamente que em todas as partes de nosso planeta se pode produzir alimentos para a reprodução humana, a partir das condições locais (2014, p. 6).

É neste sentido que o tema da soberania alimentar para o MST e para a Via Campesina diz respeito à capacidade de autodeterminação de cada povo, ao direito de decisão sobre o território, ao direito de decidir o que comer e o que produzir. As organizações questionam até que ponto têm soberania territorial e alimentar os países cujas ações são pautadas pelos acordos com os organismos internacionais, cuja aliança deve ser administrada pelos Estados nacionais a serviço das empresas transnacionais que chegam aos países e interferem diretamente no modo de vida de populações inteiras. Conforme Peter Rosset, estudioso da questão, a partir dos impactos que esses acordos provocam,

[...] a alimentação de um povo é um tema de segurança nacional, de soberania nacional. Se para alimentar sua população, uma nação deve depender dos caprichos do mercado internacional, ou da vontade de uma superpotência ao utilizar os alimentos como instrumentos de pressão internacional, ou da imprevisibilidade e dos altos custos de transporte de longa distância, esse país não está seguro, seja com respeito a segurança nacional ou a segurança alimentar (ROSSET, 2004, p. 1).

No interior da Via Campesina, há uma articulação das mulheres camponesas, que vem denunciando vários casos, como por exemplo, da República Dominicana, que até os anos 1970 era autossuficiente na produção de alimentos e que, à mercê dos acordos incluídos nos Tratados de Livre Comércio, atualmente importa, principalmente dos Estados Unidos, 65% dos produtos de primeira necessidade, e tem 60% de sua população abaixo da linha da pobreza (Via Campesina, p. 19). As mulheres denunciam que há em curso um processo de associação dos produtos do campo com má qualidade e à chamada falta de condições sanitárias, o que ajuda a dismantelar as organizações locais como as feiras populares, por exemplo, em detrimento das grandes redes de empresas de alimentos. Para as mulheres da Via:

Com este tipo de indícios comerciais as possibilidades do controle planetário das corporações se multiplicam e, por sua vez, as relações de poder patriarcais e capitalistas adquirem novos contornos. Pois já não se trata somente do *acaparamiento*⁸⁵ de recursos, a terra, a água e os créditos sobre o trabalho das pessoas, senão do controle absoluto do mercado sobre as dinâmicas sociais e até da apropriação da vida mesma (SENRA; LEON, 2009, p. 24).

Entre as questões centrais para as mulheres da Via Campesina, o tema das sementes “e o conhecimento associado a elas que são parte fundamental e insubstituível da soberania alimentar dos povos” (CLOC, 2010, p. 4), tem sido uma das estratégias de resistência, posição que encontra eco nos depoimentos que encontramos no assentamento e nas estratégias de produção de alimentos organizadas pelas mulheres do assentamento Émerson Rodrigues. Para estas mulheres “as sementes são obra camponesa e indígena, uma criação coletiva que reflete a história dos povos e especialmente, de suas mulheres, que foram suas criadoras e se tem mantido através da história como guardiãs e melhoradoras” (CLOC, 2010, p. 4).

[...] o acesso do campesinato e das pessoas sem terra a terra, a água, a sementes e a crédito. Daí a necessidade de reformas agrárias, da luta contra os organismos geneticamente modificados, o livre acesso a sementes, a manutenção da água em sua qualidade de bem público que se reparta de forma sustentável. (MULHERES DA VIA, P. 27).

⁸⁵ Este termo é utilizado pela Via Campesina para referir-se à apropriação das terras e outros bens naturais pelas empresas transnacionais.

Para Esther Vivas, da Via Campesina Internacional (2012, p. 2), para as mulheres camponesas, que são as principais produtoras de alimentos, encarregadas de trabalhar a terra, manter as sementes, coletar os frutos, conseguir água, “é necessário que esta soberania alimentar seja profundamente feminista, já que sua consecução somente será possível a partir da plena igualdade entre homens e mulheres e o livre acesso aos meios de produção, distribuição e consumo de alimentos” (VIVAS, 2012, p. 3). Parte das mulheres assentadas no Émerson Rodrigues, seja por contaminação pelos agrotóxicos, seja pela formação da consciência em resistir ao modelo atual, ou pelas experiências onde redescobrem que existem vários modos de produzir alimentos, visualiza que existe uma tendência a investir em processos de transição para a agroecologia, como no depoimento a seguir:

Sempre fomos nós que estivemos aqui plantando... até que eu me intoxiquei com veneno. Foi por causa disso, eu passava na hora em que não deveria passar, e era o tempo que eu tinha para passar... e até por isso, porque me intoxiquei, que resolvemos passar para o orgânico e o agroecológico (Michely, 25 anos, coordenação do assentamento).

Os movimentos sociais do campo, em um encontro de “Formação de Formadores em Agroecologia”, realizado em 2009, na Venezuela, redigiram a carta do Encontro, na qual reafirmaram que a agroecologia é uma “construção política, popular, social, cultural, ancestral, científica, econômica, estratégica e de classe” e

[...] é necessária para que os povos garantam a soberania alimentar e energética para a emancipação humana, e também, a agroecologia é vital para o avanço das lutas dos povos para a construção de uma sociedade onde não haja propriedade privada dos meios de produção e dos bens naturais, sem nenhum tipo de opressão e exploração (p. 2).

A agroecologia pode ser considerada uma ciência de caráter multidisciplinar, com princípios, conceitos e metodologias que podem ser trabalhados a partir da adoção de qualquer local como uma unidade de estudo e análise para ser planejado um processo de transição para o sistema agroecológico. Entretanto, o conhecimento produzido a partir da localidade até poderá contribuir para análise de outros locais, porém, consideramos que cada realidade tem uma experiência e conhecimentos específicos a partir de seu agroecossistema⁸⁶. Neste sentido,

⁸⁶ “Agroecossistema é a unidade fundamental de estudo, na qual os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são vistas e analisadas em seu conjunto. Sob

Estamos tratando de algo que requer um novo enfoque paradigmático, capaz de unir os saberes populares com os conhecimentos criados por diferentes disciplinas científicas de modo a dar conta da totalidade dos problemas e não do tratamento isolado de suas partes (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2009, p. 76).

Um estudo de caso conhecido sobre a agroecologia é o de Cuba, com experiências locais e até em nível nacional de autodependência e segurança alimentar. Com o colapso do Bloco Socialista da União Soviética, o país rapidamente mergulhou em um estado de baixo nível de produção de alimentos. Isso impulsionou, em 1990, o presidente Fidel Castro a anunciar o “Período Especial de Paz” e reconstruir as bases da agricultura no país. Havana tornou-se a província produtora mais importante. Isso se deu a uma série de medidas, como, divisão das fazendas estatais em fazendas menores, rede nacional de pequenos laboratórios que produzem grandes variedades de agentes de controle biológico, nova ênfase entre agricultores e extensionistas, capacitação agroecológica para produtores⁸⁷.

Em um texto intitulado “A segurança alimentar e a produção local de biopesticidas em Cuba” (2010), os autores Peter Rosset e Monica Moore fazem uma análise a partir de estudos de casos sobre os níveis de produtividade na agroecologia. Para os autores, a partir de estudo de casos de programas de agroecologia na América Central e na Região Andina (Bolívia, Peru e Chile), diagnosticaram-se casos em que a adoção desta tecnologia proporcionou que o rendimento de cereais quadruplicasse, por exemplo, passando de 400 kg por hectare para 1.600 kg por hectare. Até porque há “maior produtividade por unidade de superfície obtida nos sistemas agroecológicos integrados que produzem muitas variedades de cultivos junto com gado e árvores” (p. 1). Sobre o custo de produção, demonstra a pesquisa que ele é cerca de 22% menor que o de usuários de produtos químicos e produtores de monocultivos. Os autores questionam que para a adoção da agroecologia teria que se fazer mudanças profundas, o que equivale a dizer que

Há que dismantelar os subsídios e os incentivos de políticas dados aos métodos convencionais de aplicação de substâncias químicas, e mudar as

o ponto de vista da pesquisa agroecológica, seus objetivos não são a maximização da produção de uma atividade particular, mas a otimização do agroecossistema como um todo, o que significa a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais (Altieri, 1989). Nesta perspectiva, parece evidente a necessidade de adotar-se um enfoque holístico e sistêmico em todas as intervenções que visem transformar ecossistemas em agroecossistemas” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 11).

⁸⁷ Texto: “A segurança alimentar e a produção local de biopesticidas em Cuba”. Peter Rosset Y Monica Moore (s/d, mimeo).

estruturas institucionais, as associações e os processos educativos para que possa florescer o método agroecológico. Ademais se faz necessário incorporar métodos de desenvolvimento que sejam participativos e fáceis de usar para os agricultores (ROSSET; MOORE, 2010, mimeo).

Finalmente, cabe destacar que este modelo agrícola, traz consequências irreparáveis à natureza e aos seres humanos. Para os pesquisadores Pinheiro Machado e Filho (2014), já existe em andamento um grave processo de perda da biodiversidade que influi diretamente na manutenção de espécies da flora (e, também da fauna) pois

[...] há 150 anos a humanidade se alimentava com o produto de 3 mil espécies vegetais que, em 90% dos países eram consumidas localmente. Hoje, quinze espécies respondem por 90% dos alimentos vegetais e quatro culturas – trigo, milho, arroz e soja – respondem por 70% da produção e do consumo mundiais (MACHADO, 2012, p. 49).

Este modelo agroalimentar tem condenado os seres humanos a uma dieta homogênea, com elevado índices de obesidade, de diabetes juvenil, e outras doenças destes tempos atuais, uma espécie de “subnutrição crônica”. O “Guia Alimentar para a População Brasileira”⁸⁸ lançado pelo Ministério da Saúde em 2014, analisa a situação do padrão de alimentação da população e lança orientações gerais considerando as mudanças ocorridas nos últimos anos:

[...] as principais mudanças envolvem a substituição de alimentos *in natura* ou minimamente processados de origem vegetal (arroz, feijão, mandioca, batata, legumes e verduras) e preparações culinárias à base desses alimentos por produtos industrializados prontos para consumo. Essas transformações, observadas com grande intensidade no Brasil, determinam, entre outras consequências, o desequilíbrio na oferta de nutrientes e a ingestão excessiva de calorias (p. 18).

O documento apresenta também os dados que vão de encontro às consequências do modelo hegemônico de padrão agroalimentar. Evidentemente, elas são graves, porque o fato é que

[...] a frequência da obesidade e do diabetes vem aumentando rapidamente. De modo semelhante, evoluem outras doenças crônicas relacionadas ao consumo excessivo de calorias e à oferta desequilibrada de nutrientes na alimentação, como a hipertensão (pressão alta), doenças do coração e certos

⁸⁸ Disponível em: <www.fsp.usp.br/nupens>.

tipos de câncer. Inicialmente apresentados como doenças de pessoas com idade mais avançada, muitos desses problemas atingem agora adultos jovens e mesmo adolescentes e crianças (p. 18).

Estamos diante de um quadro assustador se não forem construídas outras formas de relação entre os seres humanos e a natureza. Compreendemos que é necessário mais do que nunca colocar em evidência o caráter depredatório deste modelo econômico e suas consequências à natureza e aos seres humanos. Do ponto de vista da reação da sociedade civil, atualmente existe no Brasil, desde o ano de 2011, uma rede de articulação de mais de 100 movimentos sociais e populares e entidades que integram o Comitê Nacional da Campanha Nacional contra o uso de agrotóxicos e pela vida⁸⁹.



Figura V: logomarca da Campanha, disponível em: www.contraosagrototoxicos

O Comitê Nacional da Campanha, junto com a Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz/Ministério da Saúde), e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, lançou um dossiê⁹⁰ chamado “Impactos dos agrotóxicos na saúde”⁹¹, onde analisa que nos últimos 10 anos “o mercado brasileiro de agrotóxicos cresceu em 190%. Em 2008, o Brasil ultrapassou os Estados Unidos e assumiu o posto de maior mercado mundial de agrotóxicos”, representando 19% do mercado global (p. 13). Na pesquisa apresentada, em 2011, os dados de plantação de 71 milhões de lavouras temporárias (soja, milho, cana, algodão) e permanente (café, cítricos, frutas, eucaliptos), correspondem ao total de 4,5 litros de agrotóxicos por habitante no país (p. 14). Notícia recente diz que o consumo de agrotóxico bateu novo recorde no Brasil⁹². As pesquisas ainda apresentam que um terço dos alimentos consumidos cotidianamente está contaminado pelo

⁸⁹ Disponível em: <www.contraosagrototoxicos.org>.

⁹⁰ “A história da construção dos Dossiês começa no período de 2009 a 2011, quando a Abrasco integrou o processo de construção do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências em Agroecologia, Justiça e Saúde Ambiental, Soberania Alimentar, Economia solidária, e Feminismo (<<http://dialogoseconvergencias.org/>>), realizado em Salvador em setembro de 2011. Esse processo de articulação entre redes de movimentos sociais possibilitou a partilha da leitura da natureza da crise civilizatória vivenciada e das alternativas a ela, que colocam a humanidade numa encruzilhada histórica, e se manifesta em diversas outras crises: econômica, socioambiental, energética e alimentar” (ABRASCO, v. 3, p. 34).

⁹¹ Disponível em: <<http://abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/>>

⁹² Disponível em: <www.agrolink.com.br>: “Importação de agroquímico bate novo recorde em 2014” (30/4/2015).

uso dos agrotóxicos, segundo análise de amostras coletadas em todas as 26 Unidades Federadas.

Segundo o Dossiê existe um parâmetro chamado DDA (Doses Diárias Aceitáveis) para que organismo aceite e adapte-se ao agrotóxico, de maneira contínua e prolongada. Sobre o glifosato⁹³, que era proibido na Europa e voltou a ser reprovado com aumento da DDA de 0,3 para 0,5 mg/k (de peso corporal), com base nos relatórios de um consórcio de empresas químicas como a Monsanto e outras.

Segundo a Anvisa, “dos 50 agrotóxicos mais utilizados nas lavouras de nosso país, 22 são proibidos na União Europeia” (CARNEIRO *et al.*, 2012, p. 20), o que torna o Brasil o maior consumidor de agrotóxicos já banidos por outros países, o que equivale a dizer que os produtos químicos comprovados cientificamente que causam danos ao meio ambiente e à saúde em outros lugares do mundo, continuam em circulação no Brasil.

A Agência Internacional para Investigação sobre Câncer (IARC⁹⁴, sigla em inglês), confirmou recentemente a relação direta do glifosato como agente potencial de câncer em humanos e animais. Baseados nesta pesquisa, o MPF pediu a suspensão do uso do glifosato e mais oito tipos de agrotóxicos no Brasil. O documentário “O veneno está na mesa”⁹⁵ (I e II), do cineasta Sílvio Tendler, traz informações sobre a contaminação e sobre o mundo do trabalho, além de escancarar a posição dos políticos do país sobre o uso de agrotóxicos e a saúde humana, como no caso da senadora e ministra da agricultura Kátia Abreu que afirma no referido documentário que não há outra alternativa, e que a população pobre deve comer veneno sim. Outro destaque do dossiê é a pesquisa do professor da UFMT, médico e doutor na área de toxilogia, Wanderlei Pignati, sobre o caso da contaminação leite materno, a partir do estudo de caso na cidade de Lucas do Rio Verde/MT, cidade vítima do da contaminação por pulverização aérea. Outro caso semelhante aconteceu em Rio Verde/GO, onde uma escola dentro de um assentamento sofreu um ataque de venenos contaminando quase 100 pessoas, sendo a grande maioria de crianças que brincavam no pátio na hora em que o piloto do avião

⁹³ O glifosato é o herbicida mais utilizado na agricultura em todo o mundo, produzido pela Monsanto há mais de 20 anos.

⁹⁴ International Agency for Research on Cancer, ligada a OMS (Organização Mundial de Saúde).

⁹⁵ Disponível em: <www.mst.org.br/campanha-contra-o-uso-de-agrotóxicos>. Sinopse: “O Brasil é o país do mundo que mais consome agrotóxicos: 5,2 litros/ano por habitante. Muitos desses herbicidas, fungicidas e pesticidas que consumimos estão proibidos em quase todo mundo pelo risco que representam à saúde pública”.

agrícola pulverizou veneno sobre elas⁹⁶. Os estudos realizados demonstram⁹⁷ que, segundo Pignati

[...] as grandes regiões produtoras onde tem maior incidência de câncer, má formação, intoxicação aguda. Você tem 80% a 90% desmatado nesses lugares. Se está desmatado, é porque está se plantando soja, milho e algodão até a beira das casas. Mato Grosso produz 50% do algodão do Brasil e é justamente a cultura que mais usa agrotóxico. No Mato Grosso, em média, um hectare de soja usa dez litros de agrotóxico: herbicida, inseticida, fungicida e o dessecante. O milho usa seis litros. A cana, quatro litros e o algodão, vinte.

Outro fato também apontado pelas pesquisas da Abrasco e pelo professor Pignati é sobre a água que consumimos. Na entrevista, o professor⁹⁸ chama atenção para as portarias de orientação de tratamento e uso das águas no Brasil, as quais mudam de acordo com esse ritmo de “desenvolvimento”. Ele compara o Brasil com a União Europeia, onde enquanto lá é permitido ter no máximo 5 tipos de agrotóxicos aqui são 22 tipos. O médico e pesquisador alerta que

O litro de água que você bebe hoje, de acordo com essa portaria, pode ter 13 tipos de metais pesados, 13 tipos de solventes, 22 tipos de agrotóxicos diferentes e 6 tipos de desinfetantes. Hoje, a questão mais importante na contaminação da água não é mais a bactéria, mas toda essa contaminação química.

Sobre os índices de contaminação por agrotóxicos, o Dossiê traz o registro de contaminações em diversas partes do Brasil, revelando que foram constatadas:

[...] no Mato Grosso do Sul, no período de 1992 a 2002, as intoxicações provocadas por agrotóxicos na microrregião de Dourados. Foi observada correlação entre a prevalência de intoxicações e de tentativas de suicídio pela exposição a agrotóxicos, principalmente nas culturas de algodão e feijão. Os municípios de Dourados, Fátima do Sul e Vicentina se apresentaram como mais críticos na microrregião de Dourados. Os inseticidas foram a principal classe de agrotóxicos envolvidos nas ocorrências, principalmente

⁹⁶ No município de Rio Verde / GO, a Escola Municipal São José do Pontal, localizada dentro do assentamento Pontal dos Buritis, sofreu um “banho de agrotóxico” ocasionando um acidente nas mesmas proporções que o acidente que ficou conhecido como “césio 137 em Goiânia”. Foram contaminadas 93 pessoas, pelo veneno Engeo Pleno, da empresa Syngenta. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/2013/07/10/campanha-contra-os-agrotoxicos-exige-a-proibicao-da-pulverizacao-aerea/>>

⁹⁷ Conferir entrevista na íntegra: <<http://www.viomundo.com.br/entrevistas/wanderlei-pignati-dinheiro-para-a-vigilancia-de-boi-e-soja-tem-para-a-saude-do-homem-nao.html>>. Publicada em 22/3/2013.

⁹⁸ Entrevista entrevista na íntegra: <<http://www.viomundo.com.br/entrevistas/wanderlei-pignati-dinheiro-para-a-vigilancia-de-boi-e-soja-tem-para-a-saude-do-homem-nao.html>>. Publicada em 22/3/2013.

organofosforados e carbamatos, corroborando outros estudos (ABRASCO (I), p. 65).

O dossiê aponta mais dados sobre a região de Dourados, pesquisas nem sempre disponíveis para a população, fazendo assim que não haja debates mais esclarecedores sobre o tema, como vemos a seguir:

A região de Dourados é a maior produtora de algodão do Mato Grosso do Sul, sendo caracterizada por grandes propriedades, onde predominam a pulverização de agrotóxicos por tratores e aviões agrícolas. Estudos demonstraram que nesta região a incidência de suicídios é a maior de todas as outras regiões do Estado, com exceção da capital (DOSSIÊ ABRASCO, Parte 3, p. 35).

O tema do suicídio entre os índios guarani vem sendo estudado pelas ciências humanas e sociais há algumas décadas. Longe de querer uma resposta positivista, os dados apontam alguns dados objetivos, como:

Em 2008, o índice de suicídios entre os Guarani-Kaiowás chegou a 87,97 por 100 mil habitantes, muito acima da média nacional de 2007 que foi de 4,7 por 100 mil habitantes, conforme relatório do Ministério da Saúde. Na reserva de Dourados, o índice de homicídios é 495% maior do que a média brasileira, segundo relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (DOSSIÊ ABRASCO, Parte 3, p. 35).

Ainda o dossiê cita que no bioma pantanal, compreendido pelos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, foram estudados os rios Taquari, Coxim, Negro, Aquidauana, Miranda, Jauru, Paraguai, Cuiabá, São Lourenço, Vermelho, Itiquira e Correntes. As amostras foram coletadas na época das primeiras chuvas fortes quando começa o ciclo das chuvas e, então, os agrotóxicos junto com outros agentes são empurrados para dentro dos rios. Foram encontrados agrotóxicos do tipo piretróides em valores acima do permitido⁹⁹, além do DDT produto proibido no Brasil desde 1985. Segundo o dossiê

[...] implica em efeitos na saúde e ambiente a médio e longo prazo, como a diminuição do potencial biológico de espécies animais (diminuição do sucesso reprodutivo dos peixes, por exemplo) e vegetais. Também haverá impactos na saúde humana, como aumento da incidência de cânceres, malformações fetais, distúrbios neurológicos, hormonais e outros efeitos

⁹⁹ Resolução do Conama 344/04.

crônicos na população pantaneira e de todos que vivem na bacia do pantanal mato-grossense (ABRASCO, p. 86).

Atualmente utiliza-se o termo “refugiados climáticos” para referir-se às pessoas que têm que migrar em busca de lugares suportáveis para viver, fugindo das catástrofes ambientais como secas, inundações, avalanches, tsunamis etc. A Via Campesina lançou uma carta¹⁰⁰ no dia 1º de maio deste ano (2015), onde denuncia que a crise climática mundial é consequência do atual modelo de desenvolvimento, e que

O termo “refugiado climático” se utiliza hoje em dia para descrever aquelas e aqueles que dentre nós são expulsos de suas terras pelas crises climáticas mundiais, a industrialização da alimentação e por um sistema social que culpabiliza a suas vítimas e perdoa seus atores (Via Campesina, 2015, p. 2).

Dois fatos recentes, enquanto finalizamos esta pesquisa, acontecem no Brasil no cenário da guerra de posição entre o agronegócio e as forças populares. Um dos fatos foi a aprovação do plantio do eucalipto transgênico pela CTNBio no dia 9 de abril de 2015. No mês anterior houve uma reunião para a aprovação, porém teve que ser adiada por causa da mobilização das mulheres do MST e da Via Campesina em Suzano. Para o pesquisador Leonardo Melgarejo isto vai gerar impactos ainda não medidos, pois,

Uma lavoura sedenta será substituída, após cinco anos, por outra lavoura sedenta, que em cinco anos dará lugar a outra. As áreas com florestas de eucalipto serão bombas de sucção d’água, trabalhando em metabolismo acelerado até que acabe a água¹⁰¹.

Segundo as fontes da Via Campesina, entre os vários fatores analisados, um dos pontos-chave é que o eucalipto transgênico vai consumir mais que os 20 litros de água que o eucalipto comum consome, extrairá mais da terra porque seu ciclo ao invés de 8 anos passará para 5 anos, terá mais consumo de agrotóxicos o que contaminará ainda mais as águas, e as abelhas serão contaminadas por um agente químico que atua diretamente no seu sistema nervoso central desorientando a volta para a colmeia, atrapalhando a quantidade de produção

¹⁰⁰ Disponível em: <<<http://racismoambiental.net.br/2015/05/02/declaracion-de-la-via-campesina-sobre-la-migracion-y-los-trabajadores-rurales/>>>. Acesso em: 8 maio 2015.

¹⁰¹ Disponível em: <<<http://www.mst.org.br/2015/04/08/eucalipto-transgenico-vai-sugar-agua-ate-que-ela-acabe.html>>>.

de mel e, além disso, a produção estará contaminada pelos transgênicos e enfim não poderá mais ser comercializada como produção agroecológica ou orgânica¹⁰².

Outro acontecimento que envolve esta discussão foi a acalorada votação ocorrida no dia 27 de abril de 2015, o PL 4148/2008, do deputado ruralista Luiz Carlos Heinze, do Partido Progressista do Rio Grande do Sul, que defende a não mais obrigatoriedade da letra “T” na rotulagem de alimentos elaborados com transgênicos¹⁰³. As organizações sociais e os órgãos de defesa dos direitos dos consumidores se posicionaram, como vemos a seguir. Em reação, também a sociedade brasileira lançou uma carta aos senadores¹⁰⁴.



Foto 29: manifestação dos movimentos sociais camponeses em Brasília durante votação da rotulagem de alimentos transgênicos.

Foto 30: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/veja-a-lista-de-deputados-que-derrubaram-a-rotulagem-de-alimentos-transgenicos-4519.html>>

¹⁰² Ver reportagem em: <<http://ihu.unisinos.br/entrevistas/542125-aprovacao-de-eucalipto-transgenico-atende-interesse-do-mercado-de-pasta-de-celulose-entrevista-especial-com-leonardo-melgarejo>>

¹⁰³ Ver em: <<http://www.mst.org.br/2015/04/29/camara-aprova-pl-que-derruba-a-obrigatoriedade-da-rotulagem-de-alimentos-transgenicos.html>>

¹⁰⁴ Senadores: A Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que fere um direito adquirido por nós consumidores. A retirada do símbolo que identifica os alimentos transgênicos é uma afronta ao nosso direito de escolher se queremos ou não consumir esse tipo de alimento. Desde 2012 a reputação dos transgênicos foi abalada. A publicação da pesquisa do francês Seralini de dois anos com ratos alimentados com transgênicos cujo resultado foram tumores gigantes, reabriu a discussão sobre a propalada inocuidade dos transgênicos. A Organização Mundial da Saúde reconheceu que o glifosato, o agrotóxico mais usado nas plantas transgênicas, é potencialmente cancerígeno. Antes da soja transgênica aparecer “oficialmente” no mercado brasileiro, o limite máximo do agrotóxico glifosato aceitável pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) passível de presença em soja, era de 0,2 miligramas por quilo de grão. No período próximo a liberação do cultivo de soja transgênica no Brasil, a Anvisa, pressionada pela indústria dos agrotóxicos, decidiu aumentar o índice aceitável de glifosato presente no grão em 50 vezes, ou seja, de até 10 miligramas de glifosato por quilo de grãos de soja transgênica. Não tem como não reconhecer o aumento vertiginoso dos casos de câncer no Brasil.

O Instituto Nacional do Câncer recentemente divulgou um alerta relacionando essa epidemia de câncer com o largo uso de agrotóxicos nos alimentos e que um dos responsáveis por esse crime é a plantação de transgênicos que exige muito veneno. A Abrasco também recentemente lançou um Dossiê afirmando que cada brasileiro consome em média 7,3 litros de agrotóxicos por ano nos alimentos. Por isso pedimos que o Senado não só não aprove esse projeto de lei, como exija que a lei da rotulagem com o triângulo amarelo com o T seja mais rigorosa, pois sabemos que muitos alimentos têm ingredientes transgênicos e não são rotulados. Quem quiser mandar essa carta, ou ainda acrescentar mais detalhes pros Senadores, aqui vai a lista dos Senadores, seus telefones, fax e emails: <<http://www.senado.leg.br/>>

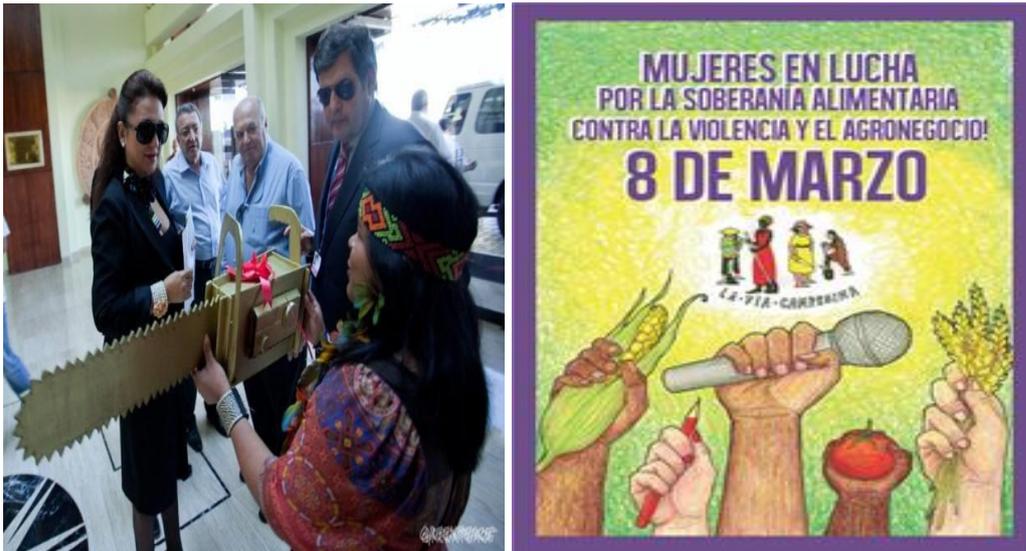
Ainda na reta final de nossa pesquisa, foi veiculada a notícia por um jornal local, de que, em evento realizado no dia 12 de maio de 2015, no Ministério Público Federal em Campo Grande, o procurador Marco Antonio Delfino de Almeida, coordenador estadual da Comissão de Combate aos Agrotóxicos, chamou atenção para os impactos na natureza e na saúde humana. E a pesquisa apresentada pelo professor Pignatti (UFMT, Fiocruz), coloca o Estado de Mato Grosso do Sul numa posição assustadora, muito além da média nacional do consumo de agrotóxico por habitante. Enquanto a média nacional é 7,3 segundo o Dossiê da Abrasco, o Estado de Mato Grosso do Sul possui a média de consumo de 40 litros de agrotóxico por pessoa e o Estado de Mato Grosso a média de 50 litros por pessoa¹⁰⁵. Na Universidade de Brasília também encontramos outro pesquisador conceituado na área, o Professor Fernando Ferreira Carneiro, membro da Abrasco e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, que questiona¹⁰⁶:

A pergunta que não quer calar é: no momento em que a população brasileira espera um Estado que garanta o direito constitucional à saúde e ao ambiente por que estamos vendo o contrário? Na maioria dos estados brasileiros, os agrotóxicos não pagam impostos. O Estado brasileiro tem sido forte para liberalizar o uso de agrotóxicos, mas fraco para monitorar e controlar seus danos à saúde e ao ambiente. Enquanto isso, todos nós estamos pagando para ser contaminados....

No âmbito da política brasileira, temos na região Centro-Oeste os expoentes mais conhecidos defensores do agronegócio, como o senador Ronaldo Caiado, de Goiás, e a senadora e atual ministra da Agricultura e Pecuária, Katia Abreu, de TO, que chegou a ganhar o prêmio de “rainha da motosserra”, na época do debate em torno do “Novo Código Florestal” que derrubou direitos adquiridos das leis de proteção ambiental. As forças conservadoras, sintetizadas no que as organizações sociais chamam bancada dos 3 b (bíblia, boi, bala) que ganharam mais cadeiras no senado federal nas últimas eleições (outubro de 2014), estão em aliança nas mudanças das legislações trabalhistas, questões territoriais, direitos indígenas, questões de previdência social, entre outros, que demonstram perda de direitos adquiridos na Constituição de 1988.

¹⁰⁵ Verificar em: <<http://www.douradosagora.com.br/brasil-mundo/meio-ambiente/cada-morador-de-ms-consome-40-litros-de-agrotoxico-por-ano>>. Notícia do dia 15/5/2015. Acesso em: 23 maio 2015.

¹⁰⁶ Conferir em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/artigo.php?id=668>>. Matéria: “O agronegócio brasileiro: um gigante de pés de barro”.



¹⁰⁷ **Foto 31:** senadora Kátia Abreu recebendo uma motosserra de uma mulher liderança indígena em protesto durante as votações do novo Código Florestal brasileiro.

Foto 32: cartaz do dia 8 de março de 2015, da organização das mulheres da Via Campesina.

Vê-se que estamos diante de um quadro grave, um colapso neste sistema para quem não há fronteiras de nenhuma espécie. Quem se opõe a esse sistema sabe que enfrentará todas as formas de violência. O Relatório da ONG Global Witness fez um levantamento sobre os casos de assassinatos em todo o mundo, das pessoas que defendem os direitos da terra e do meio ambiente. E, assustadoramente, o Brasil detém 49% dos assassinatos destes cidadãos, pois “as regiões mais afetadas são também as que registraram violência contra os ativistas que tentam impedir a destruição da mata”¹⁰⁸. O relatório conclui então que “de trás da violência, geralmente se escondem grandes proprietários de terras, interesses comerciais, atores políticos e agentes do crime organizado” (p. 4).

¹⁰⁷ Artigo de 08/12/2010. “Nesta quarta-feira (8), na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em Cancún, México, a presidente da Confederação Nacional da Agropecuária (CNA) e parlamentar da bancada ruralista no Congresso, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), foi “premiada” com o irônico troféu Motosserra de Ouro, concedido pela ONG Greenpeace a personalidades que, segundo a entidade, contribuem para o aumento do desmatamento no Brasil. A senadora desprezou o “prêmio” e não quis pegar a motosserra dourada. Na conferência, Kátia Abreu apresentou o projeto Biomas, da Embrapa. Durante sua apresentação, a senadora classificou a reserva legal (área a ser obrigatoriamente preservada dentro de um terreno) como um “corpo estranho” na propriedade rural que afeta o lucro”. Fonte: www.congressoemfoco.uol.br/noticias

¹⁰⁸ Veja matéria intitulada: “Brasil é responsável por metade das mortes de ambientalistas” <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/04/15/sociedad/1397591905_402817.html>.

De outro lado, também há os enfrentamentos às estratégias capitalistas que insistem no “capitalismo verde” como uma alternativa à onda destrutiva que se impõe sobre os recursos naturais e finitos. Retirando o tema da luta de classe dentro do modo de produção capitalista, restam as medidas paliativas que insistem em colocar o capitalismo como a única alternativa para a humanidade. Mészáros (2002) coloca em evidência que um sistema onde menos de 5% da população consome 25% do total dos recursos energéticos disponíveis no planeta, está fadado a uma crise crônica, estrutural, que pode levar à destruição global da humanidade, por ser um modelo econômico de caráter altamente depredatório, não encontrando limites “qualquer que tenha sido esta: obstáculos naturais ou fronteiras culturais e nacionais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 252).

É da natureza do capital não reconhecer qualquer medida de restrição, não importando o peso das implicações materiais dos obstáculos a enfrentar, nem a urgência relativa (chegando a emergência extrema) em relação a sua escala temporal. A própria ideia de ‘restrição’ é sinônimo de crise no quadro conceitual do sistema do capital (MESZAROS, 2002, p. 253).

Do ponto de vista da articulação dos movimentos sociais ligados à defesa da soberania alimentar e a agroecologia, existe também a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) à qual estão vinculados grupos de mulheres de vários movimentos sociais do campo, dentre eles as mulheres do MST e do MMC. No ano de 2014 houve o III ENA (Encontro Nacional de Agroecologia) em Juazeiro/BA, que divulgou uma carta de preparação do GT das mulheres da ANA afirmando “[...] não há como construirmos uma agroecologia crítica e transformadora que prima por uma visão ética de justiça social e ambiental sem assumirmos também a luta feminista”¹⁰⁹.

No dia 5 de março de 2015, cerca de mil mulheres do MST e outros movimentos sociais, ocuparam uma empresa em Suzano/SP, onde são realizados testes nos cultivares de eucalipto transgênico (também conhecido como H421), e lá protestaram contra sua liberação, por parte da CTNBio¹¹⁰ para plantio no Brasil. Para as mulheres, a liberação prejudica camponeses em todas as partes, já que a contaminação do mel vai acontecer e os produtos serão desclassificados como agroecológicos e orgânicos. Além disso, a liberação desconsidera

¹⁰⁹ Disponível em: < <http://enagroecologia.org.br/files/2014/05/Folheto-mulheres-no-ENA.pdf>>.

¹¹⁰ CTNBio: Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.

danos ambientais e hídricos à saúde e o alto uso de agrotóxicos.¹¹¹ As mulheres do MST, vinculadas aos assentamentos por todo o Brasil, incluindo o Assentamento Émerson Rodrigues, entretanto, sabem que é preciso mais que ações pontuais, como as que são organizadas na Semana do 8 de março, mas entendem as ações de mobilização de massa e de formação de consciência como parte de uma guerra pelas consciências, de caráter popular, prolongada e permanente



Foto 33: Mulheres do Assentamento estudando sobre horticultura. Foto da autora/2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diversos elementos que pudemos organizar para esta dissertação nos revelam que, mais do que nunca, torna-se necessário, para a atualidade do nosso debate acerca da realidade que vivemos hoje e da posição que as mulheres e a classe trabalhadora de modo geral ocupam na sociedade, analisar este conjunto a partir do tripé “capitalismo-patriarcado-racismo”.

Nossa geração, sob a égide do sistema capitalista, convive cotidianamente com os rastros da alta concentração de renda que, no mundo inteiro, nos choca com os enormes contrastes e aberrações impostos por um sistema de caráter concentrador e exploratório. De outro lado, ideologicamente somos bombardeados para nos manter submissas e naturalizar este tipo de relação onde se reproduzem os valores individualistas, autoritários, machistas e perversos que o sistema impõe.

¹¹¹ Veja matéria completa em: <www.ihu.unisinos.br/noticias/540548> - camponesas ocupam suzano contra liberação de eucalipto transgênico.

Este modelo de desenvolvimento capitalista tem produzido no mundo inteiro rastros de matança de pessoas e um nível de degradação ambiental jamais visto antes. Enquanto escrevo estas linhas finais sobre este trabalho, há dois dias, um avião sobrevoa passando veneno no entorno da escola família agrícola¹¹² onde atuo como diretora, no município de Maracaju, neste momento da minha pesquisa e nesta etapa da vida. Nisso reside uma explícita demonstração de que não temos liberdade nem para escolher plantar sem venenos em nossos campos. Também não podemos comer alimentos sem venenos, e nem respirar ar puro. Nem podemos ter as nossas fontes de água protegidas, e ter os animais livres de contaminações. Também não podemos ter saúde plena. Ou seja, estamos vivendo uma espécie de ataque numa zona de guerra, e no lugar das bombas estão os litros de veneno por todos os lados!

Se, de maneira geral, a classe trabalhadora tem suportado um nível de exploração cada vez mais acentuado, sobre as mulheres camponesas essa realidade se torna ainda mais cruel quando analisadas as condições de vida de uma rotina de cerca de 12 horas de trabalho ao dia. As condições para a emancipação humana supõem tempo livre para estudar, para aprender novos conhecimentos, para fazer arte, para ter autodeterminação sobre si mesmo, sobre seu trabalho, sobre seu corpo.

Entretanto, é também no trabalho das mulheres que encontramos o planejamento da produção de alimentos para o sustento mais imediato das famílias. São elas que na sua grande maioria continuam plantando as ervas medicinais, continuam trocando as sementes e melhorando a biodiversidade, criam condições para que os pássaros e os pequenos animais tenham abrigo e alimentos. Enfim, cuidam de uma espécie de reconstrução do espaço onde estão do ponto de vista ambiental e social. Praticam, mesmo sem saber (que tem esse nome), elementos da ciência que conhecemos como agroecologia. E nas suas práticas, constroem a soberania alimentar chocando-se frontalmente com o modelo do agronegócio que impõe um ritmo exploratório e desagregador das comunidades.

¹¹² Escola Família Agrícola Rosalvo Rodrigues da Rocha, localizada a partir de janeiro do ano de 2015 no município de Maracaju, maior produtor estadual de soja e milho, e o 4º maior de cana-de-açúcar. É considerado a capital estadual do agronegócio. A escola trabalha com adolescentes e jovens oriundos das áreas de assentamentos da reforma agrária de todo o Estado de Mato Grosso do Sul, onde faz formação do Ensino Médio integrado com o Técnico em Agropecuária com ênfase em Recursos Naturais, tendo como objetivo os princípios da ciência agroecológica para viabilizar a agricultura familiar e camponesa. Além das aulas teóricas, os estudantes fazem as práticas agroecológica no campo escola e nas comunidades onde vivem. Atualmente a escola está produzindo horta para consumo e comercialização, área de adubação verde, área de experimentos científicos dos estudantes do último ano de ensino, além da criação de pequenos animais.

As dificuldades que as mulheres encontram perpassam pelo lastro que o patriarcalismo tem em todas as esferas da vida humana, como uma ideologia reproduzida no cotidiano, sem que nem nos demos conta de como ela acontece. A naturalização de extensas horas de trabalho, a violência física e psicológica, a ausência total de lazer, a desqualificação de suas atividades, a não oportunidade de participar nas esferas de decisões quando o tema é produção de alimentos e créditos agrícolas, o impacto das contaminação dos alimentos, o fato de serem forçadas a trabalhar fora como diaristas por não conseguirem renda, a ausência de políticas públicas que cheguem até elas, a dureza com a qual se deparam com a terra na hora de produzir alimentos, as cadeias que as tornam reféns da verticalização da produção... são alguns dos elementos que visualizamos em nossa pesquisa de campo.

Ao longo da trajetória do MST, o movimento social ao qual se vincula o Assentamento Émerson Rodrigues, foram as mulheres que desde a década de 1980 visualizaram preliminarmente que a luta pela reforma agrária deveria ser radical, e que somente em grupos as mulheres poderiam promover o enfrentamento ao latifúndio e ao patriarcalismo. Nos anos pertencentes à década de 1990, as mulheres ocuparam todos os espaços e consolidaram as bases de uma organização camponesa de caráter nacional e com forte influência internacional que manteve firme princípios e valores humanistas e socialistas em tempos onde se pregava o fim das utopias pelos pensamentos de onda neoliberal. E nos anos da década de 2000 foram as mulheres camponesas que novamente voltaram à cena no enfrentamento radical ao agrohidronegócio e seu modelo devastador de produção. São as mulheres do MST e da Via Campesina que teimam em ações de caráter de enfrentamento a uma verdadeira guerra popular, permanente, prolongada e capaz de explicitar a atualidades das lutas de classe no campo brasileiro.

Ainda permanecem vários limites em nossa pesquisa. Sobretudo devido ao caráter da exigência do recorte geográfico e temporal. Porém compreendemos que, para nosso estudo de caso, tornou-se fundamental compreendermos as dinâmicas atuais do capitalismo, do patriarcalismo e do racismo e como estes se fundem construindo uma ideologia para manutenção das situações de opressão de uma classe sobre a outra.

Nossa pesquisa de campo suscitou outras questões para futuras análises, porque compreendemos que as mulheres devem ser pesquisadoras e pesquisadas, para darmos conta da totalidade da realidade. Porque compreendemos que as mulheres são metade da humanidade e a metade da produção do conhecimento acadêmico deve ser realizada pelas

mulheres. Porque a ciência não será neutra enquanto estiver sendo produzida pela maioria de homens, de ricos, de brancos.

As questões que levantamos no decorrer da pesquisa, nos reporta ao fato de que é urgente repensarmos quem somos e que tipo de humanidade estamos construindo. Por que chegamos a este grau máximo de exploração da vida e da natureza que nos destrói e nos torna escravos de nós mesmos? Como nós, mulheres, suportamos, não sem dor, carregarmos tanto peso (da violência física, econômica, social, emocional) por simplesmente nascermos mulheres em um mundo com uma condição de tanta desigualdade com os homens? Por que a nossa classe de trabalhadores e trabalhadoras não se insurge contra a injusta distribuição que acumula riquezas incalculáveis para os patrões? Por que suportamos extensas horas e cargas de trabalho em relações próximas à escravidão de nossos corpos? Por que nós como humanidade inventamos um sistema que nos autodestrói? Que tipo de humanidade sonhamos em deixar para as gerações que no futuro habitarão este planeta?

E, finalmente, acreditamos que existe, sim, a possibilidade de construirmos como humanidade outras formas de organização de uma vida em sociedade, anticapitalista e antipatriarcalista, e que tenha o ser humano como centro de seu projeto. E acreditamos que não é verdade que temos que nos adaptar a este modelo de sociedade, porém, questioná-lo em suas raízes e contribuir para transformá-lo radicalmente. Para isso, temos muito a aprender e a inventar. Temos aprendido, especialmente com os povos indígenas da América Latina, que a expressão “bem viver”¹¹³ que é a expressão da memória e do horizonte, é, para eles uma possibilidade de construção de outro mundo, a partir de um outro paradigma, assentado em outras formas de convivência entre seres humanos, entre seres humanos e a natureza, e com todo o cosmos. Para esta perspectiva se concretizar, mais do que nunca, torna-se fundamental que construamos nossas estratégias como classe trabalhadora, e façamos ecos à palavra de ordem, sempre atual em qualquer ponto do planeta em que estivermos: “Proletários do mundo: uni-vos!”.

¹¹³ Bem viver vem da palavra “sumak Kawsay”, que é de origem quéchua e significa “bem viver”.



Foto 34: fonte facebook/Espanha (2015). (Esta foto circulou entre as mulheres ativistas feministas da Espanha por ocasião do dia 8 de março de 2015, como expressão de rebeldia ao sistema capitalista e patriarcal).

BIBLIOGRAFIA

- ABRA. Política agrária no governo Lula. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. V. 32 – n. 1. São Paulo, 2005.
- AMMC – Sul. Cartilha: **Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas**. Chapecó: 2009.
- ANISTIA INTERNACIONAL. **O estado dos Direitos Humanos no mundo - Informe 2013**.
- APOMS – Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul. **Manual de boas práticas da rede de agroecologia de Mato Grosso do Sul**. Glória de Dourados: 2010.
- ANNIBELLI, Mariana Baggio. Impactos dos agrotóxicos sobre o meio ambiente no Paraná. Polígonos. **Revista de Geografia**, 14 (2004); p. 169-181.
- AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **As ações do agrohidronegócio, o papel do Estado e as formas de controle do trabalho no Mato Grosso do Sul**. Universidade Estadual Paulista – Programa de Pós Graduação em Geografia. Presidente Prudente – Centro de Estudos de Geografia e Trabalho. 2013.
- BRASIL. **Plano nacional sobre mudança do clima**. Brasília: 2008.
- _____. **II Plano nacional de reforma agrária**. Paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília: INCRA, 2005.
- _____. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo**. Brasília: 2013.
- BLAY, Eva Alterman. 8 de março: conquistas e controvérsias. **Revista de Estudos Feministas**, 2001, p. 601-607.
- BORGES, Maria Celma; KUDLAVICZ, Mieczslau. História e vida da CPT em Mato Grosso do Sul: contribuição na luta pela terra e para nela permanecer. In: **A questão Agrária no Mato Grosso do Sul – Uma Visão Multidisciplinar**. Campo Grande: Editora UFMS, 2008, p. 81-112.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BUTTO, Andrea. Política para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (org.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p. 11-36.
- BOGO, Ademar. **O MST e a cultura**. Ademar Bogo. São Paulo: MST, 2009.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- CALDART, Roseli Salette. **Escola é mais do que escola... na Pedagogia do MST**. São Paulo: Vozes, 2000.
- CAMPOS, Christiane Senhorinha. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**. Clasco. 2011.
- CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CARNEIRO, Fernando Ferreira; ALMEIDA, Vicente Eduardo Soares de; VILELA, Mirlene Junqueira. Agrotóxicos em hortaliças: segurança alimentar, riscos socioambientais e políticas públicas para a promoção da saúde. **Tempus**. Actas em Saúde Coletiva, v. 4, n. 4, p. 84-99, 2009.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Revista Estudos Avançados** n. 17 (49), 2003, p. 117. Disponível em: <www.scielo.br>.
- CARRASCO, in: **A produção do viver**. NOBRE, Miriam; FARIAS, Nalu (org.). Sempre Viva Organização Feminista (SOF). São Paulo: 2003.

CARTER, Miguel; CARVALHO, Horácio Martins de. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: **Combatendo a desigualdade social** – o MST e a Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro. IBGE, 2006.

CEPAT - Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores. **Guerreiras Herança sem Testamento.** Boletim Especial – Setembro de 2005. Ano XI, n. 126. Circulação Interna. Curitiba: Cepat, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática, 2000.

CIRIZA, Alejandra. Heranças e encruzilhadas feministas: as relações entre teoria (s) e política (s) sob o capitalismo global. In: **Filosofia Política Contemporânea.** Controvérsias sobre civilização, império e cidadania. Buenos Aires: Clacso, 2006.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COHN, Gabriel (org.). Max Weber – **Coleção Grandes Cientistas Sociais (13).** 7ª edição. São Paulo: Ática, 2003.

CONCRAB. Cooperação Agrícola – eixos prioritários de ação - princípios e formas. **Caderno de cooperação**, n. 5. Brasília, 2007.

CORTEZ, Maria Cácia et al. **A travessia do rio dos pássaros.** Ocupação da Gleba Santa Idalina em Ivinhema/MS. Belo Horizonte: Segrac, 1985.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: **Olhares Feministas.** Brasil: MEC, 2009.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade no Brasil** – o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

_____. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

DARON, Vanderleia Laodete Pulga. A dimensão educativa da luta por saúde no Movimento de Mulheres Camponesas e os desafios político-pedagógicos para a Educação Popular em Saúde. **Cad. Cedec**, Campinas, v. 29, n. 79, p. 387-399, set./dez. 2009.

D'ATRI, Andrea. Feminismo e marxismo: 40 anos de controvérsias. **Revista Lutas Sociais.** São Paulo, n. 27, p. 142-156, 2º sem. 2011.

EMBRAPA. **Marco Referencial em Agroecologia/**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

ENGELS, Friederich; MARX, Karl. **A ideologia alemã.** 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 4ª Ed. São Paulo: Global, 1984. Coleção bases.

FABBRI, Luciano. Um olhar feminista sobre o sujeito da transformação social em *Nuestra America*. **Revista Lutas Sociais.** São Paulo, n. 27, p. 172-185, 2. Sem. 2011.

FABRINI, João Edmilson. A posse e concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **A questão agrária em Mato Grosso do Sul** – Uma Visão Multidisciplinar. Campo Grande: Editora da UFMS, 2008.

_____. **A posse da terra e o Sem Terra no sul de Mato Grosso do Sul** – O caso Itaquiraí. Corumbá: AGB, 1996

FAISTING, André Luiz. Violência, fronteiras e representações sociais: breves reflexões a partir da região de Dourados. In: TEDESCHI, Losandro Antonio. **Leituras de Gênero e Interculturalidade.** Dourados: Editora UFGD, 2013.

_____. Juizado Especial Criminal e Violência Doméstica: uma referência para o debate atual. In: FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Relações de Gênero. Dilemas e Perspectivas**. Dourados, UFGD, 2009.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAO (Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación). **El estado mundial de la Agricultura y la Alimentación**. Las mujeres em la agricultura. Roma, FAO, 2011. Parte I.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.). **A produção do Viver: ensaios de economia feminista**. São Paulo: SOF, 2003.

_____.; _____. **Gênero e Desigualdade**. São Paulo: SOF, 1997.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de (org.). **Relações de Gênero – Dilemas e perspectivas**. Dourados/MS: Editora da UFGD, 2009.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. Mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). **Leituras de gênero e interculturalidade**. Dourados: Editora UFGD, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____.; STEDILE, João Pedro. **Brava Gente – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. **A formação do MST no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 2001.

FRANÇA, Caio Galvão de et al. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUILLAMON, Alex. La alimentación: Negocio o Derecho? Clave para la Soberania Alimentaria. In: **Las mujeres alimentan al mundo**. Soberania alimentaria em defensa de la vida y del planeta. Barcelona: Entrepueblos, 2009.

GONÇALVES, Renata. (Re) politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres do MST. **Dossiê: Contribuições do Pensamento Feminista para as Ciências Sociais**, 2009 – p. 198-216.

GONH, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (orgs.). **Movimentos Sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

GUTERRES, Ivani (org.). **Agroecologia militante – contribuições de Enio Guterres**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GOMÉS, Raquel; GRAS, Eugenio. La agricultura, en manos campesinas. **Ae – Revista Agricultura y Ganaderia Ecológica – Revista de divulgação técnica** n. 12 – verano 2013 – trimestral (Valencia – España).

GÖRGEN, Sergio, Frei; STEDILE, João Pedro. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Página Aberta, 1993.

HARNECKER, Marta. **Para entender o capitalismo**. El Salvador: Grupo Maíz, 2012.

_____.; URIBE, Gabriela. **Capitalismo e Socialismo**. São Paulo: Global Editora, 1980.

HOORNAERT, Eduardo; PREZIA, Benedito. **Esta terra tinha dono**. 3ª ed. São Paulo: FTD, 1992.

HOFFMAN, Gleise. **A entrada da mulher no mundo público não foi acompanhada da mesma forma pela entrada dos homens no mundo doméstico**. Curitiba: Cepat, 2005.

IDATERRA. **Cartilha: curso de agricultura orgânica** - Fazenda Itamarati- Assentamento Conquista da Fronteira. Campo Grande: 2002.

IFPRI (Instituto Internacional de Investigaciones sobre Políticas Alimentarias. Una visión de la Alimentación, Agricultura y Medio Ambiente en el Año 2020 – el potencial de la agroecología para combatir el hambre en el mundo em desarrollo. **Resumen** 2020, n. 55, Noticias y Opiniones, 1998.

IPEA. **Dossiê Mulheres Negras**. Brasília: 2013.

JUNIOR, Francisco José Avelino. A Geografia dos conflitos agrários pela terra em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **A questão agrária em Mato Grosso do Sul – Uma Visão Multidisciplinar**. Campo Grande: UFMS, 2008, p. 113-138.

JOHNSON, Guillermo. **A quimera democrática na América Latina: o Brasil sob o Império**. Dourados, UFGD, 2013.

LEÓN, Osvaldo; STEDILE, João Pedro. **Revista ALAI**, n. 496. Ano XXXVIII, II época. Junho 2014.

LOMBA, Roni Mayer. **Relação campo-cidade na pequena cidade de Caarapó - MS**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22032012-105007/>>. Acesso em: 2015-04-29.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; FILHO, Luiz Carlos Pinheiro Machado. **A dialética da agroecologia – contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MACEDO, José Rivair. **A Mulher na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 1990.

MAFORT, Kelli Cristine de Oliveira. **A hegemonia do agronegócio e o sentido da Reforma Agrária para as mulheres da Via Campesina**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2013.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 2ª ed. São Paulo: LECH, 1981.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Reforma Agrária no Brasil – historia e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MELÃO, Ivo Barreto. Desenvolvimento Rural Sustentável a partir da Agroecologia e da Agricultura Orgânica: o caso do Paraná. **Nota Técnica Ipardes**, Curitiba, n. 8, out. 2010.

MENASCHE, Renata; TORRENS, João Carlos Sampaio. **Gênero e Agricultura Familiar**. Deser/CEMTR/PR. Curitiba: Deser, 1996.

MENEGAT, Alzira Salete. Mulheres assentadas e suas lutas. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida (org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul – Uma visão Multidisciplinar**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2008.

_____. In: FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de (org.). **Relações de Gênero – Dilemas e perspectivas**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009a.

_____. **No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia: as contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral/MS**. Dourados/MS: UEMS/UFMS, 2009c.

_____; OLIVEIRA, Valdirene de. **Mulheres assentadas construindo relações de igualdade em assentamento de reforma agrária: considerações sobre o empoderamento das mulheres**. UFGD, 2010.

_____; TEDESCHI, Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. (Orgs). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados/MS: Editora da UFGD, 2009.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura: A construção do conceito de Agronegócio**. Doutorado. Universidade de São Paulo. Geografia Humana, 2013.

MENDONÇA, Maria Luisa; RESENDE, Marcelo. Violência no Campo. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v.1. 32 – n. 1 – ago./dez. – 2005.

MIRANDA, Cynthia Mara. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil**. 2007

MMC – Sul. Cartilha: **Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas**. Chapecó: 2009.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, Marcia. **Ser Humana: quando a mulher está em discussão**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e Feminismo: afinidades e diferenças. **Revista Crítica Feminista**, Campinas/SP, v. 11, p. 89-97, 2000.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **Programa de Formação para a Cooperação e Organização dos Assentamentos**. São Paulo: MST, 2008.

_____. **O MST e a Pesquisa: II Seminário Nacional**. São Paulo, MST, 2009.

_____. **Documento básico do MST**. Aprovado pelo VI Encontro Nacional. Piracicaba: MST, 1991.

_____. A mulher nas diferentes sociedades. **Caderno de Formação n. 15**. São Paulo: MST, 1988.

_____. **Programa de Formação para a Cooperação e Organização dos Assentamentos**. São Paulo: MST, 2008.

MST/CONCRAB. Cooperação Agrícola – eixos prioritários de ação- princípios e formas. **Caderno de cooperação**, n. 5. Brasília, 2008.

MURARO, Rose Marie. Aspectos históricos e políticos da violência contra as mulheres. **Revista Cepat Informa**, n. 126, Especial, set./2005.

NADER, Maria Beatriz. O Movimento Feminista e o combate à violência de gênero. In: TEDESCHI, Losandro Antonio. **Leituras de gênero e interculturalidade**. Dourados: Editora UFGD, 2013.

NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Claudineia Lérios de. **Quintais: uma alternativa de obtenção de segurança alimentar e nutricional das famílias assentadas através do consumo de frutas e hortaliças**. Monografia de conclusão do Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo. Cáceres: Unemat, 2010.

ORR, J. **Marxismo e Feminismo hoje**. Revista Lutas Sociais, NEILS, PUC-SP, n. 27, 2º semestre, 2011.

OTTO, Clara. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 12 (2): 237-253, maio-ago. 2004.

PADOVAN, Milton Parron. A agroecologia, a agricultura familiar e a segurança alimentar. Capítulo II. s/d.

PAULILO, Maria Ignez S. FAO, Fome e Mulheres Rurais. Dados – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, 2013, p. 285-310.

PDA, **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Émerson Rodrigues/Santa Mônica**. Campo Grande: Incra/Aesca, 2009.

PINASSI, Maria Orlanda. Uma ontologia dos movimentos sociais de massa e o protagonismo atual das mulheres. **33º Encontro Anual da Anpocs**, 2009.

PINASSI, Maria Orlanda; FIRMIANO, Frederico Daia. **MST e os dilemas da representação de classe.s/d**.

PINHEIRO, Sebastião. **Cartilha dos agrotóxicos**. Cooperativa Ecológica Coolmeia, 1998.

PINHEIRO MACHADO, Luiz Carlos; PINHEIRO MACHADO FILHO, Luiz Carlos. **A Dialética da Agroecologia – Contribuição Para Um Mundo Com Alimentos Sem Veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 1-15. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>>.

POMAR, Wladimir. **Debatendo classes e luta de classes no Brasil**. Fundação Perseu Abramo discute. São Paulo, n. 1 – maio/ 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; HAESBAERT, Rogério. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Unesp, 2006

_____. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

PRADA, Carlos de. La agroecología en la prevención de enfermedades. **Ae – Revista Agricultura y Ganaderia Ecológica – Revista de divulgação técnica** – n. 12 – verano 2013 – trimestral (Valencia – España).

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **Variações sobre a técnica do gravador como registro de informações vivas**. São Paulo: T. A. Queiroz Editora Ltda, 1991.

QUIJANO, Aníbal. Un fantasma recorre el mundo. **Revista Estudos Avançados** 12 (34), 1998, p. 77-82.

RESTREPO, Jairo. **Ae – Revista Agricultura y Ganaderia Ecológica – Revista de divulgação técnica** – n. 12 – verano 2013 – trimestral (Valencia – España).

REVISTA SEM TERRA. Edição Especial – 2013. Disponível em: <<http://mst.org.br>>.

ROCHA, Eliza Emília Rezende Bernardo. A pesquisa participante e seus desdobramentos – Experiências em Organizações Populares. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Belo Horizonte: 12 a 15/09/2004.

RODRIGUES, Valdinei. **Produção de hortaliças no assentamento Émerson Rodrigues, Terenos-MS**. Monografia de conclusão do Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo. Cáceres: Unemat, 2010.

ROSA, Marcelo Carvalho. Para além do MST: o impacto nos movimentos sociais brasileiros. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social – o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ROSSET, Peter. **Segurança nacional ou a segurança alimentar**. 2004, mimeo.

_____. **Soberanía Alimentaria: Reclamo Mundial del Movimiento Campesino**. 2004. Mimeo.

- ROSSET, Peter; MARTINEZ, Maria Elena. **Movimientos Sociales y Agroecología: contexto, teoría y proceso**. 2013.
- ROSSET, Peter; MOORE, Monica. A segurança alimentar e a produção local de biopesticidas em Cuba. s/d. Mimeo.
- SAFFIOTI, Helelieth Iara Bongiovani. **No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual**. In: MADEIRA, Felícia Reicher (org). **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Unicef, 1997, p. 135-211.
- _____. **Violência de Gênero – Poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- _____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu** (16), 2001, p. 115-136.
- _____. **Poder o macho**. 1987.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. O impacto do MST no Brasil de hoje. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social – o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- SANTOS, Célia Maria Flores. **Poderosa poção. Experiências de “Bruxas”, atividades e militantes: o Movimento Popular de Mulheres de Mato Grosso do Sul, década de 1990**. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.
- SAUER, Sergio. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. jul/dez. 1995 – p. 71-79.
- SENRA, Lúcia et al. **Las mujeres alimentan al mundo. Soberania alimentaria em defensa de la vida y del planeta**. Barcelona: Entrepueblos, 2009.
- SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos na agricultura familiar**. Brasília: UnB, 2009.
- _____. Políticas de alimentação e papéis de gênero: desafios para uma maior equidade. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **A produção do viver**. São Paulo: SOF, 2003.
- SILVA, Claudia Melissa de Oliveira Guimarães. **Violência contra as mulheres: a Lei Maria da Penha e as suas implicações jurídicas e sociais em Dourados-MS**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.
- SILVA, Renata. **As relações de gênero sob o domínio do capital**. Mimeo. s/d.
- SOF – **Gênero e Agricultura Familiar**. São Paulo: SOF, 1998.
- SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- SOUZA, Luci Dalva Maria de; RODRIGUES, Marli Perbelin. **Citadinos assentados: Considerações à cerca das experiências vividas entre o urbano e o rural das famílias do assentamento Émerson Rodrigues em Terenos/MS**. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Ciências Sociais – Dourados: UFGD/PRONERA, 2012.
- STEDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil**. Programas de reforma agrária: 1946-2003. V. 3. São Paulo, Expressão Popular, 2005.
- _____. **Questão agrária no Brasil**. 11ª ed. São Paulo: Atual, 2011.
- TEDESCHI, Losandro Antonio. Gênero e interculturalidade: aproximações. In: TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). **Leituras de gênero e interculturalidade**. Dourados: Editora UFGD, 2013.
- TEIXEIRA, Gabriel da Silva. Desafios da participação social no agronegócio sucroalcooleiro – **Ruris** – v. 8 – n. 1 – março 2014.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: **Individualismo e Cultura**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004. p. 121-132.

VIA CAMPESINA. **Declaración sobre la Soberanía Alimentaria de los Pueblos**: Disponível em: <<http://www.viacampesina.org>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

_____. **Debate acercamiento al concepto de agroecología**. Venezuela, s/d.

_____. Basta de violência contra as mulheres. **Cartilha da Via Campesina**. Brasília: 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. Articulações Internacionais “desde abaixo” em tempos de globalização. In: GONH, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (orgs.). **Movimentos Sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.

ZIMMERMANN, Cirlene Luiza. Monocultura e transgenia: impactos ambientais e insegurança alimentar. **Veredas do Direito**. Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 79-100. jul./dez. 2009.